

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS - CEL
CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA**

**Projeto Pedagógico Curricular do
Curso de Licenciatura Indígena - reformulação**

**Cruzeiro do Sul – AC
2015**

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof. Dr. Minoru Martins Kinpara
Reitor

Profa. Dra. Margarida de Aquino Cunha
Vice-Reitora

Profa. Dra. Aline Andréia Nicolli
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Enock da Silva Pessoa
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Antonio Carlos Fonseca Pontes Júnior
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Tiago Rocha dos Santos
Pró-Reitor de Administração

Prof. Me. Alexandre Ricardo Hid
Pró-Reitor de Planejamento

Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Equipe de professores da UFAC - *Campus Floresta* responsável pela revisão e reestruturação do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura Indígena-2014/2015.

Núcleo Docente Estruturante
(Portaria UFAC nº 1.113 de 23/04 /2015)

Prof. José Alessandro Cândido da Silva – **Coordenador do Curso** (Port. UFAC nº 1127/2015)

Profa. Andrea Martini – **Vice-coordenadora** (Portaria UFAC nº 1127/2015)

Prof. Amilton Pelegrino de Mattos

Profa. Célia Letícia Gouvea Collet

Equipe Técnica

Maria Auxileide da Silva Oliveira (**DIADEN- PROGRAD**)

Clícia Rodrigues da Silva (**DIADEN- PROGRAD**)

Ruth Negreiros da Silva (**SECRETÁRIA DO CURSO**)

Aline Andréia Nicolli (**PRÓ – REITORA DE GRADUAÇÃO**)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	07
1.1 Perfil Institucional	07
1.2 Finalidades e objetivos institucionais	11
1.3 Princípios institucionais	12
1.4 Inserção Regional	13
2 CONTEXTUALIZAÇÕES, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO	16
2.1 Histórico do ensino superior indígena no Brasil e no Acre	16
2.2 Concepção pedagógica	20
2.3 Objetivos do Curso de Licenciatura Indígena	24
2.3.1 objetivo geral	24
2.3.2 objetivos específicos	24
3 JUSTIFICATIVA DO FUNCIONAMENTO DO CURSO	24
4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	26
4.1 Dados de Identificação	26
4.2 Forma de Ingresso	27
4.3 Processo de Seleção para Ingresso no Curso	27
4.4 Número de vagas e a constituição das turmas	27
5 PERFIL DO EGRESSO	28
6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	28
6.1 Campo de Atuação Profissional	29
7 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	30
7.1 Dimensão Conceitual	30
7.2 Os eixos integradores do Currículo e seus desdobramentos	30
7.2.1 Múltiplas Linguagens	30
7.2.2 Socioambiental	31
7.2.3 Escola Indígena e seus sujeitos	32
7.3 Organização Curricular	33
7.3.1 Área de Humanidades	34
7.3.2 Área de Ciências	34
7.3.3 Área de Linguagens e Artes	35
7.3.4 Área de Ciências da Educação	36
7.4 As Fases Presencial e Intermediária	37
7.5 Componentes Curriculares por Ciclo (Núcleo Geral e Estudos Aprofundados)	39
7.6 Organização – Fases Presencial e Intermediária	42
7.7 Quadro Síntese Componentes Curriculares e Carga Horária	46
7.8 Quadro: Ementas e Referências	47
7.8.1 Quadro: Disciplinas Obrigatórias com Ementas e Referências Bibliográficas	47

7.8.2 Quadro: Disciplinas Optativas por áreas e suas Respectivas Ementas e referências	79
8 ATIVIDADES ACADÊMICO - CIENTÍFICO CULTURAIS DO CURSO	87
9 LABORATÓRIO	88
10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	88
11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90
12 O PROCESSO DE AVALIÇÃO	91
13 CORPO DOCENTE	92
13.1 Gestão Colegiada do Curso de Licenciatura Indígena	93
14. METODOLOGIA ADOTADA PARA A EXECUÇÃO DA PROPOSTA	93
15. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	95
16. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	95
17. LEGISLAÇÃO BÁSICA	95
18. REFERÊNCIAS	98
19. ANEXOS	101

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de **Licenciatura Indígena da Universidade Federal do Acre**. O curso, anteriormente denominado Curso de Formação Docente para Indígenas foi implantado no ano de 2008 e teve seu PPC revisado durante o período de 2013 a 2015. Esse curso tem como objetivo formar professores indígenas em nível superior, propiciando um ambiente de produção, aprendizado e troca de conhecimentos que estimule o enriquecimento tanto dos indígenas quanto da universidade neste processo, através de pesquisas, práticas pedagógicas e outras atividades.

O presente projeto é uma construção coletiva. Atende aos princípios do respeito à diversidade e autonomia. O curso pretende consolidar pesquisas em áreas temáticas inter-relacionadas, além do intercâmbio entre pesquisadores e instituições.

O primeiro PPC foi elaborado por uma equipe pertencente ao Centro de Educação, Letras e Artes da UFAC, com a colaboração de lideranças indígenas e organizações, entre os anos de 2006 e 2007, com implantação do curso em 2008.

Momentos de análise e reflexão acerca do projeto ocorreram durante a execução do curso, como por exemplo, os Seminários “Encontros com os Conhecimentos” com a participação dos discentes, organizações, lideranças e especialistas indígenas (mestres do conhecimento; notório saber indígena).

Após a formatura da primeira turma em 17 de janeiro de 2014, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso iniciou a reformulação do PPC, integrando sugestões da Diaden/Prograd, dos egressos do curso, dos seminários “Encontro com os Conhecimentos” e dos docentes.

1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

1.1 PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Acre (Ufac) é uma instituição de ensino superior, pública e gratuita, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre (Fufac). Sua história teve início com a criação da Faculdade de Direito, em 25 de março de 1964, por meio do Decreto Estadual nº 187, e em seguida, da Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1970, foram criados os cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais, oficializando-se, por meio da Lei Estadual nº 318, de 03 de março deste ano, a criação do Centro Universitário do Acre, reformulado pela Lei Estadual nº 421, de 22 de janeiro de 1971, em Fundação Universidade do Acre. Em 05 de abril de 1974, foi federalizada, por meio da Lei nº 6.025, passando a denominar-se Universidade Federal do Acre, e regulamentada pelo Decreto nº 74.706, de 17 de outubro de 1974.

Com a finalidade de desenvolver a educação básica, atuando no campo de estágios voltados à experimentação pedagógica, foi criado em 11 de dezembro de 1981, pela Resolução nº 22 do Conselho Universitário, o Colégio de Aplicação (CAP), como unidade especial, e pela Portaria nº 36 do MEC, de 25 de novembro de 1985, foi aprovado o Regimento Interno e reconhecido o Curso de Ensino Fundamental (antigo 1º Grau). Posteriormente, a Portaria nº 143 do MEC, de 20 de março de 1995, reconheceu e declarou a Regularidade de Estudos do Curso de Ensino Médio (propedêutico). Inicialmente, o acesso dos alunos ocorria através de processo de seleção e, a partir de 1990, o ingresso passou a ser por meio de sorteio público.

Recentemente, pela Portaria nº 959/2013, o MEC estabeleceu as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às universidades federais, prescrevendo em seu artigo 2º que as unidades de educação básica têm como finalidade desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e formação docente.

Em 07 de abril de 1989, por meio da Resolução nº 03 do Conselho Universitário, foi homologada a criação do Curso de Graduação Plena em Letras no município de Cruzeiro do Sul (Licenciatura Plena em Letras: Vernáculo/Língua Inglesa), data em que foi criado também o Núcleo de Cruzeiro do Sul. Posteriormente, em 18 de agosto de 1992, foi criado o Curso Regular de Licenciatura Plena em Pedagogia, e em 07 de outubro de 1992, pela Resolução nº 08 do

Conselho Universitário, o Núcleo foi transformado em Campus de Cruzeiro do Sul. No ano de 2007, por meio do programa de expansão das universidades federais promovido pelo Governo Federal, o Campus ganhou mais sete cursos, e passou também a ser denominado de Campus Floresta.

Durante muitos anos, os cursos de graduação dos campi foram vinculados a uma estrutura de departamentos. Por meio da Resolução nº 08 do Conselho Universitário, de 28 de maio de 2003, os cursos no Campus Sede, localizado na cidade de Rio Branco, passaram a ser vinculados a seis centros acadêmicos: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN), Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e Centro de Educação, Letras e Artes (CELA). No Campus Floresta, localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, os cursos passaram a ser vinculados a dois centros acadêmicos: o Centro Multidisciplinar (CMULTI), criado pela Resolução nº 012 do Conselho Universitário, de 11 de outubro de 2007, e o Centro de Educação e Letras (CEL), criado pela Resolução nº 004 do Conselho Universitário, de 22 de fevereiro de 2011.

A modalidade em Educação a Distância foi institucionalizada na Ufac com a criação do Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (Niead), pela Resolução nº 22 do Conselho Universitário, de 07 de dezembro de 2006. Em 2012, por meio de parcerias com outras instituições, iniciou-se o desenvolvimento do Programa Escola de Gestores (cursos de pós-graduação lato sensu em gestão escolar e coordenação pedagógica) e de curso de formação em tutoria. Em 2014, a Ufac foi credenciada para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, tendo recebido nota 5, sendo o primeiro curso a ser ofertado o de Licenciatura em Matemática.

Em 05 de julho de 2010, por meio da Resolução nº 36 do Conselho Universitário, a Ufac aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como processo de seleção para ingresso nos cursos de Licenciatura em Filosofia e em Música e para as vagas remanescentes do Edital Vestibular 2011. Posteriormente, por meio da Resolução nº 16 do Conselho Universitário, de 26 de maio de 2011, foi realizada a adesão integral ao Enem. Com a criação da Lei nº 12.711, de 19 de agosto de 2012, denominada Lei das Cotas, para o ingresso em 2013, foram reservadas aos cotistas 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas em cada curso e, para o ingresso em 2014, 50% (cinquenta por cento) do total das vagas.

Acompanhando as políticas públicas de inclusão social na educação, em 29 de novembro de 2012 a Ufac criou a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes), por meio da Resolução nº 99 do Conselho Universitário. A Proaes é responsável pelo planejamento e execução de uma política de assistência estudantil voltada à promoção de ações afirmativas de acesso e inclusão social que busquem garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, atuando diretamente no fortalecimento do programa de bolsas e auxílios, no atendimento do restaurante universitário e na moradia estudantil.

Atualmente, encontra-se vinculado à Proaes o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), criado em abril de 2008, e homologado por meio da Resolução nº 10 do Conselho Universitário, de 18 de setembro de 2008, que tem por finalidade: executar as políticas e diretrizes de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência, garantindo ações de ensino, pesquisa e extensão; apoiar o desenvolvimento inclusivo do público-alvo da modalidade de educação especial; e, orientar o desenvolvimento de ações afirmativas no âmbito da instituição.

Em agosto de 2013, foi criada a primeira Comissão de Acessibilidade, para atuar em parceria com a Administração Superior da Ufac, por meio do NAI, com atribuição de identificar falhas e propor soluções para garantir a acessibilidade de todas as pessoas.

Em julho de 2013, a Ufac associou a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em um único espaço físico de atendimento, garantindo a integração entre o serviço público e a população, e proporcionando novos meios de aproximação com a comunidade. A Ouvidoria atua no recebimento de sugestões, elogios, reclamações e denúncias, retornando com a devida prestação de contas e zelando, desse modo, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão da universidade pública. O SIC é responsável por receber pedidos de informações dos usuários em geral, atuando como via de acesso da comunidade à Ufac, de acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Com relação à graduação, atualmente a Ufac oferta 44 cursos regulares, sendo 21 cursos de licenciatura e 23 cursos de bacharelado, com 34 oferecidos no Campus Sede (Rio Branco) e 10 oferecidos no Campus Floresta (Cruzeiro do Sul). Também são ofertados cursos de licenciatura na modalidade presencial por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), implementado em 2009 pelo Governo Federal, com adesão pela Ufac efetivada em dezembro de 2012, e as atividades iniciadas no segundo semestre de

2013. Atualmente (ano 2015), estão em atividade 33 turmas de licenciatura distribuídas entre os cursos de Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras Português e Geografia.

Outra ação relevante desenvolvida pela Ufac, com vistas à formação inicial de professores para a educação básica, é o Programa Especial de Licenciatura em Matemática (PROEMAT), financiado pela Secretaria de Estado de Educação e Esportes (SEE). Iniciado em 2013, o programa está sendo executado nos municípios de Rio Branco, Brasileia, Cruzeiro do Sul e Tarauacá.

No que se refere aos programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu*, a Ufac iniciou este processo em 1996, com o Programa de Mestrado Acadêmico em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais (PPG-EMRN). Em 2006, foram criados mais 03 programas de mestrado acadêmico: Produção Vegetal (MPV), Desenvolvimento Regional (MDR) e Linguagem e Identidade (MEL). Em seguida, foram criados, em 2008, Saúde Coletiva (MESC) e, em 2010, Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia (CITA). Em 2013, foram aprovados os cursos de Mestrado em Sanidade e Produção Animal Sustentável na Amazônia Ocidental (MESPA), Mestrado em Educação (MED) e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM) na modalidade profissional. Além destes cursos, dois outros mestrados são ofertados atualmente em rede de formação – Profmat e Profletras. Em setembro de 2013, foi aprovado o primeiro curso em nível de doutoramento da Ufac – o Curso de Doutorado em Produção Vegetal –, uma vez que, em rede com a Universidade Federal do Amazonas e a Embrapa, a Ufac participa do Doutorado Bionorte (Programa de Pós-Graduação de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal).

Em atenção à Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde/MS, revogada pela Resolução nº 466/2012, foi criado em 2005, o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), com sua primeira composição através da Portaria nº 1.183 da Reitoria, de 11 de agosto de 2005. É um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo que visa analisar os protocolos de pesquisa e/ou de extensão, bem como avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas interdisciplinares, interdepartamentais, interinstitucionais e de cooperação internacional envolvendo seres humanos, além de emitir pareceres do ponto de vista dos requisitos da ética.

Com a finalidade de analisar, emitir parecer e expedir atestados à luz dos princípios éticos na experimentação animal, sobre os protocolos de ensino e experimentação que envolvam o uso de animais e de subprodutos biológicos vinculados à Ufac, foi criado, por meio da Resolução nº 017 do Conselho Universitário, de 24 de maio de 2012, a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

No que diz respeito ao uso de tecnologias e acesso à informação, foram criados: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), instituído pela Portaria/Reitoria nº 1.250, de 27 de julho de 2012, com atribuição principal de elaborar e acompanhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), instituído pela Portaria/Reitoria nº 2.372, de 22 de novembro de 2012, com atribuição de desenvolver a política de segurança da informação, visando garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações produzidas ou custodiadas pela Ufac.

Desenvolvendo ao longo de um ano ações preparatórias para o maior evento científico do país, a Ufac sediou, entre 22 e 27 de julho de 2014, a 66ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Reunindo um público diário de mais de 15.000 pessoas, foram realizadas conferências, mesas redondas, minicursos, sessões de pôsteres e, ainda, a tradicional ExpoT&C – mostra de ciência, tecnologia e inovação que reúne centenas de expositores, como universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento. Além da realização da SBPC Jovem-Mirim e da Cultural, foi realizada pela primeira vez a edição da SBPC Extrativista e da SBPC Indígena, tendo ainda como evento inédito o Dia da Família na Ciência.

1.2 FINALIDADES E OBJETIVOS da Instituição

Conforme preconizado pelo seu Estatuto, a Ufac tem como finalidades a produção e a difusão de conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida e a formação de uma consciência crítica, objetivando:

- a) Possibilitar os fundamentos para a formação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, propiciando-lhes elementos para a formação de uma capacidade crítica e condições para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- b) Estimular o espírito científico e o pensamento reflexivo, motivando o trabalho de pesquisa e investigação do saber, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio onde vive;

c) Realizar pesquisas e estimular atividades voltadas ao conhecimento científico e cultural da realidade dentro da universalidade do saber, respeitando as especificidades socioculturais dos povos;

d) Estender ao interior do Estado sua atuação para promover a difusão das conquistas e benefícios resultantes da produção do conhecimento;

e) Socializar e difundir conhecimentos;

f) Articular-se, de forma efetiva, com o sistema de ensino básico, objetivando, continuamente e de maneira recíproca, a qualidade do ensino

1.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

Missão

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

Visão

Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos.

Valores

Nossos valores traduzem as crenças nas quais acreditamos e, por isso, regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico e promovem a reflexão que orienta a atitude dos servidores, influenciando seu comportamento no dia a dia.

Inovação: Primar pela trajetória da aprendizagem, proporcionando um ambiente de criatividade e inovação criando espaço para a mudança e readequação.

Compromisso: Possuir liberdade e autonomia acadêmicas, fomentando a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social.

Respeito à Natureza: Adotar e vivenciar práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente.

Respeito ao Ser Humano: Respeitar incondicionalmente os direitos humanos.

Efetividade: Contribuir ativamente com ações que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão, atendendo à sociedade.

Pluralidade: Conhecer e respeitar os diferentes pontos de vista, promovendo uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e as diferenças.

Cooperação: Cooperar com indivíduos, instituições e entidades para o desenvolvimento da universidade e da sociedade.

1.4 INSERÇÃO REGIONAL

O fenômeno da globalização, sinônimo de desafios e também de oportunidades para uma multiplicidade de setores, grupos sociais e espaços geográficos, impôs a aquisição de conhecimento e a capacidade de inovação como condições básicas para o desenvolvimento socioeconômico do mundo. Isso significa dizer que as interações entre o tecido produtivo e institucional adquiriram importância redobrada nas últimas décadas. Mais especificamente, esse quadro indica que a Universidade, pelo fato de integrar, com grande destaque, o sistema de produção de conhecimento, revela-se modelo de instituição especialmente talhado para cumprir um papel decisivo no atual cenário mundial.

Assim, no alvorecer do século XXI, a Universidade Federal do Acre possui como horizonte mais imediato de seu funcionamento um território estadual caracterizado pela clara associação entre setores de atividades de suas microrregiões. Uma espécie de divisão espacial setorial do trabalho marca, de fato, o Estado do Acre, embora as décadas mais recentes tenham registrado alguma difusão inter-regional de certas atividades econômicas, com forte expansão da pecuária e de pequenas indústrias que aqui estão em fase de iniciação, com a abertura do corredor para o Oceano Pacífico.

O Acre é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situa-se numa área de 153.149,9 km², de rica diversidade regional ocupando 3,9% da Amazônia, o que representa 1,8% do território brasileiro, sendo pouco menor que a Tunísia. Está situado no sudoeste da região Norte e tem como limites os estados do Amazonas a norte, Rondônia a leste, a Bolívia a sudeste e o Peru ao sul e oeste.

Sua capital é a cidade de Rio Branco. Outros municípios que se destacam por aspectos populacionais, econômicos e culturais são: Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Brasiléia, Xapuri e Tarauacá. Ao longo de sua história econômica, o Estado foi dividido regionalmente a partir de importantes rios: O Juruá, o Tarauacá, o Envira, o Purus e o Acre. Entretanto, segundo SILVA (2005), a partir da década de 1980 esta regionalização já não retratava a realidade acreana, embora o elemento homogeneizador permanecesse. Busca-se então outra concepção para a nova regionalização. Sob a coordenação do IBGE e alicerçada numa concepção econômica e historicista, definiu-se então em nível estadual duas mesorregiões geográficas: do Vale do Juruá e a do Vale do Acre; e cinco microrregiões geográficas.

A mesorregião do Vale do Juruá é formada pelas microrregiões de “Cruzeiro do Sul” e “Tarauacá” e a do Vale do Acre pelas microrregiões de “Brasiléia”, “Rio Branco” e “Sena Madureira”. A microrregião de “Brasiléia” que abrange os municípios de Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri, caracteriza-se como a segunda área com maior expressividade da vida urbana na Amazônia - acreana. Todos os municípios são drenados pelo Rio Acre em trechos de seu médio e alto curso e, com exceção de Xapuri, os demais são áreas de limites internacionais com as repúblicas da Bolívia e do Peru. Isto por si só justificaria a importância da implantação do campus da UFAC nessa microrregião.

A microrregião “Rio Branco” abrange os municípios de Capixaba, Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guimard, Porto Acre e Bujari. É a microrregião mais populosa e economicamente a mais importante, e é também, localização da sede do poder político estadual em “Rio Branco” – a capital do Estado. Abrange áreas do Vale do Acre, sendo drenadas por rios da Bacia Hidrográfica do Purus (rio Acre e seus afluentes) e da Bacia Hidrográfica do Madeira (rio Abunã e seus afluentes).

A microrregião de “Sena Madureira” situa-se em áreas centrais do território acreano, sendo que suas terras se estendem de norte a sul do Estado, correspondendo aos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus. São drenados pelos rios Purus e seu afluente Iaco, que constituem nas principais vias de transportes por extensas áreas da microrregião.

A microrregião de “Tarauacá” localiza-se em áreas centrais do Estado, em recorte territorial que se estende de norte a sul, corresponde aos municípios de Tarauacá, Jordão e Feijó em áreas drenadas pelos rios Tarauacá e Envira respectivamente (afluentes do Juruá). Na parte norte dos territórios dos municípios de Feijó e Tarauacá, a BR-364 faz a ligação por terra entre as duas cidades e de forma limitada, dessas com Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

A microrregião de “Cruzeiro do Sul” corresponde à parte mais ocidental do Acre em que se localizam os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Trata-se de uma área fronteiriça com a República do Peru, na costa oeste, sendo que suas terras se estendem de norte a sul do Estado. São áreas drenadas pelo Rio Juruá e seus afluentes, destacando como principal o Rio Moa. É nesta região onde se situa a Serra do Moa, local de maior diversidade do planeta segundo pesquisadores. Na cidade de Cruzeiro do Sul está o último povoamento do Brasil a ver o sol nascer, na Serra do Moa, na fronteira com o Peru. A intensa atividade extrativista, que atingiu o auge no século XX, atrai brasileiros de várias regiões para o Estado. Da mistura de tradições sulistas, sudoestes, nordestinas e indígenas surgiu uma culinária diversificada, que junta a carne-de-sol com o pirarucu, peixe típico da região, pratos regados com tucupi, molho feito de mandioca.

O transporte fluvial, concentrado nos rios Juruá e Moa, a oeste do Estado, e Tarauacá e Envira, a noroeste, é o principal meio de circulação, sobretudo entre novembro e junho, quando as chuvas deixam intransitável a BR-364, em alguns trechos ainda não asfaltados, que ligam o Vale do Acre ao Vale do Juruá.

Todo o contexto geográfico, social e econômico é objeto de forte interesse no âmbito da instituição UFAC. O estímulo a uma produção de conhecimentos disponíveis a serem utilizados, em tentativas de equacionamento de problemas amargados em diferentes setores de atividade, e por distintos grupos sociais territorializados, certamente denota um alto grau de inserção regional e significa um elevado senso de responsabilidade social. Assinale-se que a UFAC está presente na formação de profissionais que ocupam o poder legislativo, executivo, judiciário, bem como demais instituições e autarquias, fato que resulta na sua integração com os setores da economia regional.

Todos os atores da UFAC têm ciência e consciência dos desafios crescentes em quantidade e complexidade da sociedade contemporânea. São demandas legítimas de muitas representações sociais, da interculturalidade, de novos critérios para ingresso e frequência, fundamentados no mérito e na justiça social, da implantação e enculturação das novas tecnologias, em todas as frentes de atuação, bem como dos distintos perfis exigidos para novos cursos de graduação. Demandas estruturais da inquietação saudável dos pesquisadores, estudantes e servidores, para alcançar mais êxito na busca e conquista do conhecimento elaborado, para consolidar nossos valores. Para melhor servir à população, a UFAC vem melhorando a qualidade do ensino, em todos os níveis, buscando veicular a pesquisa básica e

aplicada e intensificar diversas frentes de extensão universitária, no sentido de melhor atender as demandas da sociedade acreana.

A Universidade resgata uma dívida social histórica com o interior do estado, com a oferta de vagas a estudantes, na modalidade presencial e à distância, em todos os municípios, e não medirá esforços para atender as demandas existentes em toda a extensão do Estado. Assim, os princípios de gratuidade e qualidade se fortalecem com o atual atendimento mais equânime, mais distribuído no território acreano e, portanto, mais justo socialmente. Principalmente em pontos estratégicos, a exemplo da inauguração, ainda em 2015, do novo Campus em Brasileia, nas fronteiras com a Bolívia e o Peru.

De igual modo, a mesma determinação volta-se ao favorecimento da inclusão social junto a contingentes que sofrem o estreitamento das suas possibilidades de reprodução, por conta das mudanças recentes e dos processos em curso e mesmo futuros. O desafio não é pequeno, pois a exigência envolve nada menos que conjugar as tarefas de educação, típicas de quaisquer instituições de ensino superior, com práticas de pesquisa e extensão, enfeixadas num conseqüente aprofundamento da inserção regional dessa instituição.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO

2.1 Histórico do ensino superior indígena no Brasil e no Acre

As primeiras escolas para indígenas implantadas pelo Estado brasileiro através do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no início do século XX tinham como propósito civilizá-los, integrá-los à sociedade brasileira e transformá-los em “trabalhadores nacionais”. Elas seguiam o modelo das escolas rurais. As escolas missionárias também ocuparam um papel importante na escolarização dos indígenas, em um primeiro momento, as católicas e depois, protestantes. Mesmo em contradição com a doutrina positivista da educação laica pregada pelo SPI, estas instituições estavam presentes em várias aldeias indígenas.

Com a criação da FUNAI em 1967, o trabalho do SPI teve continuidade, através das “professoras brancas”, muitas vezes as próprias esposas dos Chefes de Posto Indígena. Em 1973, o Estatuto do Índio conjugou explicitamente os objetivos de preservação da cultura dos indígenas e sua integração à “comunhão nacional”.

No final da década de 70 a FUNAI iniciou o projeto de ensino bilíngüe nas aldeias. Os alunos indígenas deveriam ser alfabetizados na língua materna para depois aprenderem a língua

portuguesa. Nesta época foi feito um convênio com o Instituto Linguístico de Verão – ILV (*Summer Institute of Linguistics*), uma entidade missionária norte-americana, para viabilizar essa política de transição.

O ILV foi, aos poucos, perdendo espaço junto à esfera governamental, apesar de continuar atuando no país. Sua decadência aconteceu em paralelo com o surgimento de uma “nova” fase da educação escolar indígena caracterizada pelo discurso de rompimento com a trajetória de origem missionária e integracionista, baseado na “autonomia”, “democracia” e “cidadania”.

Não só no Brasil, mas em grande parte da América e do mundo, a noção de interculturalidade começa a ocupar um lugar central nos debates sobre educação, quando a diversidade étnica e cultural se tornou foco de políticas de Estado. A escola passa a ser vista como uma instituição fundamental nas políticas voltadas para as minorias.

Ao longo da década de 1980, no contexto dos processos de mobilização e defesa de direitos humanos no Brasil, surgem entidades indígenas e indigenistas trabalhando e reivindicando direitos fundamentais à garantia da vida dos povos indígenas.

Essa luta culmina na Constituição de 1988 quando se garantiu juridicamente aos índios o direito de manter "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições" (CF Art.231) e, conseqüentemente, uma escola que se adaptasse a essas características. O princípio constitucional se consolidou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tem em seu art. 78: “Criação de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas”.

Nos anos seguintes, algumas organizações não governamentais (ONGs) que atuavam junto aos povos indígenas, criaram projetos de educação escolar pautados no discurso do respeito à especificidade cultural e linguística. Depois, passaram a programar cursos específicos para a formação de professores indígenas, com propostas curriculares alternativas e elaboração de materiais didáticos de autoria indígena.

Em 1991 o Decreto Presidencial n. 26, de 04.02.1991 transfere da FUNAI para o MEC a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino;

Em 1999, uma Resolução do Conselho Nacional de Educação determinou que as escolas indígenas ficassem sob a responsabilidade dos sistemas estaduais de ensino, sob a coordenação

do MEC. Desde 1996 a formação de professores no magistério intercultural passou a ser oferecida por várias secretarias estaduais de educação.

Em 2001 iniciou-se na Universidade Estadual de Mato Grosso o primeiro curso de formação superior de professores indígenas. Em 2004 intensificou-se a criação das licenciaturas interculturais indígenas com o objetivo de suprir a demanda de professores indígenas para atuar na educação básica das séries finais do ensino fundamental e ensino médio das escolas indígenas. Neste mesmo ano foi criado o Programa de Apoio à Educação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND).

Em 2009 ocorre no Brasil outra mudança a respeito da educação escolar indígena com a publicação do Decreto nº 6.681, de 27 de maio de 2009, que define a organização da educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais. Estes não seguem necessariamente a divisão política entre Estados e Municípios, ou seja, podem compreender Terras Indígenas em diferentes Estados da Federação, desde que os povos indígenas que ocupam essas terras mantenham relações intersociais.

No Estado do Acre, em meados da década de 1970, lideranças indígenas, entidades ligadas a Igrejas, instituições não governamentais e governamentais mobilizaram-se com o propósito de apoiar as lutas políticas dos povos indígenas da região.

Indigenistas do CIMI e de outras instituições, como a Operação Anchieta (OPAN), hoje Operação Amazônia Nativa, a partir de 1975, iniciaram um levantamento das populações indígenas e seus respectivos territórios, na região do Acre e Sul do Amazonas. As comunidades indígenas começam a tomar conhecimento de que tinham direito à posse e regularização de suas terras. Inicia-se então a luta por esse direito e a outros, como à educação escolar.

Desde o princípio da década de 1980, o CIMI, COMIN e a CPI/AC construíram experiências em educação escolar indígena diferenciada junto a vários povos da região. A CPI/AC, a partir de 1983, desenvolveu o Projeto “Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre” para formação de professores no Magistério Indígena. Depois, esta instituição teve o reconhecimento oficial como Escola de Formação de Professores e do Magistério Indígena em 1988 junto ao Conselho Estadual de Educação, tornando-se assim o primeiro curso de formação de professores reconhecido no país.

A União dos Povos Indígenas do Acre foi uma organização indígena criada para buscar a efetivação dos direitos desses povos, principalmente o direito a terra, saúde e educação.

Posteriormente, no ano de 2000 foi criada uma organização específica dos professores indígenas, a Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC, movimento instituído a partir da articulação dos professores formados pela CPI-AC.

Em 1999, foi implantado pela Secretaria de Estado de Educação - SEE, o Setor de Educação Escolar Indígena - SEEI, vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental- DEF, visando à concepção de políticas de educação escolar indígena para o Estado.

Em 2000, o Estado assume a política de educação nas comunidades indígenas, e então passou a se responsabilizar pela formação dos professores indígenas para o exercício do magistério.

Desde o final da década de 90, lideranças e professores indígenas do Acre passaram a apresentar reiteradamente junto a UFAC, FUNAI e SEE, reivindicações com vistas a sua inserção no ensino superior. Diversos encontros entre representantes da UFAC, da CPI-AC, da UNI e da OPIAC ocorreram no período 2000-2004, nos quais os professores indígenas sempre colocaram suas demandas pela continuidade de sua formação.

As instituições diretamente relacionadas à questão da escolaridade indígena no Estado articularam-se na defesa de uma educação continuada para os professores indígenas. No decorrer deste movimento foi sendo elaborada a proposta: “Projeto de Formação Universitária para Educadores Indígenas” (2004-2005).

Em 2005 a UFAC elaborou uma proposta de um curso de educação superior indígena: o “Programa Integrado de Licenciaturas para Professores Indígenas da Amazônia Sul-Occidental”. A elaboração deste programa foi feita em parceria com o Grupo Técnico Interinstitucional constituído pela Secretaria de Educação do Estado do Acre, representantes indígenas, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, organizações indígenas como Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – OPIN, Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC, CPI/AC, CIMI, COMIN, FUNAI, FUNASA e por uma Comissão da UFAC formada pela CADEN: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e diversos departamentos acadêmicos.

No processo de consolidação de um Curso de Licenciatura para Professores Indígenas, a UFAC cria em 2006 uma nova Comissão formada por professores da própria Instituição, no *Campus Floresta*, em Cruzeiro do Sul, vinculada ao Centro de Educação, Letras e Artes para elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso (Portaria nº. 700, de 27/04/2006).

No segundo semestre de 2008, a primeira turma inicia-se com 29 alunos representantes de 10 povos do estado do Acre (Kaxinawá, Ashaninka, Puyanawa, Nukini, Shawãdawa, Katukina, Yawanawá, Shanenanawa, Manchineri e Jaminawa) e 01 do estado do Amazonas (Marubo).

No primeiro semestre de 2009, a segunda turma inicia-se com 37 alunos. Em 2014, 51 discentes concluíram o curso tendo sido apresentados 45 Trabalhos de Conclusão de Curso nas diferentes áreas do curso.

Após a formatura da turma em 17 de janeiro de 2014 iniciou-se a revisão/reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso pelo Núcleo Docente Estruturante.

Ressaltamos que o processo de revisão do PPC teve suas primeiras reflexões feitas ao longo da primeira edição do curso, durante a realização dos seminários denominados *Encontro com os conhecimentos*, ocorridos nos anos de 2009 e 2010. Os Seminários que tiveram como objetivo analisar e propor mudanças ao Projeto Pedagógico, contaram também com a participação de especialistas de notório saber, organizações e lideranças indígenas.

2.2 Concepção pedagógica

A proposta de reformulação do PPC do Curso de Licenciatura Indígena problematiza a presença dos até hoje 'não incluídos' na sociedade brasileira, dentre outros grupos sociais, as populações indígenas, indo além do tema do acesso/permanência. Entendemos ser necessário pensar em iniciativas institucionais e pedagógicas que viabilizem o diálogo entre diferentes saberes, configurando-se assim, uma forma de inclusão que acolhe "o diferente" deixando-se questionar, permitindo-se transformar:

[...] é preciso admitir que existem outras lógicas, outros jeitos de olhar e explicar a realidade e seus "problemas". Enfim, existem racionalidades – no plural (SILVA e BONIN, 2006, p.81).

Coerente com esta perspectiva, o Curso de Licenciatura Indígena caracteriza-se por princípios, considerados fundamentais, dentre os quais se destacam:

- Uma perspectiva antropológica própria a cada sociedade indígena representada no curso;
- Uma perspectiva dialógica e diacrônica crítica entre diferentes saberes, práticas e sistemas socioculturais;
- Componentes curriculares e áreas dialogando através de projetos e temas correlacionados que partem de contextos e problemáticas indígenas;

- A valorização de línguas, meios e linguagens próprias indígenas.
- A perspectiva da interculturalidade – do diálogo entre diferentes pontos-de-vista históricos e saberes;
- A perspectiva de uma interdisciplinaridade crítica;
- A possibilidade de planejamento conjunto entre as organizações indígenas e a Universidade, através de parcerias, mas, também de disciplinas e conteúdos que irão compor o currículo do curso.

Agregamos aos princípios descritos acima a perspectiva de formar professores e gestores indígenas em escolas indígenas, de fato, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas, que representa, um dos principais desafios a serem enfrentados prioritariamente. Assim, pode-se consolidar uma educação escolar indígena pautada nos “princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo/multilinguismo, da interculturalidade e do comunitarismo” (MEC, 2015, p. 4) e no respeito à diversidade entre os sistemas de conhecimento, o bilinguismo e o dialogismo previsto no Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (MEC, 1998).

O Curso é, portanto, específico e diferenciado, princípios norteadores na educação escolar indígena, “porque concebido e planejado como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não-indígena” (BRASIL, Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas, 1998, 23).

E, deste modo, procura atender às necessidades e interesses de cada povo indígena que busque o ensino superior. Também articulando a formação de seus professores com o Projeto Político-Pedagógico das respectivas escolas, discutindo conjuntamente, a consolidação do 1^a ao 9^a ano no ensino fundamental e o futuro ensino médio nas aldeias.

A proposta de reformulação do PPC do Curso de Licenciatura Indígena é uma iniciativa que atende à perspectiva da inclusão social, no contexto da efetivação de novas políticas públicas. Entendendo por novas políticas públicas aquelas que tanto consideram a alteridade, como têm o poder de transformar a realidade. Em outras palavras que respeitem profundamente a diversidade sócio-político-cultural dos povos coerentemente com a prerrogativa constitucional do “direito à diferença” e do “direito à cidadania plural”.

São políticas que se acercam da diversidade constitutiva da nação brasileira, valorizando e apoiando as especificidades e demandas de grupos sociais, bem como, garantindo condições mínimas para alteração da situação de desigualdade social.

Neste sentido, o presente PPC é um projeto institucional que antecipa o futuro e suas possibilidades (SILVA, 2000, p. 25). Tendo intencionalidade, planeja a ação presente, visando a transformação da realidade vindoura. É também um projeto político porque estabelece e se compromete com a formação do cidadão e da pessoa humana relacionando-os diretamente à sociedade que os conforma: “revela a intencionalidade da formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade” (SILVA, 2000, p. 38). É ainda um projeto pedagógico porque “define as ações educativas e as características necessárias ao cumprimento dos propósitos e intencionalidades do curso [...]” (SILVA, 2000, p. 40).

A Licenciatura Indígena, por sua proposta em formar – no mesmo curso - licenciados em três grandes áreas - a saber: 1) Humanidades; 2) Ciências e 3) Linguagens e Artes, assume como princípio a perspectiva e a atitude interdisciplinar numa correlação entre diferentes áreas do conhecimento, através de instrumentos como projetos, metodologias, pesquisas e temas comuns.

Deste modo, a interculturalidade constitui um princípio básico no projeto do curso. Para Pombo,

[...] o significado da palavra interdisciplinaridade é objeto de significativas flutuações: da simples cooperação de disciplinas ao seu intercâmbio mútuo e integração recíproca ou, ainda, a uma integração capaz de romper a estrutura de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum (POMBO, 1994, p. 10).

A abordagem interdisciplinar escapa ao isolamento de conteúdos e conhecimentos estruturados segundo as tradições ou normas estabelecidas nas disciplinas da ciência hegemônica e procura construir – uma perspectiva aproximada à singularidade da condição, pressupostos e situação histórica indígena. Assim,

[...] para elaborar estes saberes ou conhecimentos, esta abordagem toma como critérios de análise o contexto da situação em particular, assim como os projetos que esta representação deverá atingir, sem esquecer seus destinatários. [...] Uma abordagem que procura responder questões tendo em vista a singularidade e especificidade, leva em consideração a situação em toda a sua complexidade. Valoriza também o ponto de vista do sujeito que deve ter conhecimento sobre todo o assunto. Se, para atingir esses objetivos

ela se vale das disciplinas científicas e delas retira o necessário para construir uma resposta mais adequada, então estaremos falando de uma tentativa de abordagem interdisciplinar (FOUREZ, 2001, p. 9).

Entende-se assim que a abordagem interdisciplinar visa construir um saber apropriado a projetos e contextos precisos, no entrecruzamento entre diversas disciplinas como, em se caracterizando, os chamados 'saberes tradicionais'.

Segundo Luck, no campo da Pedagogia,

[...] "a interdisciplinaridade representa a possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social. Ela emerge da compreensão de que o ensino não é tão-somente um problema pedagógico e sim um problema epistemológico" (LUCK, 1995, p. 59).

No caso dos povos indígenas, em seu processo de educação escolar sobressai a necessidade de valorizar a língua e identidade indígenas, a conquista da autonomia socioeconômica e cultural e a recuperação da memória histórica. Porém, sem deixar de reconhecer e valorizar outros conhecimentos, de outras populações indígenas, negras e da sociedade brasileira como um todo. Bem como, aproximar-se dos conhecimentos e da ciência dita ocidental.

O ensino superior voltado para o professorado indígena deve possibilitar e estimular o registro, a discussão das histórias, cosmovisões e sistemas de conhecimento próprios. Assim, a Matriz Curricular da Licenciatura inclui questões como sustentabilidade e autonomia dos povos indígenas. De igual modo, inclui o estudo da questão territorial, aspecto que não se dissocia da questão educacional, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural das sociedades indígenas.

O Curso de Licenciatura Indígena procura, pois, dar espaço para o fortalecimento do conhecimento indígena. Seguindo tal perspectiva, o Curso enfatiza a reflexão da própria prática pedagógica dos professores indígenas, aprimorada e ampliada com a prática de estudo, sistematização e pesquisa sobre seus próprios grupos.

Assim, procurando responder de forma coerente às expectativas e necessidades de cada povo indígena presentes no Curso, no que diz respeito à escolarização em articulação com seus projetos próprios de presente e futuro, a Matriz Curricular inclui temas diversos. Dentre os quais,

os movimentos sociais indígenas, questões de direito e legislação, educação escolar indígena, cultura, ambiente, sustentabilidade, alimentação, saúde, família, território, organização social e Biodiversidade. Desse modo, podemos reafirmar o Curso de Licenciatura Indígena/UFAC como uma política pública de fortalecimento das alteridades e especificidades das sociedades indígenas brasileiras e amazônicas.

2.3 Objetivos do Curso de Licenciatura Indígena

2.3.1 Objetivo geral

Criar um ambiente de produção, aprendizado e troca de conhecimento que propicie o enriquecimento tanto dos indígenas quanto da universidade neste processo, e que possa estimular as pesquisas, a prática pedagógica e outras atividades desenvolvidas durante o curso, de modo a possibilitar a atuação dos docentes egressos no processo educacional de seus povos em todo Ensino Fundamental e Médio.

2.3.2 Objetivos específicos

- Criar ambiente crítico em relação às práticas de escolarização para indígenas;
- Incentivar os modos próprios de aprendizagem e pesquisa indígena;
- Elaborar materiais diferenciados, relacionados às realidades locais;
- Colocar em relação a ciência ocidental e os saberes tradicionais, produzindo conhecimentos interculturais;
- Valorizar as línguas maternas;
- Articular o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa/docente.

3 JUSTIFICATIVA DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 indica avanços. Garante uma educação indígena de qualidade, em que se valorize a cultura indígena, através, principalmente do fortalecimento da língua e a diversidade etnolingüística nacional.

Segundo Legislação diversa, a educação indígena atende aos processos de ensino e aprendizagem próprios, estabelecido em consonância com os interesses e mediante aprovação e acompanhamento da comunidade indígena. Estimulando atividades prático-teóricas realizadas

coletivamente. A formação inclui, pois, a reflexão e investigação sobre questões de interesse no âmbito da escola e da experiência própria de cada professor (a) e seu povo que agem como mediadores, “intérpretes entre culturas e sociedades distintas” (BRASIL, 2002, p. 20).

No Acre existe uma demanda variada relacionada à formação de professores indígenas, iniciada aqui pioneiramente em meados de 1980. Após as primeiras conquistas e, mais recentemente, intensifica-se a demanda pela implantação do 5º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino Médio nas escolas indígenas. Bem como, de um público indígena que passa a frequentar escolas regulares e residir nas cidades, sobretudo, ao longo do Ensino Médio. Na última década, esse fluxo tem se aumentado. Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, 6.468 estudantes indígenas cursavam o Ensino Fundamental e Médio na rede estadual. No Quadro 02 há o total de alunos por segmento, a quantidade de professores por povo e o número de escolas localizadas em Terras Indígenas.

Quadro 01. Total de alunos por segmento, assim como a quantidade de professores por povo e o número de escolas em Terras Indígenas no Estado do Acre, 2013.

POVO	ENSINO			TOTAL ALUNOS	PROFESSORES	ESCOLAS
	INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO			
APOLIMA ARARA	0	82	15	97	8	2
ASHANINKA	0	353	18	371	21	8
HUNI KUI	106	2530	131	2767	246	93
JAMINAWA	0	257	0	257	20	18
JAMINAWA ARARA	0	156	0	156	12	6
KATUKINA	67	289	0	356	29	8
KUNTANAWA	0	8	0	8	1	1
MADIJA	0	368	0	368	38	24
MANCHINERI	0	448	0	448	27	17
NÁWA	25	114	0	139	19	3
NUKINI	32	173	38	243	28	3
PUYANAWA	0	145	38	183	23	2
SHANENAWA	72	385	0	457	72	7
SHAWĀDAWA	45	194	0	239	15	7
YAWANAWA	21	336	22	379	36	6
15	368	5838	262	6468	595	205

Fonte: Coordenação de Educação Escolar Indígena, Secretaria de Estado de Educação e Esporte (2013).

Assim, cientes da política educacional nacional em relação à formação de professores indígenas, justificamos também a necessidade de alinharmos o exercício da docência ao

processo de formação. Fortalecendo processos dialógicos, reflexivos e interdisciplinares. E, mais intrinsecamente, relacionando a educação indígena ao contexto sociopolítico de Terras e territórios indígenas no cenário contemporâneo.

4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

4.1 Dados de Identificação do Curso

O quadro a seguir apresenta informações próprias do Curso de Licenciatura Indígena, da Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta* - Cruzeiro do Sul, Acre.

Quadro 03. Características gerais do Curso de Licenciatura Indígena.

Curso	Curso de Licenciatura Indígena
Modalidade	Licenciatura
Atos legais de autorização ou criação	Resolução UFAC/CONSU nº 5 de 15 de abril de 2008.
Atos legais de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento	Aguardando Reconhecimento - Protocolo e-MEC 201305799, de 01-04-2013.
Título acadêmico conferido	Licenciado em Educação Escolar Indígena (ênfase em Linguagens e Artes ou Humanidades ou Ciências)
Modalidade de Ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Tempo de duração (integralização)	Tempo mínimo: 4 anos Tempo máximo: 7 anos
Carga horária mínima Créditos mínimos	CNE: 3.200 UFAC: 3.217 horas/aula
Número de vagas oferecidas	50 (cinquenta) vagas
Número de turmas	01 com ingresso bianual
Turno de funcionamento	Integral – de acordo com calendário específico para atender estudantes (modular)
Local de funcionamento (endereço)	<i>Campus Floresta</i> Cruzeiro do Sul - UFAC

Forma de ingresso	Processo seletivo previsto em edital específico elaborado pela PROGRAD com a participação do NDE e representantes das organizações indígenas.
--------------------------	---

4.2 Forma de Ingresso

Ocorrerá processo seletivo próprio a ser definido em Edital específico de forma a considerar os pontos abaixo descritos:

Ser indígena;

Ter Ensino Médio completo,

Comprovar experiência na atuação em educação, pesquisas relacionadas às línguas e aos conhecimentos tradicionais e/ou outros projetos comunitários.

4.3 Processo de Seleção para Ingresso no Curso

O processo de seleção em conformidade com os princípios deste PPC considerará, sobretudo, o critério da diversidade de gênero, étnica, linguística e geográfica.

A comissão de seleção será responsável pelo processo avaliativo dos candidatos inscritos para concorrerem às vagas oferecidas no Curso de Licenciatura Indígena, considerando como critérios avaliativos as orientações dispostas em edital específico.

4.4 Número de vagas e a constituição de turmas

O Curso de Licenciatura Indígena oferecerá 50 (cinquenta) vagas, de forma que o processo seletivo classificará todos os aprovados e convocará o quantitativo dos 50 (cinquenta) primeiros para inscrição no curso. Para que os docentes do curso possam desenvolver efetivamente suas atividades de formação considerando as especificidades de alguns componentes curriculares, bem como para atender ao ritmo próprio de compreensão e expressão dos acadêmicos em sala, far-se-á necessário que o curso funcione com duas classes, tendo cada uma 25 (vinte e cinco acadêmicos). Essa divisão justifica-se ainda na necessidade de considerar os diferentes tempos de ensino-aprendizagem para que os diálogos e construções necessárias entre os conhecimentos próprios ou tradicionais e o conhecimento científico aconteçam.

5 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Licenciatura Indígena tem como perfil do egresso um profissional apto a atuar no contexto de diversidade linguística, política, social e ambiental do estado do Acre e região amazônica. Tal formação possibilita ainda exercer funções diversas em todas as dimensões do processo educacional, bem como em outros campos de atuação em que se faça necessária a especialidade no conhecimento indígena. Os profissionais estarão aptos a lecionar do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e médio das escolas indígenas.

6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O curso de Licenciatura Indígena da UFAC propõe-se a trabalhar capacidades políticas, éticas, linguísticas e culturais requeridas pelos povos indígenas, que sirvam à formação de professores, gestores e pesquisadores para atuação na escola, nos demais espaços comunitários e profissionais. Deste modo, o curso busca habilitar os acadêmicos para:

- Atuar e participar em diferentes dimensões da vida de suas comunidades, valorizando as suas especificidades;
- Desenvolver uma participação efetiva em toda a educação básica das escolas da comunidade dentro da perspectiva intercultural e interdisciplinar.
- Através de perspectivas próprias e por meio de novas experimentações em ensino e pesquisa, lidar com os conhecimentos acadêmicos de forma intercultural;
- Realizar pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com sua situação sociolinguística e sociocultural, relacionando-as com os processos de ensino e aprendizagem;
- Articular a proposta pedagógica da escola com a proposta política de sua comunidade e território;
- Avaliar criticamente a política de escolarização para indígenas a partir de sua experiência e construir instrumentos próprios de atuação na comunidade;
- Estimular, através de experiências criativas, as múltiplas linguagens a partir da perspectiva de seu povo;
- Estabelecer uma organização interdisciplinar de conteúdos escolares criando uma dinâmica entre os saberes próprios de seu povo;
- Elaborar materiais diferenciados, relacionados às realidades e línguas indígenas;

- Construir metodologias de ensino e aprendizagem em consonância com sua realidade e consonância com os princípios da Educação escolar indígena;
- Compreender a legislação referente aos povos indígenas e mais especificamente à política educacional.

6.1 Campo de Atuação Profissional

O Acre destaca-se pela variedade linguístico-cultural de suas populações indígenas e a biodiversidade característica de territórios e Terras Indígenas no sudoeste amazônico. Este contexto proporciona um campo de atuação profissional diverso.

Por sua especificidade, o curso instaura processos de pesquisa, ensino e aprendizado amplos que interligam conhecimentos variados, proporcionando a atuação como docente no ensino fundamental e médio da Educação básica, assim como em diversos campos através da pesquisa, da gestão e como professor universitário, entre outros.

Deste modo, em se tratando de uma licenciatura, o egresso pode atuar em todas as dimensões do processo educacional, em escolas indígenas e não indígenas. A formação do acadêmico indígena está ligada aos projetos sociais da escola e da comunidade, de forma que se entenda o processo educacional como diferenciado e de acordo com a especificidade de cada povo.

No que tange aos aspectos legais, a LDB orienta a formação universitária em nível superior para docentes que atuam na Educação Básica (Art. 62), no que se inclui a educação escolar indígena.

Diante desse quadro, o Curso de Licenciatura Indígena permite aos egressos atuarem tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio (exceto na educação infantil), conforme as áreas específicas do curso e os fundamentos teórico-práticos das Ciências da Educação, atendendo à orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas.

Os cursos de formação em Nível Médio habilitarão para a docência na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental. A formação em Nível Superior, por meio de cursos de pedagogias interculturais ou específicas, também habilitará os professores indígenas para atuarem na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Já outros cursos de licenciaturas interculturais ou específicas habilitarão estes professores para o segundo segmento do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio (BRASIL. Ministério da Educação (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01/2015, p.8).

7 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

7.1 Dimensão Conceitual

A estrutura curricular do curso é caracterizada pela integração entre as diversas disciplinas, os laboratórios, os seminários, as fases intermediárias, o TCC e o estágio supervisionado. Todos esses momentos devem envolver as aldeias, especialistas e organizações indígenas, fazendo a ligação entre conhecimentos indígenas e acadêmicos. A prática da pesquisa permeará todos esses campos e etapas, permitindo que possamos contemplar em nosso curso a diversidade, a especificidade e a autonomia dos discentes e seus povos.

7.2 Os Eixos Integradores do Currículo e seus Desdobramentos

Na estruturação curricular propõem-se três eixos integradores. Eles servem para alicerçar o movimento interdisciplinar entre as áreas específicas do Curso de Formação Docente para Indígenas. São eles:

- Múltiplas Linguagens
- Socioambiental
- Escola Indígena e seus Sujeitos

Cada um deles é definido com base na realidade das sociedades indígenas, no reconhecimento da diferença étnica e no seu relacionamento com outros povos. Leva-se em conta tanto os contextos culturais, linguísticos, políticos e econômicos quanto os relacionamentos cotidianos dessas sociedades com a não-indígena.

É importante também considerar os projetos político-pedagógicos das escolas indígenas, as políticas linguísticas adotadas nas aldeias e os programas alternativos de desenvolvimento econômico em andamento, e, ainda os projetos de futuro dessas sociedades. Nestes três eixos encontram-se presentes aspectos relacionados às dimensões formativas que permeiam todo o currículo.

7.2.1 Múltiplas Linguagens

O eixo Múltiplas Linguagens tem o papel de articular os conteúdos estudados nas disciplinas do curso com as experiências e recursos de linguagem apropriados principalmente nas disciplinas da área de Linguagens e Artes.

Com isso, visamos uma dinâmica de produção de conhecimentos voltada para a pesquisa, a produção de conhecimento, a produção de materiais artísticos, didáticos e acadêmicos, bem como materiais de divulgação. Esse eixo consiste numa espécie de laboratório em que as atividades, experiências, relatos e conhecimentos ganham concretude na escrita, na exposição, na publicação, no livro, no site, no vídeo e outras linguagens.

O conhecimento que os acadêmicos trazem das comunidades, articulado com os saberes apreendidos na Universidade, ganha meios de expressão trazendo à tona conflitos e contradições próprios do universo da ciência e da produção de conhecimentos.

Portanto, não se trata de manter-se numa postura passiva de apreensão de conteúdos. A apropriação ativa, reflexiva, crítica da experiência desse confronto de saberes vivido pelos povos indígenas na universidade só poderá se dar com a prática constante da produção de conhecimentos e o manuseio das linguagens.

As novas tecnologias e os meios de comunicação disponíveis proporcionam uma redefinição do conhecimento, de sua produção e veiculação. Essa revolução das linguagens atinge em cheio a educação e o trabalho do educador e do pesquisador. As novas mídias também são apropriadas pelos povos indígenas, que muitas vezes as transformam em meios para a produção de conhecimento. De acordo com Roy Wagner (2010) toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com nossa própria cultura.

7.2.2 Socioambiental

O eixo Socioambiental trata de questões como ambiente, território, saúde, alimentação e biodiversidade, abordadas em conexão com a cosmologia, política, tecnologia, economia e relação com outros seres. Enfatizando-se nas diversas disciplinas a relação entre conhecimentos indígenas e ocidentais e fortalecendo os saberes que os estudantes indígenas trazem de suas experiências e pesquisas em seu povo e também os procedimentos próprios aos conhecimentos indígenas. A diversidade e o contexto próprio de cada grupo e sociedade indígena, suas representações, práticas, línguas e epistemologias então, sobressaem.

No eixo Socioambiental encontram-se de maneira muito peculiar as áreas de Ciências e de Humanidades, relacionadas aos aspectos de aquisição do instrumental das disciplinas que as compõem e de outras que convergem para aspectos socioambientais, fornecendo elementos para que o discente possa exercitar sua liderança comunitária e ainda possa buscar meios para melhorar a gestão ambiental e territorial assim como, a saúde e a alimentação, entender os processos relacionados à bioprospecção e proteger seus conhecimentos associados à biodiversidade, encontrar alternativas para a sobrevivência do próprio povo, através de ações desencadeadas por projetos, pautados pela inter/transdisciplinaridade.

Partindo do pressuposto de que a sociedade é a promotora das ações interativas dos indivíduos com todo o meio, seja social, ambiental ou cosmológico, este eixo buscará refletir a especificidade desta interação, realizada pelos diferentes povos indígenas representados no curso em diferentes momentos, contribuirá para ampliar a visão no sentido de mapear e nortear as ações referentes às atividades escolares, na universidade e nas escolas nas aldeias.

A identidade cultural será preservada a partir do respeito e da reflexão sobre os sistemas próprios de produção de cada grupo ou etnia. Levando-se em conta as peculiaridades dos diversos povos aqui presentes, que em sua relação com a natureza, desenvolveram conhecimentos, técnicas e tecnologias de manejo e o uso do território e dos espaços que garantiram milenarmente sua sustentabilidade, este eixo perpassa por tais conhecimentos e técnicas, maneiras, e ações trazendo para o âmbito da escola este conhecimento, em sua visualização e concretude.

7.2.3 Escola Indígena e seus sujeitos

O eixo Escola Indígena e seus Sujeitos comporta em seu interior os fundamentos teórico-práticos da formação do educador. Essa dimensão fundamenta o respeito à ampliação da noção de currículo para além das práticas acadêmicas, incorporando a ideia de que a vida cotidiana tem seus próprios currículos, expressos nos processos sociais de aprendizagem que permeiam todo o nosso estar no mundo, que nos constituem e que, necessariamente, precisam ser considerados e processados de forma solidária.

Conhecer é reconhecer, é trabalho crítico de valorização e discussão das práticas, dos valores e das culturas dos sujeitos envolvidos nas diversas experiências, vivenciadas nos vários

espaços e tempos sociais. Conhecer pode ser identificado com a busca da emancipação e da solidariedade, na medida em que procura estabelecer um diálogo entre as culturas presentes nos espaços e tempos.

Os conhecimentos sobre a dimensão cultural, social e política da educação escolar indígena e da educação em geral nas diversas sociedades humanas contribuem para formar uma visão coletiva, crítica e histórica da função da escola nas sociedades indígenas em geral e na comunidade indígena particular do discente.

Este eixo em conjunto com os demais facilitará a compreensão e a valorização dos processos educacionais informais e formais, característicos das sociedades indígenas, usados para o ensino e a aprendizagem do tempo, da sustentabilidade, do parentesco, das relações afetivas entre as gerações e que possibilitam sua continuidade cultural. Os conhecimentos deste eixo auxiliarão os discentes a pensar sobre os padrões culturalmente significativos para a sua comunidade, contextualizando a educação escolar indígena, de forma a interagir e buscar novas alternativas relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem.

Os conhecimentos pedagógicos sobre os processos de produção e socialização dos saberes e dos valores entre as gerações são necessários para que os discentes, durante a sua formação e atuação, mobilizem-se, e às suas comunidades, para a reflexão e formulação coletiva de um projeto de educação escolar coerente com o projeto de sociedade e pessoa aos qual a escola indígena pertence.

7.3 Organização Curricular

São 3217 horas, distribuídas ao longo de oito módulos distribuídos ao longo de 4 anos. A estrutura curricular está desmembrada em duas etapas, organizadas de forma a contemplar um ciclo básico de caráter geral (Núcleo Geral) e uma terminalidade específica (Estudos Aprofundados), cujos componentes curriculares se desenvolverão de forma presencial e modular e também durante as fases intermediárias, conforme descrito a seguir:

Núcleo Geral - engloba conhecimentos das áreas específicas e da formação pedagógica, tendo uma progressiva imbricação com os eixos integradores. Abrange o (re) conhecimento, a sistematização e análise de vasto e intenso campo de conhecimentos com vistas a auxiliar na

construção técnico-científica da formação do educador, na apropriação de saberes de diversos campos da ciência e que, ao mesmo tempo, contribua na escolha de sua formação específica.

Neste Núcleo serão considerados os conhecimentos básicos, vistos sob uma perspectiva de elucidação de fundamentos e de panorama conceitual, enfocando inclusive nivelamento e trazendo os pré-requisitos gerais e amplos que prepararão para os Estudos Aprofundados.

Estudos Aprofundados - a partir da opção de uma área específica, que habilite o professor indígena ao exercício da profissão, aprofundam-se os conhecimentos e práticas do fazer pedagógico através da leitura crítica assinalada por uma matriz dialógica entre dois aspectos: o da cultura universalizada e o das culturas indígenas, respeitando identidades. A perspectiva é a de relacionar e interagir as interfaces dos conhecimentos. O discente fará a escolha por uma das áreas seguintes específicas a partir quinto período (V Módulo): Linguagens e Artes, Ciências e Humanidades.

Assim, os Estudos Aprofundados buscam atender a modalidade da licenciatura, devendo contemplar conhecimentos específicos das três áreas de formação mencionadas para atuar no Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) e Ensino Médio. Também incluirá a Formação Pedagógica, que abrange tanto a sua formação de professor pesquisador, quanto a atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Os conhecimentos abordados nas três áreas de conhecimento contemplam o aprofundamento e prática dos mais variados mapas conceituais dos objetos das mesmas, o que será detalhado a seguir.

7.3.1 Área de Humanidades

A área de Humanidades trabalha com temas variados, de acordo com os interesses e perspectivas de cada discente-pesquisador, bem como, de sua família e grupo étnico-cultural. Destaca o conhecimento indígena em sua especialidade, ao registrá-lo em seu contexto e na língua indígena.

No registro etnográfico sobressaem as formas de aprendizagem, especialidade e habilidade específicas das sociedades indígenas. A etnografia aproxima os processos educacionais realizados na educação escolar indígena aos contextos e conceitos de cada povo. Criatividade, aplicabilidade e participação são fundamentais nesse percurso.

7.3.2 Área de Ciências

A área de Ciências tem como objetivo fortalecer o conhecimento indígena na escola e fora dela. Afirmar os conhecimentos locais sobre os ocidentais, e ao mesmo tempo promover o aprendizado de saberes necessários à vida dos povos indígenas na atualidade da Amazônia brasileira.

Os estudantes indígenas devem, portanto conhecer a história da ciência ocidental, seus pressupostos, aspectos filosóficos, antropológicos, econômicos e políticos. A partir daí fundam-se seus argumentos de autonomia em relação a Ciência hegemônica que chega a eles através da escola.

É imprescindível também uma leitura política das ações e representações que envolvem principalmente os campos em que a ciência ocidental é aplicada através de projetos governamentais e não governamentais. Temáticas como alimentação, doença e saúde, agricultura, relação com outros seres e com a floresta e meio ambiente serão abordadas.

Sobre as políticas ambientais devemos tratar o histórico do conceito de natureza e de meio ambiente. Devemos ler criticamente a legislação ambiental brasileira e mundial e entendermos os impactos dos Protocolos, serviços ambientais, projetos de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas. Sobre a alimentação e saúde temos que enfatizar o conhecimento local, mas também trazer questões da economia capitalista que afetam diretamente os povos indígenas como os mercados de medicamentos e alimentos industrializados.

Desde o início do curso será enfatizada a relação entre conhecimentos indígenas e ocidentais, tema que perpassa diversas disciplinas. O foco deve ser sempre os saberes que os estudantes indígenas trazem de suas experiências e pesquisas em seu povo, os procedimentos próprios aos conhecimentos indígenas.

A cosmologia indígena não separa as áreas ou disciplinas do saber, portanto todo o curso será perpassado pelos temas cosmológicos tais como xamanismo, ritual e mitologia.

7.3.3 Área de Linguagens e Artes

Nosso ponto de partida na área de Linguagens e Artes consiste na intuição de uma identificação entre pensamento indígena e estética. Essa ideia, formulada inicialmente pelo

antropólogo Claude Lévi-Strauss, ocupa lugar central no pensamento antropológico contemporâneo dedicado aos povos indígenas do continente.

Dessa forma, não se trata de tomar as disciplinas da área como conteúdo a ser transmitido. Trata-se de entender as linguagens como recursos para a criação, para a produção do conhecimento como experiência estética. A apropriação do discurso científico, da linguagem verbal escrita, das formas literárias, dos meios eletrônicos, deve ser considerada a partir da ideia de que os indígenas produzem conhecimento numa cultura que é dinâmica.

A experiência com a forma e os meios em que o conhecimento é veiculado ou constituído possibilita a quebra com a naturalização do conhecimento como puro conteúdo, como sempre, apoiado em pressupostos etnocêntricos. A experiência com as linguagens deve proporcionar um olhar crítico em relação à escrita e à oralidade, ao conhecimento científico e o regime de verdade, à arte e o sistema da representação, aos meios eletrônicos e a visão do mundo. A partir da apropriação de tais linguagens, nossa intenção é absorver na prática acadêmica a criatividade que os indígenas imprimem em seu pensamento, em seu cotidiano, em sua escola.

Nas disciplinas em que se trabalha com as línguas indígenas e portuguesa devem ser enfocadas tanto a língua viva ou o uso do idioma, conforme a tendência de abordagem da língua nas últimas décadas (PCN e RCNEI), quanto a abordagem linguística da descrição da estrutura das línguas.

O estudo do fenômeno literário visa problematizar a estética das artes verbais e dos textos produzidos em diferentes linguagens pelos indígenas, sejam estes materiais produzidos com as técnicas tradicionais das práticas rituais como os cantos e os mitos, sejam os textos produzidos com tecnologias contemporâneas como o audiovisual.

Como a área de Linguagens e Artes está centrada na produção de textos (escritos, audiovisuais, orais, performances) todo o trabalho de pesquisa elaborado pelos acadêmicos encontra nos Laboratórios um espaço privilegiado para sua expressão.

7.3.4 Área das Ciências da Educação¹

A área Ciências da Educação sendo transversal no currículo trata especificamente da apropriação conceitual dos temas educacionais relevantes, análise e reflexão dos aspectos éticos e legais relacionados ao exercício profissional. Ancorado numa construção acadêmica teórico-

¹Esta área permeia todo curso enquanto formação teórico-prática do educador fazendo parte tanto do núcleo geral, quanto dos estudos aprofundados e não se constitui como habilitação.

prática, este campo de conhecimentos, busca possibilitar uma atuação profissional consciente quanto ao seu papel político na tarefa educativa e enquanto cidadão na sociedade brasileira.

A formação pedagógica tomará como referência conhecimentos teórico-metodológicos que elucidem a formação discente nos seguintes aspectos: atributos conceituais e reflexivos dos processos educativos e educacionais da atual sociedade; dos processos de ensino; da gestão e coordenação de processos e espaços educativos; teorias e práticas curriculares vigentes, metodologias e fundamentos de ensino para áreas específicas de todos os anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

7.4 As Fases Presencial e Intermediária

Importante ressaltar que o Curso de Licenciatura Indígena em sua organização curricular, além de contemplar a formação do discente em um Núcleo Comum e posteriormente nos Estudos Aprofundados conforme já descrito anteriormente, obedecerá a um regime modular especial desenvolvido de forma intensiva e intermediária², visando respeitar um calendário de especificidade. A respeito dessas fases define o Ministério da Educação nos Referenciais para Formação de Professores Indígenas (2002):

A carga horária dos cursos de formação de professores indígenas deve ser distribuída entre as etapas presenciais com suas periodicidades anuais ou bianuais, em calendários definidos nas propostas curriculares, e as etapas não presenciais ao longo do ano, distribuídas em calendários mais flexíveis (BRASIL. REFERENCIAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS, 2002, p. 46).

Desse modo o curso será constituído pelas etapas letivas:

- fases presenciais: com aulas ministradas nas dependências da universidade, as quais ocorrerão ao longo do ano, prevendo-se uma carga horária intensiva no período de férias e recessos escolares dos cursistas. Nesta fase, enfatiza-se o desenvolvimento de atividades acadêmicas, cujo percurso se dará por meio de aulas teóricas e práticas, assim como por meio de outras atividades, acompanhadas diariamente pelos docentes do Curso;
- fases intermediárias: no período entre os módulos haverá as fases intermediárias, momentos das disciplinas a serem realizados nas aldeias, com o acompanhamento dos professores do curso. Neste momento se realizarão trabalhos de pesquisa, colaboração em

² As atividades intensivas têm caráter presencial, momento em que os acadêmicos farão os estudos teóricos. A fase intermediária será semipresencial, ocasião em que ocorrerão as práticas e o estágio supervisionado.

processos educacionais e práticas relativas às disciplinas do módulo anterior. A Universidade Federal do Acre e parceiros são corresponsáveis na logística e apoios necessários à realização desta fase.

Para que os docentes possam realizar o acompanhamento das atividades propostas deve-se considerar o deslocamento e o tempo de permanência nas aldeias. No Acre existem 35 Terras Indígenas e diversas aldeias. Para executar esse importante momento do curso é exigido um aporte significativo de recursos humanos financeiros e humanos. Bem como do planejamento adequado das ações e seus fins. Assim, há a necessidade de um número de professores qualificados que possam atuar tanto na Universidade quanto nas aldeias e Terras Indígenas. Professores dispostos ao trabalho 'em campo' a ser realizado nestas localidades, geralmente, de difícil acesso.

A fase intermediária é de fundamental importância para que os docentes do curso se relacionem diretamente com os diferentes povos indígenas em seus contextos próprios, para que assim possam realizar seus trabalhos no curso de forma integrada e coerente.

- Parcerias com outras Instituições

Para tais encaminhamentos devem ser celebrados Termos de Cooperação Interinstitucionais entre a UFAC e as instituições diretamente ligadas aos processos e à educação escolar indígena no estado, em âmbito federativo e municipal como Ministério da Educação, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Secretaria de Estado de Educação (SEE), outras IES e instituições de pesquisa, bem como, as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, quando pertinente.

Os principais apoios e recursos necessários à realização da fase intermediária do curso são serviços operacionais e logísticos como transporte aéreo, terrestre e fluvial. Insumos como combustíveis, alimentação, locação/fretamento de embarcações e recursos humanos como profissionais interessados. É necessário apoio institucional no caso de emergência ou documentação para entrada e permanência em Terra Indígena. Deve-se prever também o caso de emergência em saúde envolvendo um discente durante a fase presencial.

O acompanhamento realizado pelos docentes em fase intermediária é contabilizado como carga horária na fase presencial anterior. Tal acompanhamento, durante as fases intermediárias, será sempre limitado pelo número de docentes disponíveis para viagens de campo. Devem ser previstas e disponibilizadas diárias para a atuação dos docentes durante esta fase. A fase

intermediária consiste num momento de troca de experiência e colaboração em pesquisa. Além da possível interação mais direta e aprendizagens variadas entre os envolvidos.

7.5 Componentes Curriculares por Ciclo (Núcleo Geral e Estudos Aprofundados)

Quadro 02. Componentes curriculares distribuídos de acordo com os Eixos e as Áreas – Núcleo Geral.

Eixos	Áreas	Disciplinas
Escola Indígena e seus Sujeitos	Ciências da Educação	<ul style="list-style-type: none"> • História da Educação Escolar Indígena no Brasil e no Acre • Movimentos Sociais e Processos Educacionais Escolares Indígenas • Didática • Investigação e Prática Pedagógica • Epistemologias Indígenas • Organização da Educação Básica e Legislação de ensino
Socioambiental	Humanidades	<ul style="list-style-type: none"> • Cosmologia • Ambientia • Família e Parentesco • Cultura • Direito e Legislação
	Ciências	<ul style="list-style-type: none"> • Ideias Matemática • Ciências I • Ciências II • Ciência e Conhecimentos Tradicionais • Métodos Científicos Indígenas

Múltiplas linguagens	Linguagens e Artes	<ul style="list-style-type: none"> • Tópicos de Pesquisa • Práticas e Intercâmbios Linguísticos • Ensino de Linguagem e Artes • Ensino de Línguas Indígenas e Portuguesa • Imagem e som I
-----------------------------	---------------------------	--

Quadro 03. Componentes curriculares distribuídos de acordo com os Eixos e as Áreas – Estudos Aprofundados.

Eixos	Áreas	Disciplinas
Escola Indígena e seus Sujeitos	Ciências da Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação, Gestão e Currículo da Escola Indígena • Profissão Docente: Identidade, carreira e desenvolvimento profissional • Psicologia da Educação • Fundamentos da Educação Inclusiva • Políticas de educação escolar indígena no Brasil e no Acre
Socioambiental	Humanidades	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino e Pesquisa em Humanidades • Trajetória • Geopolítica • Artes e Conhecimentos • Mídias • Festas • Agroextrativismo e Biodiversidade • Pajelança e Xamanismo
	Ciências	<ul style="list-style-type: none"> • Política e Ambiente • Ensino de Ciências • Sociobiodiversidade • Saúde e Vida • Manejo e Produção • Biodiversidade e povos Indígenas • Agricultura e Alimentação • Florestas, Animais, Plantas e Humanos

<p>Múltiplas Linguagens</p>	<p>Linguagens e Artes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa e culturas indígena produção e edição de textos • Artes visuais • Oralidade e Escrita: literatura e tradução • Línguas Indígenas • Mitologias indígenas • Ensino de Linguagens e Artes • Musicalidades (I) • Musicalidades (II) • Imagem e Som II
	<p>Componentes comuns aos eixos e áreas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários AACC • Laboratórios • Estágio Supervisionado I • Estágio Supervisionado II • Estágio Supervisionado III • Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I • Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II • Língua brasileira de Sinais (Libras)

7.6 Organização – Fases Presencial e Intermediária

Quadro 04. Demonstrativo da distribuição das disciplinas nos oito Módulos.

I – Núcleo Geral					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
História da Educação Escolar Indígena no Brasil e no Acre	60 h	4	0	0	CE
Tópicos em Pesquisa	60 h	2	1	0	LA
Cosmologia	60 h	2	1	0	HUM
Ideias Matemáticas	60 h	4	0	0	CIE
Práticas e Intercâmbios Linguísticos	60 h	2	1	0	LA
Optativa *	-	-	-	-	-
Total	300h	14	3	0	
OBS.: Os créditos práticos serão desenvolvidos na Fase Intermediária do curso.					
Resumo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH	Todas as áreas			
Fase Presencial	210 h				
Fase Intermediária	90 h				
Carga Horária Total	300 h				
II – Núcleo Geral					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
Laboratório I	45 h	1	1	0	Todas
Movimentos Sociais e Processos Educacionais Escolares Indígenas	60 h	4	0	0	CE
Didática	75 h	3	1	0	CE
Ciências I	60 h	2	1	0	CIE
Ciências e Conhecimentos Tradicionais	60 h	2	1	0	CIE
Ambiência	60 h	2	1	0	HUM
Ensino de Linguagem e artes	60 h	2	1	0	LA
Carga Horária Total	420 h	16	6	0	
OBS.: Os créditos práticos serão desenvolvidos na Fase Intermediária do curso.					
Resumo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH	Todas			
Fase Presencial	270 h				
Fase Intermediária	150 h				
Carga Horária Total	420 h				

III – Núcleo Geral					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
Laboratório II	45 h	1	1	0	Todas
Investigação e Prática Pedagógica	75h	3	1	0	CE
Família e Parentesco	60 h	2	1	0	HUM
Ensino de Línguas Indígenas e portuguesa	60 h	2	1	0	LA
Métodos Científicos Indígenas	60 h	2	1	0	CIE
Cultura	60 h	2	1	0	HUM
Optativa*					
Carga Horária Total	360h	12	6	0	
OBS.: Os créditos práticos serão desenvolvidos na Fase Intermediária do curso.					
Resumo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH	Todas			
Fase Presencial	210 h				
Fase Intermediária	150 h				
Carga Horária Total	360h				
IV – Núcleo Geral					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
Laboratório III	45 h	1	1	0	Todas
Direito e Legislação	60 h	4	0	0	HUM
Ciências II	60 h	2	1	0	CN
Imagem e Som I	60 h	2	1	0	LA
Epistemologias Indígenas	60 h	2	1	0	CE
Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino	60 h	4	0	0	CE
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60h	2	1	0	LA
Optativa*	-	-	-	-	-
Carga Horária Total	405h	17	5	0	
OBS.: Os créditos práticos serão desenvolvidos na Fase Intermediária do curso.					
Resumo do Módulo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH	Todas			
Fase Presencial	255 h				
Fase Intermediária	90 h				
Carga Horária Total	345 h				
V – Estudos Aprofundados					
Disciplinas Comuns a todos	CH	Créditos			Disciplinas
		T	P	E	
Laboratório IV	45 h	1	1	0	Todas
Coordenação, Gestão e Currículo da Escola Indígena	75 h	3	1	0	CE
Profissão Docente: Identidade, carreira e desenvolvimento profissional	60 h	4	0	0	CE
Estágio Supervisionado I	135 h	0	0	3	Todas
Carga Horária Disciplinas Comuns	315 h	8	2	3	
Área de Linguagens e Artes					
Disciplinas	CH	Créditos			LA
		T	P	E	
Pesquisa e Culturas Indígenas: Prod. e Ed. de	60 h	2	1	0	

textos					
Artes Visuais	60 h	2	1	0	
Oralidade e Escrita: literatura e tradução	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	180h	6	3	0	
Área de Humanidades					
Disciplinas	CH	Créditos			HUM
		T	P	E	
Ensino e Pesquisa em Humanidades	60 h	2	1	0	
Trajetória	60 h	2	1	0	
Geopolítica	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	180 h	6	3	0	
Área de Ciências					
Disciplinas	CH	Créditos			CIE
		T	P	E	
Política e Ambiente	60h	2	1	0	
Ensino de Ciências	60h	2	1	0	
Sociobiodiversidade	60h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	180 h	6	3	0	
OBS.: Os créditos práticos serão desenvolvidos na Fase Intermediária do curso.					
Resumo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH	Todas			
Fase Presencial	240h				
Fase Intermediária	255 h				
Carga Horária Total	495 h				
VI – Estudos Aprofundados					
Disciplinas Comuns a todos	CH	Créditos			Área
		T	P	E	
Laboratório V	45 h	1	1	0	Todas
Psicologia da Educação	60h	4	0	0	CE
Fundamentos da Educação Especial	60 h	4	0	0	CE
Estágio Supervisionado II	135 h	0	0	3	Todas
Optativa*	-	-	-	-	-
Carga Horária das Disciplinas Comuns	300 h	9	1	3	
Área de Linguagens e Artes					
Disciplinas	CH	Créditos			LA
		T	P	E	
Línguas Indígenas	60 h	2	1	0	
Mitologias indígenas	60 h	2	1	0	
Musicalidades I	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	180 h	6	3	0	
Área de Humanidades					
Disciplinas	CH	Créditos			HUM
		T	P	E	
Arte e Conhecimentos	60 h	2	1	0	
Multimeios	60 h	2	1	0	
Festas	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	180 h	6	3	0	
Área de Ciências					
Disciplinas	CH	Créditos			Área
		T	P	E	
					CIE

Saúde e Vida	60h	2	1	0	
Manejo e Produção	60h	2	1	0	
Biodiversidade e Povos Indígenas	60h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	180 h	6	3	0	
OBS.: As disciplinas de 75h/a terão os créditos práticos desenvolvidos na Fase Intermediária do curso.					
Resumo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH	Todas			
Fase Presencial	255 h				
Fase Intermediária	225 h				
Carga Horária Total	480 h				
VII–Estudos Aprofundados					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
TCC I	60 h	0	2	0	Todas
Estágio Supervisionado III	135 h	0	0	3	Todas
Políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil e no Acre	60 h	4	0	0	CE
Carga Horária das Disciplinas Comuns	255 h	4	2	3	
Área de Linguagens e Artes					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
Musicalidades II	60 h	2	1	0	LA
Imagem e Som II: da pesquisa ao audiovisual	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	120h	4	2	0	
Área de Humanidades					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
Agroextrativismo e Biodiversidade	60 h	2	1	0	HUM
Pajelança e Xamanismo	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	120 h	4	2	0	
Área de Ciências					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
Agricultura e Alimentos	60 h	2	1	0	CIE
Florestas, Animais, Plantas e Humanos	60 h	2	1	0	
Carga Horária de Est. Aprofundados	120h	4	2	0	
Resumo - Fases e Carga Horária					
Fases	CH				
Fase Presencial	180 h				
Fase Intermediária	255 h				
Carga Horária Total	435 h				

VIII–Estudos Aprofundados					
Fase Presencial					
Disciplinas	CH	Créditos			Áreas
		T	P	E	
TCC II	60 h	0	2	0	Todas
Carga Horária Total	60 h				

* Ao longo do curso serão oferecidas quatro disciplinas optativas, entre as quais os acadêmicos deverão frequentar duas delas.

7.7 Quadro Síntese Componentes Curriculares e Carga Horária. (NG= Núcleo Geral; EA= Estudos Aprofundados; AACCs= Atividades Acadêmico Científico-Cultural).

ESTRUTURA CURRICULAR	Carga Horária/Área		
	HUM	CIE	LA
Disciplinas Obrigatórias NG	1485	1485	1485
Disciplinas Obrigatórias EA	1410	1410	1410
Optativas	90	90	90
AACCs	232	232	232
TOTAL	3217	3217	3217

ESTRUTURA CURRICULAR	C/H	CRÉDITO
Disciplinas Obrigatórias	2895	250
Disciplinas Optativas	90	6
AACC	232	-
Carga Horária Total	3217	

7.8 Ementas e Referências

7.8.1 Quadro: Disciplinas obrigatórias com ementas e referências bibliográficas.

Disciplinas Núcleo Geral					
Ciências da Educação - CE					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	História da Educação Escolar Indígena no Brasil e no Acre		T	P	E
			4	0	0
<p>EMENTA: História da Educação. Questões teóricas e metodológicas da História da Educação: sujeitos, fontes e abordagens. A educação escolar e sua trajetória desde a Antiguidade, sua institucionalização e transformação na sociedade moderna até a atualidade. Educação indígena e educação escolar indígena com as especificidades de cada etnia acreana. Escolaridade indígena: missionária, integracionista, estatal e outras experiências históricas de desenvolvimento da educação escolar indígena como os projetos realizados por organizações não governamentais no Brasil e no Acre, como a Comissão Pró-Índio do Acre. O movimento indígena organizado e sua relação com a escola (OPIAC). Introdução à legislação para a educação escolar indígena.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992/ 1998. FREIRE, J. R. B. A Amazônia Colonial (1616 – 1798). 4. Ed. Manaus: Metro Cúbico, 1991. SILVA, José A. C. Os Caminhos da Escola Indígena no Vale do Juruá – Da Imposição à Ressignificação. IXTLAN Editora. São Paulo, 2014.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BITTENCOURT, Circe M. F. e SILVA, Adriane C. da. (orgs.). Perspectivas históricas da educação indígena no Brasil. In. À margem dos 500 anos. PRADO, Maria Lúgia e VIDAL, Diana (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. MANACORDA, M. A. História da Educação – da antiguidade aos nossos dias. São Paulo, Cortez, 1998, 5ª edição. DALMOLIN, Gilberto Francisco, O papel da escola entre os povos indígenas: de Instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural – Rio Branco: EDUFAC, 2004. GRUPIONI, Luís Donisete B. (Ed.). Coleção dos livros didáticos do referencial curricular nacional para as escolas indígenas: Informações para o professor. Brasília: MEC/SEF, 1998. Monte, Nieta. Escolas da Floresta: entre o passado oral e o presente letrado - Diários de classe de professores Kaxinawa. Rio de Janeiro, Multiletras, 1996.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Movimentos Sociais e Processos Educacionais Escolares Indígenas		T	P	E
			4	0	0
<p>EMENTA: Direitos humanos. Movimentos de resistência e reivindicação de direitos indígenas no Brasil e no Acre. A educação como direito social e individual. A educação como um direito de cidadania e de participação crítica na sociedade. O direito dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. A luta do Movimento Indígena pelo direito à educação específica e diferenciada no Brasil. Movimento Indígena e seu papel na construção de políticas públicas de educação. Proposta pedagógica de interculturalidade nas experiências de escolas indígenas no Brasil. Movimentos Sociais e projeto político pedagógico das escolas indígenas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMPOS, Rogério Cunha. Pensando os Movimentos indígenas como sujeitos socioculturais: a luta por educação. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Unicamp, 2003. FAUSTINO Rosângela Célia. Movimentos sociais, questão indígena e educação no contexto da diversidade cultural. Revista Contrapontos - Eletrônica Vol. 11 - n. 3 - p. 323-335 / set-dez 2011.</p>					

SILVA, Rosa Helena Dias. **Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa - Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias.** XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DALMOLIN, Gilberto Francisco, **O papel da escola entre os povos indígenas: de Instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural** – Rio Branco: EDUFAC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **A presença Indígena na Formação do Brasil.** Laced/Museu Nacional – Coleção Educação para Todos: Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Índio Brasileiro: o que precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje.** Laced/Museu Nacional – Coleção Educação para Todos: Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.** Cadernos de Educação Básica, Série Institucional, Vol. 2. Brasília: MEC, 1993

ACRE. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. **Povos Indígenas do Acre.** – Rio Branco: FEM, 2010.

CEL	Nome da Disciplina	CH 75h	Créditos		
	Didática		T	P	E
			3	1	0

EMENTA:

Didática: fundamentos históricos e epistemológicos. Didática e interdisciplinaridade: as interações entre Didática, Currículo e as Ciências com implicações na Educação. Fundamentação teórico-metodológica das práticas pedagógicas. Organização intencional e sistemática do ensino: processo de planejamento e planificação do ensino no contexto da escola (planos escolares e planos de ensino): finalidades e componentes constitutivos (objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FAZENDA, I. (org) **Didática e interdisciplinaridade.** 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa.** 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEDEL, C. R. M. A. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

MORALES, P. **Avaliação escolar: o que é, como se faz.** Trad. Nicolás Nyimi Campário. São Paulo: Loyola, 2003.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOSI, M. R. **Didática Geral: um olhar para o futuro.** 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

CEL	Nome da Disciplina	CH 75	Créditos		
	Investigação e Prática Pedagógica		T	P	E
			1	2	0

EMENTA:

Fundamentos da pesquisa educacional: características e especificidades da "Escola" como objeto de investigação. Atividades de cunho investigativo centrada na observação, descrição, análise e reflexão do cotidiano da escola e da sala de aula ante ao reconhecimento da complexidade que envolve a organização do trabalho pedagógico escolar. As diferentes dimensões constitutivas do trabalho pedagógico: as rotinas,

as dinâmicas e lógicas ordenadoras das atividades administrativas e pedagógicas na escola; a estrutura administrativa e organizacional de um estabelecimento escolar; a construção e a gestão do projeto político-pedagógico; o currículo como ordenador da organização do processo de ensino e das situações de aprendizagem; práticas pedagógicas e trabalho docente; a avaliação institucional e os indicadores de desenvolvimento e desempenho da educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, J. (org.). **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996.
 GIMENO SACRISTAN, J. **Currículo e diversidade cultural**. In: Silva, Tomaz T.; MOREIRA, Na. F. (org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
 LIBÂNEO, J. C. **Organizações e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PCN Língua Portuguesa. Secretaria de Educação. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1996.
 MACEDO, B. **A construção do Projeto Educativo de Escola. Processo de Definição Lógica de Funcionamento da Escola**. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa, 1995.
 TAVARES, J. **A formação como construção do conhecimento científico e pedagógico**. In: SÁ-CHAVES, I. **Percursos de formação e Desenvolvimento Profissional**. Porto: Porto Editora (Coleção CIDINE), 1997.
 TAVARES, J. & ALARCÃO, I. **Paradigmas de formação e investigação no ensino superior no terceiro milênio**. In: Alarcão, I. (org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: ART – MED, 2001.
 LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 7 ed. São Paulo: Cortez 2009. (Coleção Docência em formação/Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Profissão Docente: identidade, carreira e desenvolvimento profissional		T	P	E
			4	0	0

EMENTA: O professor indígena: a constituição histórica do trabalho docente. A formação docente e a construção da identidade profissional. Perfil do professor indígena a ser formado. As dinâmicas, os fundamentos do processo de trabalho do ensino e os saberes da docência. Projetos pedagógicos de cursos e propostas curriculares da formação. Promoção e oferta da formação de professores indígenas: colaboração e responsabilidades. Saberes e os fazeres na educação escolar indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.
 CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). **Pesquisando a formação de professores**. Rio de Janeiro, DP&A.
 BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CATANI, D. e SOUZA, C. (org) (1997). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo, Escrituras.
 FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática educativa**. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.
 FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
 SAVIANI, Dermal. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.
 BRASIL. **Decreto Presidencial nº 26/91**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino		T	P	E
			4	0	0
EMENTA: A Organização da Educação no Brasil. A Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades da Educação no contexto das políticas educacionais e da legislação de ensino; Lei de Diretrizes e Bases Nacional. Política de Financiamento da Educação Básica. Plano Nacional de Educação e Legislação Estadual de Ensino.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVERIA, R. P.; ADRIÃO, Thereza (orgs.). <i>Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades</i> . 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007. BRZESZINSKI, I. LDB/1996: Uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). <i>LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares</i> . São Paulo: Cortez, 2008. CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17. Ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. CORRÊA, B. C. Educação Infantil. In: OLIVERIA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades</i> . 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MONLEVADE, J. A. C. Financiamento da Educação na Constituição Federal e na LDB. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). <i>LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares</i> . São Paulo: Cortez, 2008. PEREIRA, E. W. & TEIXEIRA. Reexaminando a educação básica na LDB: o que permanece e o que muda. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). <i>LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares</i> . São Paulo: Cortez, 2008. PINO, I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). <i>LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares</i> . São Paulo: Cortez, 2008. PINTO, J. M. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades</i> . 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007. SOUSA, S. Z. L.; PRIETO, R. G. Educação Especial. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades</i> . 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.					
Legislação Básica: · Constituição Federal atualizada. Artigos que tratam da educação · Constituição Estadual do Acre. Artigos que tratam da educação · Lei nº 9.131/95. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Educação. · Lei nº 9.394/96. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. · Lei nº 10.172/01. Plano Nacional de Educação. · Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020 e Emendas apresentadas. · Lei nº 11.494/07. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. · Lei nº 11.738/08. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.					
Disciplinas Estudos Aprofundados					
Ciências da Educação CE					
CEL	Nome da Disciplina	CH 75 h	Créditos		
	Coordenação, Gestão e Currículo da Escola Indígena		T	P	E
			3	1	0
EMENTA: Gestão Democrática: princípios e instrumentos para a prática. Organização do trabalho na					

escola. Função e princípios da coordenação pedagógica. Projeto Político Pedagógico e Gestão Escolar. Análise de experiências de gestão em escolas indígenas no Brasil e no Acre: o papel dos diretores e da coordenação pedagógica, os calendários, os regimentos, a organização de tempos e espaços, a relação com a comunidade indígena, as parcerias (agenda de trabalho da equipe gestora). Escolarização e currículo: sua história e sua prática. Escolarização e cultura escolar. Políticas curriculares oficiais. Níveis político, administrativo e técnico-pedagógico de intervenção no currículo. Currículo multicultural, aberto e flexível. Construção do currículo específico - Escolas Indígenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Naura Syria e AGUIAR, Márcia Ângela da. (org.) **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

MOREIRA, A. F. Batista e SILVA, T. Tadeu da. (org.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Agenda de Trabalho da Equipe Gestora das Escolas Estaduais**. Rio Branco, 2005 GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. **Caderno de apresentação: Programa Parâmetro em Ação de Educação Escolar Indígena – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília, 2002.

LIBÂNEO, J.C. *et. al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, in: **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. S. Paulo: Cortez, 1986.

BRASIL. Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas/ SEF/ MEC. **Roteiro de apresentação e sistematização das experiências de formação de professores indígenas (projetos não governamentais)**. Brasília, 2000 (Mimeo).

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat (org) Trad Jussara Halbert Rodrigues. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalhos**. 5ª Ed. Porto Alegre- RS: Artes Médicas, 1998.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Epistemologias Indígenas		T	P	E
			4	0	0

EMENTA: Origem histórico-social dos sistemas filosóficos. Epistemologias dos povos indígenas e educação. Relação entre formas diversas de conhecimento e pedagogia. A escola como local de produção e reprodução da vida social, da cultura e do conhecimento. Construção e sistematização de conceitos, princípios e valores de uma sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Rosa Helena Dias. **Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa - Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias**. XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da educação**. São Paulo: EPU, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. (Coleção Magistério – Série Formação do Professor). São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, in: **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. S. Paulo: Cortez, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

MAAR, Wolfgang Leo. **“Educação crítica, formação cultural e emancipação política na escola de Frankfurt”**. In: **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na escola de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes. São Carlos: Ed. UFSCar, 2003.

COTRIN, Gilberto. Fundamentos da Filosofia – História e Grandes Temas. São Paulo: Saraiva 2000.					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Psicologia da Educação		T	P	E
			4	0	0
<p>EMENTA: Concepções psicológicas subjacentes às teorias de desenvolvimento e aprendizagem com ênfase na adolescência. Processos psicológicos que ocorrem na relação ensino e aprendizagem e sua interação na prática pedagógica. As práticas educacionais escolares, familiares e sociais, como promotoras dos processos de desenvolvimento psicológico e aprendizagem</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARRARA, K. (Org.) Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2005. CARPIGIANI, B. Psicologia: das raízes aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Pioneira, 2000. COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 1996. vol. 1.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FREITAS, M. T. de A. Vygotsky e Bakhtin psicologia e educação: um intertexto. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996. RAPPAPORT, C. R. et al. <i>Psicologia do desenvolvimento. A idade escolar e a adolescência.</i> São Paulo: EPU, 1981-1982. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete B. (orgs.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2ª Ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1998. FERREIRO, E. Jean Piaget: o homem e sua obra. In Atualidade de Jean Piaget . Porto Alegre: Artmed, 2001. VIGOTSKY, L. S. Psicologia Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Fundamentos da Educação Especial		T	P	E
			4	0	0

EMENTA:

Caracterização, conceito e objetivos da Educação Especial. Direitos humanos. Aspectos filosóficos, princípios norteadores, modalidades de atendimento. Abordagens Didáticas para pessoas com necessidades educacionais especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais acesso e qualidade.** Brasília: CORDE, 1994.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em 09 ago. 2010.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACRE. Secretaria de Estado da Educação. **Aprendendo mais sobre Altas Habilidades.** Rio Branco: SEE/ NAAH/S, s/d.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

FLEITH, D. S. (org). **A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/ Superdotação: volume 1: orientação a professores/** organização: Denise de Souza Fleith. Brasília:MEC/SEESP, 2007.

_____. *Lei nº 10.098/94- Acessibilidade.* Brasília: MEC/SEESP, 2000.

_____. *Lei nº 10.436/02- Libras-* Brasília: MEC/SEESP, 1994. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Políticas de Educação Escolar Indígena no Brasil e no Acre		T	P	E
			4	0	0

EMENTA: As Políticas para a educação nas últimas décadas. O papel do Estado na formulação e implantação das políticas públicas educacionais indígenas. Os determinantes atuais das políticas educacionais indígenas. A universalização da educação básica e à alocação de recursos por parte do poder público. As formas de financiamento da educação básica indígena. Educação escolar e o processo de formação de professores indígenas. Organismos internacionais na definição de políticas públicas. As ações afirmativas de políticas públicas no campo educacional. Diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. **Caderno de apresentação: Programa Parâmetro em Ação de Educação Escolar Indígena–Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, José A. C. **Os Caminhos da Escola Indígena no Vale do Juruá – Da Imposição à Ressignificação.** IXTLAN Editora. São Paulo, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB interpretada: Diversos Olhares se inter cruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, R. P. e ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do Ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2007.

DAVIES, N. **FUNDEB: a Redenção da Educação Básica?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
 FERRERIA, N. S. e AGUIAR, M. A. (orgs). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromisso.** São Paulo: Cortez, 2004.
 LIMA, C. A. F. & MORAES, R. A. **A política de formação de professores leigos no Brasil In: Universidade e sociedade** (Vol. 36, p. 73-80). Brasília: Andes, 2005.

Disciplinas Núcleo Geral					
Humanidades – HUM					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Cosmologia		T	P	E
			2	1	0
<p>Ementa: A cosmovisão presente na mitologia e na história oral das diferentes famílias linguísticas e sociedades indígenas. Rituais e celebrações artísticas, religiosas e socioculturais que as manifestem na atualidade. Sua observação e aplicação no cotidiano educacional e escolar indígena.</p> <p>Bibliografia Básica: LESSIN, L. 2011. Nos rastros de Yakuruna: a partida de Pawa e a pós-sustentabilidade Ashaninka. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista. SAEZ, O. C. O Nome e o Tempo dos Yaminawa. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994. SCHIEL, J. Tronco Velho: histórias Apurinã. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, IFCH/Unicamp, 2005, p. 1 - 533.</p> <p>Bibliografia Complementar: FARAGE, N. As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. LABIAK, Araci M. Frutos do céu e Frutos da terra: aspectos da cosmologia Kanamari no Warapekom. Manaus: EDUA/FSDB, 2007. LIMA, Edilene C. de. 2000. Com os olhos da serpente: homens, animais e espíritos nas concepções Katuquina sobre a natureza. Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. MINDLIN, B.e narradores indígenas. Moqueca de maridos: mitos eróticos. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1998. PEDROSA, José M. A. e LÓPEZ, Manuel M. Relatos de Hispanoamérica – Mitos precolombianos. Madri: Editora Espasa Calpe S.A, 2002. CUNHA, M. C. da. Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ambiência		T	P	E
			2	1	0
<p>Ementa: Ideias, categorias e conceitos indígenas relacionados ao ambiente e sua utilização intelectual e prática no cotidiano e a partir da experiência indígena. Comparações entre outros grupos étnico-culturais como populações agroextrativistas e quilombolas.</p> <p>Bibliografia Básica: CUNHA, Manuela C. da. & ALMEIDA, Mauro W. B. de (orgs.) 2002. Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras. GALVÃO, E. Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959. In: Encontro de Sociedades. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1979. ROIG, H. e MARTINI, A. 2002. "Geologia e Geomorfologia". In: Manuela C. da Cunha e Mauro B. de Almeida (ed.). Enciclopédia da Floresta. O alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações, pp.</p>					

43-50. São Paulo: Cia. das Letras.

Bibliografia Complementar:

ABREU, J.C. de. **Capítulos da História Colonial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

BARROS, G.R. **Nos confins do extremo Oeste – A presença de Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

LIMA, Edilene C. de. 2000. **Com os olhos da serpente: homens, animais e espíritos nas concepções Noke Koï sobre a natureza**. Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

MARTINI, Andréa e JAMINAWA, Júlio R.. 2010. "Ambiência Jaminawa: diálogos em pesquisa". *Revista de Estudos Universitários* 36 (3): 155-180. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=505> em 24/05/2014.

TODOROV, Tzevetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Família e parentesco		T	P	E
			2	1	0

Ementa: Família e organização social entre os grupos representados no curso. Representação política e parentesco. Relações de gênero, categorias etárias e de pessoa. Posições, atribuições e relações sociais.

Bibliografia Básica

GÓES, P.R.H. de. 2009. **Infinito povoado: domínios, chefes e lideranças em um povo indígena do Alto Juruá**. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.

KAXINAWÁ, J.P. (org.). **Índios no Acre: história e organização**. Rio Branco, AC: Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.

SILVA, A.L. da, MACEDO, A.V. L. da S. e NUNES, A. (orgs.). **Crianças indígenas – Ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

Bibliografia Complementar

KAXINAWA, S. "Fruto da Aliança dos Povos da Floresta". São Paulo/Rio Branco, VHS/43 min, Labtec. 1988.

MARTINI, A. **A margem do limite: fronteira e narrativa no Alto Juruá, Acre Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. IFCH/Unicamp.

PANTOJA, M. C. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2004.

OLIVEIRA FILHO, J.P.de. **O Nosso Governo. Os Ticuna e o regime tutelar**. Marco Zero/SP: MCT-CNPq/BSB, 1997.

CEL	Nome da disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Cultura		T	P	E
			2	1	0

Ementa: Manifestações culturais, identidade e política. Diversidade cultural no mundo e entre os discentes indígenas no curso. Práticas, aprendizagens e conhecimentos relacionados. Calendários e festivais. Cultura e alteridade segundo a Antropologia.

Bibliografia Básica

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PÉREZ-GIL, L. 2006. **Metamorfoses yaminawa: xamanismo e socialidade na Amazônia peruana**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

WEBER, Ingrid. **Um copo de cultura: os Huni Kuĩ (Kaxinwá) do Rio Humaitá e a escola**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

Bibliografia Complementar

AMODIO, E. **Educación, Escuelas y Culturas Indígenas de América Latina**. Ecuador: UNESCO/OREALC. MLAL – ABYA-YALA, 1988.

BOSI, A. **Cultura Brasileira – temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

VELHO, G. & VIVEIROS DE CASTRO, E. **O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas**. Espaço: Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula. Rio de Janeiro: v.2, n.2, 1980.

MELATTI, J.C. **Índios do Brasil**. São Paulo-Brasília: Hucitec e Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: 1987.

OLIVEIRA, R. E. de., MARTINI, A. e OLIVEIRA, S. F. 2011. “Kene Marubo”. *Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade* (1): 1-15. Disponível em, <http://www.uff.br/revistavitas/images/artigos/KENE%20MARUBO.%20por%20Raimunda%20Oliveira%20et%20all.pdf>, em 05/04/2013.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Direito e legislação		T	P	E
			4	0	0

Ementa: Direitos e deveres presentes em regras de herança, casamento, propriedade, posse e usufruto de terras e bens. Os “direitos indígenas” na Constituição Federal e legislações complementares. Direitos Humanos. O direito internacional.

Bibliografia Básica

CUNHA, Manuela C. da (org.). **Direito Indígena**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. **O Nosso Governo. Os Ticuna e o regime tutelar**. Marco Zero/SP; MCT-CNPq/BSB, 1997.

MAGALHÃES, E. (org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

Bibliografia complementar

AQUINO, Terry V. de. **Índios Kaxinawa: de seringueiros a caboclo a peão acreano**. Rio Branco: ENGRAPAL, 1982.

FREIRE, J. R. B. **A Amazônia colonial (1616 – 1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

OLIVEIRA FILHO, J. P. (org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTILLI, J. **Os direitos indígenas e a Constituição**. Porto Alegre/Brasília: Sérgio Fabris Editor/ Núcleo de Direitos Indígenas, 1993.

Disciplinas Estudos Aprofundados

Humanidades – HUM

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ensino e pesquisa em Humanidades		T	P	E
			2	1	0

Ementa: Metodologias indígenas de pesquisa. Planejamento prático e teórico da pesquisa a ser realizada pelos discentes. Levantamento bibliográfico e documental. História, línguas e artes indígenas como instrumento de pesquisa-ensino-aprendizagem na educação escolar indígena, bem como, em outros ramos do conhecimento.

Bibliografia Básica

COLLET, Célia L.G. “Eu quero progresso sendo índio”. Tese de Doutorado em Antropologia

Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, M.C. **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá.** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

NIMUENDAJU, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões adjacentes. 1944.** Fundação IBGE/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1980.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Aracy Lopes da e LEAL FERREIRA, Mariana Kawall (Org.). **Práticas pedagógicas na escola indígena.** São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da e LEAL FERREIRA, Mariana Kawall. **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola.** São Paulo: Global, 2001.

KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental. 2010. Metodologia de diagnóstico Etnoambiental participativo e etnozonoamento em terras indígenas. Brasília: ACT Brasil Editora.

ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P.L.O.; JUNQUEIRA, S.R.A. **Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente.** Curitiba: Champagnat, 2004.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Trajetórias		T	P	E
			2	1	0

Ementa Trajetórias pessoais, familiares e grupais no Alto Juruá e outras regiões representativas para os professores indígenas. Genealogias. Mapas históricos de (i) migrações realizadas. Locais considerados históricos, sagrados ou memoráveis. Noções de cartografia e sensoriamento remoto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDONÇA, B. **Reconhecimento do Juruá (1905),** Belo Horizonte: Itatiaia; Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989.

NIMUENDAJU, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes.** 1944. Fundação IBGE/Pró-Memória, RJ. 1980.

WOLFF, C. S. **Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945).** São Paulo: Hucitec, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLOMBO, C. **Diários da Descoberta da América – As quatro viagens e o testamento;** Porto Alegre: L&PM, 1998.

OLIVEIRA, E.C.de.; MARTINI, A. & LESSIN, L. “A trajetória de Pamani Pixti Puxi Nukini na educação acreana”. In: Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade, n. 5, setembro de 2012, pp. 1-15. Artigo resultante PIBIC Ações Afirmativas, CNPq, 2011-2012. Disponível em 07/03/2013: <http://www.uff.br/revistavitas/ojs/index.php/revistavitas/article/view/48>

PASSINI, E. **Espaço geográfico – ensino e representação.** São Paulo: Contexto, 2003.

PONTUSCHKA, N. N. **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

PORRO, A. 1992. **As Crônicas do Rio Amazonas.** Petrópolis: Vozes.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Geopolítica		T	P	E
			2	1	0
<p>Ementa: A geopolítica nacional e internacional na atualidade. A ocupação histórica do Brasil, do estado do Acre e da Amazônia. Aspectos e impactos linguísticos, políticos e sociais decorrentes de tais processos, segundo a perspectiva indígena.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. M. C. "O rio Muru: seus habitantes, crenças e costumes Kachinawá, 1925". In. Tastevin, Parrissier. Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 136-171. CUNHA, Manuela C. da (org.). Histórias dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. IGLESIAS, M.P. 2010. Os Kaxinawa de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Brasília: Paralelo 15.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ACRE. Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Acre. SECTMA: Rio Branco, 2008. BARROS, G. R. Nos confins do extremo Oeste – A presença de Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. MONTAGNER, D. Construção da Etnia Nawa. Disponível em. http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/REP4-1/02-Delvair_Montagner-Construcao_da_etnia_Nawa.pdf em 21/10/2012. OLIVEIRA NEVES, L. J. 1996. 137 anos de sempre: Um capítulo da história Kanamari do contato. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGAS/UFSC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Arte e conhecimentos		T	P	E
			2	1	0
<p>Ementa A arte no ensino e pesquisa de conhecimentos indígenas. Manifestações artísticas das sociedades indígenas representadas no curso e sua relação com as cosmologias e mitologias. Arte no mundo e ao longo do tempo. Técnicas e tecnologias.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAGROU, E.M. 2005. A Fluidez da Forma: Arte, alteridade e agência em uma Sociedade Amazônica. Rio de Janeiro: Top Books. MÜLLER, R.P. Os Assurini do Xingu: história e arte. Campinas: Unicamp, 1990. GOÉS, P. R. H. "A NATUREZA DO SABER: O LUGAR DO CONHECIMENTO NA PRÁXIS KATUKINA". IN. <i>ESPAÇO AMERÍNDIO</i>, PORTO ALEGRE, V. 1, N. 1, P. 116-145, JUL./DEZ. 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1998. LABIAK, A.M. "Vida e cultura vividas na escola Kanamari". In.: OLIVEIRA, Inês B. de (org.). Alternativas emancipatórias em currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2004. RAPOSO, Celino A. <i>et al.</i> Makuusiyamî 'ya Teserukon Ko'Mannîpî: os Makuxi conservam sua tradição. Boa Vista: SECD-DEI/ MEC, 1997.</p>					

RIBEIRO, Berta G. (coord.). **Suma Etnológica Brasileira: Arte Indígena**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAEZ, O. C. NAVEIRA, M.C. e PÉREZ GIL, L. 2003. "O Saber é Estranho e Amargo. Sociologia e mitologia do conhecimento entre os Yaminawa". *Campos* (4): 9-28.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Multimeios		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Tecnologias variadas e suas aplicações. Imagens fotográficas e audiovisuais. Fotografias aéreas, imagens de radar e de satélite. Fotointerpretação, sensoriamento remoto e interpretação de imagens; princípios básicos e aplicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 1993.

MORAN, J. M. "Como utilizar a Internet na educação". IN. *Ciência da Informação*, Brasília. Vol. 26, nº 2, p. 146-153, 1997.

SANTOS, B.de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, J.W.; MOREIRA, M.; OLIVEIRA, C.C. **Matrix - metáfora ou realidade. Dois Pontos: Teoria & Prática em Gestão Educacional**. Belo Horizonte: Vol. 5, nº 42, p. 27-32, maio/junho 1999.

COSTA, J.W.; PAIM, I. **Informação e Conhecimento no Processo Educativo**. In: COSTA, J.W. & OLIVEIRA, M.A.M. **Educação, Comunicação e Sociabilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

MORAN, J. M. **Como utilizar a Internet na educação**. *Ciência da Informação*, Brasília: v.26, n. 2, p. 146-153, 1997.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Festas		T	P	E
			2	1	0

Ementa: Festas e celebrações em diferentes sociedades, ao longo do tempo. Performance, drama, epifania e representação. Principais celebrações de cunho festivo, religioso, devocional e ritual descritas pelos discentes do curso. Preparação de tais atividades e seu calendário. Dança, comida, adereços, pintura e música na composição da festa. As boas maneiras para cada ocasião festiva.

Bibliografia Básica

CEZARINO, P. N. 2008. Oniska. A poética da morte e do mundo entre os Marubo da Amazônia ocidental. Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUZ, P. F. L. da. 1996. Estudo comparativo dos complexos ritual e simbólico associados a uso da Banisteriopsis caapi e espécies congêneres em tribos de língua Pano, Arwak, Tukano e Maku do noroeste amazônico. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.neip.info>, em 12/04/2013.

MONTAGNER, D. **O mundo dos espíritos: estudo etnográfico dos ritos de cura Marubo**. Brasília, 1995.

Bibliografia Complementar

BATESON, G. **Naven. Un cerimonial latmul.** Madrid: Júcar Universidad, 1990.

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC). **Nixi Pae - O espírito da floresta.** Rio Branco: CPI/AC, 2006.

IBÃ KAXINAWÁ, Isaías Sales et ali: **Huni Meka – Cantos do Nexi Pae.** Rio Branco, Comissão Pró-Índio, 2007.

MÜLLER, R.P. **Os Assuriní do Xingu: história e arte.** Campinas: Unicamp, 1990.

SALES, J. O; MARTINI, A. & KAXINAWA, D. M. **Centro de Memória dos Rios Yurayá e Tarayá.** Jordão: ASKARJ, p. 1-36, 2010.

VILLAS BOAS, O. **A arte dos pajés: impressões sobre o universo espiritual do índio xinguano.** São Paulo: Editora Globo, 2000.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Agroextrativismo e biodiversidade		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Principais cultivares, sistemas produtivos e seus calendários. Roçados e seus usos: repartição e manejo. Diversidade e aproveitamento de recursos extrativos. Caça e pesca. Agrobiodiversidade e seus mantenedores: o papel do clima, dos animais e pessoas. Capacidade e variedade nutricional, aplicação e uso comercial de variedades e espécies próprias da biota amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, T.V.de. & IGLESIAS, M.P. (1994). **Kaxinawá do Rio Jordão. História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado.** Rio Branco: Comissão Pró-Índio Acre (CPI/AC).

CUNHA, M. C. da. & ALMEIDA, M. B. de. (orgs.). 2002. **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações.** São Paulo: Companhia das Letras.

PICOLLI, Jacó César. **Sociedades tribais e expansão da economia da borracha na área jurua-purus.** 1993. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, R. I. (*et al.*) **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima.** Manaus: INPA, 1997.

BOEF, W. S. de [et al.] (Eds.). 2007. Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM.

DIEGUES, A. C.(Org.). 2000. Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec – NUPAUB- USP.

LABIAK, Araci M. **Frutos do céu e Frutos da terra: aspectos da cosmologia Kanamari no Warapekom.** Manaus: EDUA/FSDB, 2007.

OCHOA, Maria Luiza Pinedo & TEIXEIRA, Gleyson de Araújo (orgs.), 2006. **Aprendendo com a Natureza e conservando nossos conhecimentos culturais,** Rio Branco – AC. Organização dos professores Indígenas do Acre/comissão Pró-Índio do Acre.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Pajelança e xamanismo		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Conceitos, princípios e práticas de pajelança e xamanismo entre os discentes e sociedades indígenas representadas no curso. Experiências contemporâneas similares no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CUNHA, M.C. da. 1998. "Pontos de Vista sobre a Floresta Amazônica: Xamanismo e Tradução". *Mana* 4(1): 7-22.
- LANGDON, E. J. M. (org). **Xamanismo no Brasil: novas perspectivas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- VILLAS BOAS, O. **A arte dos pajés: impressões sobre o universo espiritual do índio xinguano**. São Paulo: Editora Globo, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARBIN JR. H. **Do feitiço a malária**. Dissertação de Mestrado apresentada a PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1999.
- BOUCHILLET, D. **"A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde"**. In: **Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP. 1991.
- MORGAN, R. **Enciclopédia das Ervas e Plantas Medicinais – Doenças, Aplicações, Descrição, Propriedades**. Editora Hemus, 2003.
- PÉREZ GIL, L. 2004. "Chamanismo y modernidade: fundamentos etnográficos de un processo histórico". In Sáes, Óscar Calavia, Marc Lenaerts, e Ana María Spadafora (ed.). **Paraiso Abierto, Jardines Cerrados: Pueblos indígenas, saberes y biodiversidad**. Quito: Abya-Yala.
- SANTOS, R. V.; Coimbra Jr., Carlos E.A. 1994. **Saúde e Povos Indígenas** – Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

Disciplinas Núcleo Geral					
Ciências – CIE					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ciência e Conhecimentos Tradicionais		T	P	E
			2	1	0
EMENTA: História da ciência ocidental, seus pressupostos, aspectos filosóficos, antropológicos, econômicos e políticos. Conhecimento tradicional como ciência. Conhecer e pesquisar métodos científicos indígenas. Oralidade, escrita e ciência.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CHAUI. M. Convite a Filosofia . São Paulo: Ed. Ática, 2000.					
CUNHA, M. M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. (orgs.) Enciclopédia da Floresta: práticas e conhecimentos das populações . São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.					
STRAUSS, L. O pensamento selvagem . Campinas: Papius, 2008.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
CARNEIRO, M. Cultura com aspas . São Paulo: Cosac naify, 2009.					
FOIRN. Educação Escolar indígena do Rio Negro: relatos de experiências e lições aprendidas . São Paulo: ISA, 2012.					
HUNI KUIN. Una Isi Kayawa, Livro da cura . Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.					
LATOUR, B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica . Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.					
VIEIRA, R. C. M. Educação Intercultural: O ensino de ciências através da pesquisa na Escola Indígena Pamáali no alto Rio Negro . Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2010.					

CEL	Nome da Disciplina	CH 60h	Créditos		
	Ideias Matemáticas		T	P	E
			4	0	0

EMENTA: Construção de casas, canoas, cestaria, tecelagem. Medidas e seus sistemas. Jogos lógicos. Noções físicas e matemáticas, espaço e tempo, sistemas numéricos indígenas e não indígenas. Números, medidas e operações. Cálculos e medições relacionadas à mensuração de população, território, cronograma, orçamento e levantamento de valores. Estudo do Senso indígena IBGE. A resolução de problemas e situações cotidianas em que se necessita de raciocínio lógico-matemático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, M.K.L. **Madikauku: os dez dedos das mãos**. Brasília: MEC, 1998

____. **Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos**. São Paulo: FAPESP, 2002.

IBGE. **Censo 2011. Povos Indígenas**. Disponível em <http://indigena.ibge.gov.br/>

CUNHA, M. M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BAZIN, M. **Ensinar matemática e ciências indígenas**. Florianópolis: IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística <www.ipol.org.br> 2005.

HARIKI, S; ABDOUNUR, O. J. **Matemática aplicada**. São Paulo: Saraiva 1999.

MACHADO, N. J. **Matemática e Língua Materna**, 3ª Ed., Cortez Editora, São Paulo, 1993.

DANTE, L.O. **A Didática da Resolução de Problemas de Matemática**. São Paulo: Ática, 2005.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Métodos Científicos Indígenas		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Conhecimento e pesquisa de métodos científicos utilizados pelos povos indígenas, tendo como foco as etnias dos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FOIRN. **Educação Escolar indígena do Rio Negro: relatos de experiências e lições aprendidas**. São Paulo: ISA, 2012.

HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa, Livro da cura**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.

MAXAKALI, R. (et al.). **Hitupmã'ax: curar**. Belo Horizonte: MEC, UFMG, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KAXINAWA, I. **Nixi pae: o espírito da floresta**. Rio Branco: CPI/AC, 2006.

MURU, A. **Livro vivo**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

REGIANE, A. **Conhecimento tradicional e químico: possíveis aproximações**. Curitiba: CRV, 2014.

TIKUNA. **O livro das árvores**. Benjamin Constant: OGPTB, 1997.

CAPOBIANCO, J. P. R.; Veríssimo, A.; Moreira, A.; Sawyer, D.; dos Santos, I., & Pinto, L. P. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. Estação Liberdade/ISA, São Paulo, 2001.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ciências I		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: As ciências indígenas fundamentadas na experiência cotidiana. Pesquisa de experiências físicas tradicionais. Astronomias Indígenas. Demarcação espaço-temporal. Calendários. Formas indígenas e não indígenas de percepção e classificação do cosmos, da diversidade e da humanidade correntes.

Acústica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICAAFONSO, G; SILVA, P. **O céu dos índios de Dourados – Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UEMS, 2012.CUNHA, M. C. da, ALMEIDA, M. B. de, (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 735p, 2002.GALDINO, L. **Astronomia Indígena**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.FRANCHETTO, B. Céu, terra, homens. O calendário kuikuro. IN.: **Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos**. São Paulo: FAPESP, 2002.**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**CAMPOS, A. A.; ALVES, E. S.; SPEZIALI, N. L. **Física experimental básica na universidade**. 2ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.FILHO, A. G. **Física e realidade**. Vol. 2. Editora Scipione, S.P., 2009.LIMA, E.L. **Coordenadas no Espaço**. SBM, 1998.MENEZES, L. **A matéria - Uma aventura do espírito**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.NESPOLI, A. **Uma experiência de ensino de física em educação escolar indígena**. Física na escola, Volume 8, 2007.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ciências II		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Princípios e elaboração de pigmentos, tintas, alimentos, bebidas, venenos, usos e preparação de plantas, medicina da floresta. Xamanismo e conhecimento. Energia: ciência e política. Relações e processos utilizados para obtenção de energia. A química – e sua interface com a física e biologia - presentes no cotidiano indígena, em atividades como a alimentação, a agricultura e outras tecnologias próprias. Fundamentos e elementos físico-químicos e sua relação com o ambiente. Os elementos químicos e o meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICACUNHA, M. M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa, Livro da cura**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.REGIANE, A. **Conhecimento tradicional e químico: possíveis aproximações**. Curitiba: CRV, 2014.**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**ALBERT, B; MILLIKEN, W. **Urihi a: a terra floresta yanomami**. São Paulo, 2009.ALCÂNTARA, M. I. **Elementos da Floresta: Recursos didáticos para o ensino de ciências na área rural amazônica**. Manaus: UEA/Escola Normal Superior/ PPGEECA, 2010.FRANCHETTO, B. Céu, terra, homens. O calendário kuikuro. IN.: **Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos**. São Paulo: FAPESP, 2002.MAXAKALI, R. (*et al.*). **Hitupmã'ax:curar**. Belo Horizonte: MEC, UFMG, 2008.VIEIRA, R. C. M. **Educação Intercultural: O ensino de ciências através da pesquisa na Escola Indígena Pamáali no alto Rio Negro**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2010.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Floresta, Animais, Plantas e Seres Humanos		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: A vida. Aspectos, características, classificação, hábitos, relações, usos de animais, plantas e humanos, segundo os povos indígenas. Xamanismo, rituais e mitologia. Povos indígenas como promotores

de biodiversidade, antes e hoje.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERT, B. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. In: Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico. ALBERT, B. RAMOS, A. (org). São Paulo: Unesp, 2002.

ALBERT, B; MILLIKEN, W. **Urihi a: a terra floresta yanomami**. São Paulo, 2009.

SILVA, A; GRUPIONI, L. D. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, A.W. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Manaus: PPGAS/UFAM / NSCA-CESTU / UEA, 2010.

CARDOSO, T.M. **O saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio negro**. Manaus: UFA, 2010.

HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa, Livro da cura**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.

TIKUNA. **O livro das árvores**. Benjamin Constant: OGPTB, 1997.

TUKANO; TUYUKA. **Peixe e gente no Alto Rio Tiquié**. São Paulo: ISA, 2005.

Disciplinas Estudos Aprofundados

Ciências – CIE

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Política e Ambiente		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Conceito de natureza. História da ideia de meio ambiente. Leitura crítica da legislação ambiental. Protocolos, serviços ambientais, impactos de projetos de desenvolvimento, mudanças climáticas. Aspectos históricos de movimentos sociais e conceitos indígenas relacionados às políticas ambientais e à chamada sustentabilidade. Direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial de União**. 28 de maio de 2012.

BRASIL. Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial de União**. 9 de janeiro de 1997.

SCHMIDLEHNER, M. A Função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde. In: **O Acre que os mercadores da natureza escondem**. Rio Branco: CIMI, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, C. R. **As Flores de Abril: Movimentos Sociais e Educação Ambiental**. Editora: Autores Associados. 206 p.2005.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial de União**. 21 de dezembro de 1973.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial de União**. 31 de novembro de 1964.

TRONCARELLI, M. C. [et al.] (Orgs.). **Ecologia, Economia e Cultura** Livro 1 – Projeto de Formação de Professores Indígenas ISA/ATIX. Belo Horizonte:

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva**. Revista Sopro, maio 2011.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ensino de Ciências		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: Pesquisa e experiência de métodos para ensinar ciências. Procedimentos próprios aos conhecimentos indígenas. Abordar os diferentes campos do saber reunindo elementos do que chamamos de biologia, química, física e matemática. Elaboração de material para aprendizagem. As diferentes situações em que essas ciências podem ser empregadas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002. LIMA, M. E. C. C., AGUIAR, O J., BRAGA, S.A. M. Aprender Ciências: um mundo de materiais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. MATEUS, A. L. Química na cabeça: experiências espetaculares para você fazer em casa ou na escola. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANSZDNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas. 1ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1998. Vol. 1. 203 p. CHASSOT, A. Para que(m) é útil o ensino de ciências? Canoas: Ed. ULBRA, 1995 SOUZA, S. Saberes Docentes, saberes indígenas: um estudo de caso sobre o ensino de ciências entre o povo Xukuru do Ororubá. Recife: dissertação de mestrado. UFRPE, 2008. COLLET, C. Escola, interculturalidade e ensino de ciências: notas a partir da experiência em educação escolar indígenas. In: REGIANE, A. Conhecimento tradicional e químico: possíveis aproximações. Curitiba: CRV, 2014. SEBASTIANI FERREIRA, E. Etnomatemática: Uma proposta metodológica. São Paulo: USU, 1997. Série Reflexões em Educação Matemática.</p>					
Código: CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Sociobiodiversidade		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: Diversidade biológica e diversidade social na Amazônia e no mundo. Monocultura e globalização. Cultura, sociedade e natureza. Abandono de práticas agroextrativistas, êxodo florestal. Dimensões políticas dos conhecimentos tradicionais, políticas públicas e culturais relacionadas. O Alto Rio Juruá como região de maior biodiversidade do mundo. Bioindicadores como anfíbios e borboletas e outras espécies. A relação entre a biodiversidade - de espécies a biomas - e a diversidade sociocultural com ênfase regional. Os produtos da sociobiodiversidade.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. C. da, ALMEIDA, M. B. de, (Orgs.). Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. CUNHA, M. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. GUATARRI, F. As três ecologias. Campinas: Papirus, 1990.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, A.W. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. Manaus: PPGAS/UFAM / NSCA-CESTU / UEA, 2010. CARDOSO, T.M. O saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio negro. Manaus: UFA, 2010. CABALZAR, A. (Org.) Manejo do Mundo - Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do</p>					

Rio Negro. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2010.

CARDOSO, T. M. e SEMEGHINI, M., G. **Diálogos agroecológicos: conhecimento científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no rio Cuieiras (Amazônia Central).** Manaus: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2009.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: Perspectivas da Biodiversidade e Biotecnologia.** São Paulo: Editora Global, 2002.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Saúde e Vida		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: A escola como espaço para o debate e desenvolvimento de atividades relacionadas à promoção e manutenção da saúde. Os conceitos de saúde ambiental e saneamento. Atenção básica e o Sistema Único de Saúde. Agentes de Saúde, de Endemias e de Saneamento. Principais doenças que acometem as comunidades, suas causas e formas de prevenção. Conflitos e convivência de saberes e procedimentos indígenas e não indígenas. A saúde em diferentes contextos culturais. Parteiras e partos. Corpo humano: concepções indígenas e não indígenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa, Livro da cura.** Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.

MAXAKALI, R. (*et al.*). **Hitupmã'ax:curar.** Belo Horizonte: MEC, UFMG, 2008.

NOVO, M. **Os agentes indígenas de saúde no alto xingu.** Brasília: Paralelo 15, 2010.

BUCHILLET, D. **Bibliografia Crítica da Saúde Indígena no Brasil. (1844-2006).** Abya-Yala; 6. Quito. 14 p, 2007.

SANTOS, R. V.; Coimbra Jr., Carlos E.A. 1994. **Saúde e Povos Indígenas – Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 251p.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUCHILLET, D. "A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde". *In: Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia.* Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP, 1991.

CARDOSO, T.M. **O saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo Rio Negro.** Manaus: UFA, 2010.

COIMBRA, Jr., C. E. A. (*et al.*). **Sistema em Transição.** In: **Povos Indígenas no Brasil: 2001 – 2005/** [editores gerais – Beto Ricardo e Fany Ricardo]. SP: Instituto Socioambiental. pág. 879.

CUNHA, M. M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta: práticas e conhecimentos das populações.** São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.

KLEIN, E.P. **Saúde Ambiental: Saúde na Floresta. Rio Branco- AC: IMAC. 52 p, 2001.**

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Manejo e Produção		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Manejo e produção agro extrativa indígena tradicional e moderna. Conhecimentos sobre técnicas de extração, cultivo, colheita. Solos e sua utilização devida e indevida. Plantios consorciados, sucessão ecológica e manejo. Sistemas agroflorestais, enriquecimento de capoeiras e recuperação de áreas degradadas. Manejo de fauna e de produtos florestais não madeireiros. Gestão ambiental e territorial e sua relação com a segurança alimentar e organizacional. Manejo de recursos madeireiros e agro extrativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ISA, **Manejo do mundo.** São Paulo: ISA, 2010.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). *In:* D. Ribeiro (ed.), **Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia v. 1.** Petrópolis: Ed. Vozes. pp. 173-185, 1986.

TUKANO; TUYUKA. **Peixe e gente no Alto Rio Tiquié**. São Paulo: ISA, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANT, A; PESSOA, M. **Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Bacia do Rio Juruá: Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera e Kulina do Igarapé do Pau**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

CAPOBIANCO, J. P. R.; Veríssimo, A.; Moreira, A.; Sawyer, D.; dos Santos, I., & Pinto, L. P. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. Estação Liberdade/ISA, São Paulo, 2001.

DESCOLA, P. **Ecologia e Cosmologia**. In: Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora HUCITEC. pp. 149-164, 2000.

SILVA, A; GRUPIONI, L. D. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI, 1995.

TIKUNA. **O livro das árvores**. Benjamin Constant: OGPTB, 1997.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Biodiversidade e povos Indígenas		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: A relação dos povos indígenas com os impactos sobre a biodiversidade. As dinâmicas dos povos indígenas nas florestas, os sistemas de coivara e o manejo das capoeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, A.W. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Manaus: PPGAS/UFAM / NSCA-CESTU / UEA, 2010.

CARDOSO, T.M. **O saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio negro**. Manaus: UFA, 2010.

SILVA, A; GRUPIONI, L. D. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALÉE, W. **Biodiversidade e os índios amazônicos**. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. & BALÉE, W. "Indigenous Transformation of Amazonian Forest. An Example from Maranhão, Brazil". In: **L'Homme**. 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, M. M. (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/USP, 1993.

ISA, **Manejo do mundo**. São Paulo: ISA, 2010.

CARDOSO, T.M. **O saber biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio negro**. Manaus: UFA, 2010.

FOIRN. **Educação Escolar indígena do Rio Negro: relatos de experiências e lições aprendidas**. São Paulo: ISA, 2012.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Agricultura e Alimento		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Alimentação em suas variadas formas. Principais cultivares e produtos extrativos. Mitologia, rituais, cosmologia em sua relação com agricultura e alimentação. A realidade atual da alimentação e da agricultura nas aldeias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, L. 2013. "Alimentação e comensalidade entre os Kanamari da Amazônia Ocidental". **Mana** 19 (3): 473-504.

JURUNA, T (et al). **Atxuã Seha, Nutrição**. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Literaturas, 2012.

SUYA. W. (*et al*). **Wâtân khwê wa nhô twâ - Livro sobre nutrição.** Belo Horizonte: FALE/UFMG/Literaterras, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANESQUI, A. M. (org.) **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

LIMA, T. S. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva.** São Paulo: UNESP, Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

STRAUSS, L. **Mitológicas. Volumes O cru e o cozido, Do mel às cinzas e A origem dos modos à mesa.** São Paulo, Cosac Naify (2004 - 2005 e 2006).

TIKUNA. **O livro das árvores.** Benjamin Constant: OGPTB, 1997.

TUKANO; TUYUKA. **Peixe e gente no Alto Rio Tiquié.** São Paulo: ISA, 2005.

Disciplinas Núcleo Geral

Linguagens e Artes – LA

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Tópicos em Pesquisa		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: O caminho do conceito de “pesquisa indígena”. Para que pesquisa? Conhecer e analisar as “pesquisas” que tem sido feitas nas localidades. Conhecer as práticas locais que se aproximam do que chamamos de pesquisa. As possibilidades de fazer pesquisa: modos próprios e modo dos não indígenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu.** In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (org.). *Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte-amazônico.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

IBÁ, Isaias Sales. **O espírito da floresta.** Rio Branco, CPI, 2006.

ISA/Foirn. **Educação Escolar indígena no Rio Negro, 1998-2011.** São Paulo, ISA; São Gabriel da Cachoeira, Foirn, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERT, Bruce; Milliken. Uhiri A: **a terra-floresta Yanomami.** São Paulo, ISA. Paris, IRD, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo, Ática, 2006.

FRANCHETTO, Bruna. **Assessor, pesquisador: reflexões em torno de uma experiência em “educação indígena”.** In: Silva, Aracy; Ferreira, Mariana. *Práticas pedagógicas na escola indígena.* São Paulo, Global, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem.** Campinas, Papius, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem.** Sao Paulo, Cosac & Naify, 2002.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura.** São Paulo, Cosac & Naify, 2010.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Práticas e intercâmbios linguísticos		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Experiências linguísticas dos acadêmicos. O uso das línguas nas terras indígenas. Intercâmbios linguísticos. Política linguística. Práticas de oralidade e escrita em língua indígena e portuguesa. Tecnologias de comunicação. Práticas de tradução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002.

IBÁ, Isaias Sales. **Nixi pae, O espírito da floresta.** Rio Branco, CPI, 2006.

OPIAC. **Shenipabu Miyui: história dos antigos.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, João Capistrano de. *Rã-txa Hu-ni-ku-i. A língua dos caxinauás*. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1914.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DE PAULA, Aldir Santos. **Processos de manutenção e avivamento: o caso do Acre**. In: HORA, Dermeval & LUCENA, Rubens Marques. **Política Linguística na América Latina**. João Pessoa: Ideia, 2008.

IGLESIAS, M. P. (et al). (Orgs.) **Índios no Acre: história e organização**. Comissão Pró-índio, 2003.

KAXINAWA, Joaquim Paulo de Lima. **Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura huni kuin: de Capistrano de Abreu aos dias atuais**. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 2011.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Oralidade e escrita: Literatura e tradução		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Literatura. Literatura indígena. Oralidade e escrita. Grafismos indígenas. O que é traduzir. O que é escrever.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Clastres, Pierre. **Da tortura nas sociedades primitivas. A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.

Havelock, Eric. **A Revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

Viveiros de Castro, Eduardo. **Outro destino** (entrevista concedida a Maria Inês de Almeida). Rio de Janeiro, Aletria, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CESARINO, Pedro. **Oniska, poetica do xamanismo na amazônia**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2011.

Ferreira, Mariana L. 1992. **Da Origem dos Homens à Conquista da Escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH- USP.

GOW, Peter. **Podia ler Sangama: Sistemas Gráficos, Language y Shamanismo entre los Piro** (Perú oriental). In: Revista da FAEEBA: **educação e contemporaneidade** / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992) - Salvador: UNEB, 1992.

Lagou, Elsj. 1995. **“Compulsão Visual: Desenhos e Imagens nas Culturas da Amazônia Ocidental”**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC.

Monte, Nieta. **Escolas da Floresta: entre o passado oral e o presente letrado - Diários de classe de professores Kaxinawa**. Rio de Janeiro, Multiletras, 1996.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Pesquisa e culturas indígenas. Produção e edição de textos		T	P	E
			2	1	0

Ementa: Pesquisa acadêmica e culturas indígenas. Pesquisa indígena. Práticas de produção e edição de textos dos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IBÃ, Isaias Sales. **O espírito da floresta**. Rio Branco, CPI, 2006.

ISA/Foirn. **Educação Escolar indígena no Rio Negro, 1998-2011**. São Paulo, ISA/ São Gabriel da Cachoeira/Foirn, 2012.

PINHANTA, Valdete da Silva. **Registro artístico de musicalidades do ritual do piaretsi do rio Amônia**.

Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERT, Bruce. *O ouro canibal e a queda do céu*. In: Albert, Bruce; Alcida Ramos (org.). *Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KAXINAWA, José Paulo Alfredo. *Músicas do Katxanawa, Ritual da fertilidade do povo Huni Kuin*. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.

KAXINAWA, Noberto Sales. *Nixpu pima, O ritual de passagem do povo Huni Kuin*. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.

MATTOS, Amilton & IBÁ, Isaias Sales. *O sonho do nixi pae*. 2015 <http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html>

MAXAKALI, Rafael, (et al) *Hitupmã'ax: Curar*. Belo Horizonte, UFMG/Cipó voador, 2008.

VINNYA, Aldaiso (et al) (Orgs.) *Costumes e tradições do povo Yawanawa*. Rio Branco, OPIAC/CPI/FALE/SECAD, 2007.

ROY, Wagner. *A Invenção da Cultura*. São Paulo, Cosac & Naify, 2010.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Línguas Indígenas		T	P	E
				2	1

EMENTA: Línguas Indígenas no Acre. Questões de grafia. Transcrição fonética e fonêmica de dados de línguas indígenas. Análise morfofonêmica e morfossintática, aspectos tipológicos de línguas indígenas. Análise linguística de textos em língua indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARGO, Eliane. *Grafando o ágrafo: um ponto de vista linguístico a partir do Kaxinauá*. In: SILVA, AL; FERREIRA, MKL. (Orgs.) *Antropologia, história e educação. A questão indígena e a escola*. São Paulo, Global, 2001.

DE PAULA, Aldir S. *Puyanawa, A língua dos índios da aldeia barão: fonologia e aspectos fonológicos e morfológicos*. Recife, PPGL/UFPE, 1992.

KAXINAWA, Joaquim Paulo de Lima. *Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura Huni Kuin: de Capistrano de Abreu aos dias atuais*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, João Capistrano de. *Rã-txa Hu-ni-ku-i. A língua dos caxinauás*. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1914.

CAMARGO, Eliane. *Elementos da base nominal em Caxinauá (Pano)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 13 (2), 1997.

_____. *Esboço fonológico do Caxinauá (Pano)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 9 (2), 1993.

LYONS, John. "Famílias de línguas". In: *Lingua(gem) e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MAIA, M. *Manual de Linguística. Subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. Brasília, SECAD/LACED, 2006.

Disciplinas Estudos Aprofundados

Linguagens e Artes – LA

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ensino de línguas indígenas e portuguesa		T	P	E
				2	1

EMENTA: Leitura e produção de textos em português e em língua indígena. Possibilidades de leitura e produção de textos. Da oralidade ao texto escrito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IBÃ, Isaias Sales. (et al) (Orgs.) **Huni meka, Cantos do Nixi Pae**, Rio Branco, IPHAN/CPI, 2007.
 MAIA, M. **Manual de Linguística. Subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem**. Brasília, SECAD/LACED, 2006.
 PUYANAWA, **Vari Sharanaya. NUPANARĒ Músicas usadas na transmissão de conhecimento Puyanawa**. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, João Capistrano de. **Rã-txa Hu-ni-ku-i. A língua dos caxinauás**. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1914.
 BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002.
 HAVELOCK, Eric. **A Musa aprende a escrever**. Gradiva, Lisboa, 1988.
 KAXINAWA, Joaquim Paulo de Lima. **Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura huni kuin: de Capistrano de Abreu aos dias atuais**. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 2011.
 OPIAC, Organização dos Professores Indígenas do Acre. **Shenipabu Miyui: história dos antigos**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.
 SILVA, Eronilza Lima. **Glossário da língua Puyanawa**. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.
 VINNYA, Aldaiso (et al) (Orgs.) **Costumes e tradições do povo Yawanawa**. Rio Branco, OPIAC/CPI/FALE/SECAD, 2007.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Artes visuais		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Grafismos, desenhos e seus significados, artes visuais nas culturas indígenas, tintas naturais e artificiais, suportes e materiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAGROU, Elsj. O que nos diz a arte Kaxinawa sobre a relação entre identidade e alteridade? Mana. Rio de Janeiro, v8, n1, 2002.
 OLIVEIRA, (et al) Kene marubo Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade (www.uff.br/revistavitas) Nº 1, setembro de 2011.
 VIDAL, Lux B. Grafismo Indígena. São Paulo: Edusp, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Berta. 1988. Dicionário do artesanato indígena. Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo: Editora USP
 LAGROU, Elsj. 1995. Compulsão Visual: Desenhos e Imagens nas Culturas da Amazônia Ocidental. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC.
 MATTOS, Amilton & IBÃ, Isaias Sales. O sonho do Nixi Pae. 2015 <http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html>
 SENRA, Stella. Conversações em Watoriki das passagens de imagens às imagens de passagem: captando o audiovisual do xamanismo. Revista Cadernos de Subjetividade, São Paulo, 2011
<http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Stella%20Senra%20conversacoes%20em%20watoriki%20publicado%20no%20cadernos%20de%20subjetividade.pdf>
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. Cadernos de Campos, São Paulo, 2006.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Ensino de Linguagem e Artes		T	P	E

		2	1	0	
<p>EMENTA: Ensino de artes na escola. Artes e povos indígenas. Ensino de artes nas escolas indígenas. O ensino de artes através da pesquisa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA IBÃ, Isaias Sales. Nixi pae, O espírito da floresta. Rio Branco, CPI, 2006. MATTOS, Amilton & IBÃ, Isaias Sales. O sonho do nixi pae, 2015. http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html CESARINO, Pedro. Oniska, Poética do xamanismo na amazônia. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002. OLIVEIRA, (et al.) Kene marubo Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade (www.uff.br/revistavitas) Nº 1, setembro de 2011. IBÃ, Isaias Sales. (et al) (Orgs.) Huni meka, Cantos do Nixi Pae, Rio Branco, IPHAN/CPI, 2007. PINHANTA, Valdete da Silva. Registro Artístico de Musicalidades do Ritual Piyaretsi do povo Ashenika do rio Amônia. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013. LIMA, Davi Ferreira. Produção de cartilha com ilustrações da cultura material do povo Puyanawa. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Imagem e som I		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: Leitura de textos audiovisuais indígenas. Prática de pesquisa em audiovisual. A construção do texto audiovisual: roteiro, construção dos planos, edição.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAUJO, ACZ; CARVALHO, EI; CARELLI, VR. Cineastas indígenas: outro olhar – Guia para professores e alunos. Olinda: Vídeo nas aldeias, 2010. MATTOS, Amilton & IBÃ, Isaias Sales. O sonho do nixi pae, 2015. http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html SARDELICH, Maria Emília. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a09.pdf</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARNEIRO, Flavio Martins. Leitura e linguagens. In: YUNES, Eliana. Pensar a leitura: complexidade. São Paulo: Loyola/PUC Rio, 2002. CESARINO, Pedro. Oniska, Poética do xamanismo na amazônia. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2011. SANTAELLA, Lúcia. A leitura fora do livro. http://ufba2011.com/A-LEITURA-FORA-DO-LIVRO.pdf SANTOS, Laymert Garcia. Prolegômenos da ópera multimídia Amazônia - Considerações conceituais sobre um experimento estético-político transcultural. <i>Revista Cadernos de Subjetividade</i>, São Paulo, 2011 http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Amazonas%20opera%20Laymert%20Garcia%20dos%20Santos.pdf SENRA, Stella. Conversações em Watoriki das passagens de imagens às imagens de passagem: captando o audiovisual do xamanismo. <i>Revista Cadernos de Subjetividade</i>, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Stella%20Senra_conversacoes%20em%20watoriki_%20publicado%20no%20cadernos%20de%20subjetividade.pdf</p>					

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Mitologias indígenas		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: Cosmologia e mitologia. Mito, história e estória. Investigação sobre os mitos de cada povo: o que se conta, como se conta, quando se conta. Mito escrito e falado. Tradução e adaptação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA Lévi-Strauss, Claude. A história de Lince. São Paulo, Cia das Letras, 1993. _____. O Pensamento Selvagem. Campinas, Papirus, 1997. _____. O cru e o cozido. São Paulo, Cosac Naify, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABREU, Capistrano. A língua dos Caxinauás do Rio Ibaçú. Rio de Janeiro, 1914. Typographia Leuzinger. SÁEZ, Oscar Calavia. O Inca Pano: mito, história e modelos etnológicos. MANA, vol. 6, n.2, 2000. _____. A variação mítica como reflexão. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2002, Vol. 45, nº 1. GOW, Peter. Um cline mítico na América do Sul Ocidental. Explorando um conjunto levistraussiano. Revista Tellus, Campo Grande, ano 10, n. 18, 2010. LÉVI-STRAUSS, Claude. Do mel as cinzas. São Paulo, Cosac & Naify, 2004. _____. A origem dos modos a mesa. São Paulo, Cosac & Naify, 2006. _____. O Homem nu. São Paulo, Cosac & Naify, 2011. LOPES DA SILVA, Aracy. "Mito, razão, história e sociedade: Interrelações nos universos socioculturais indígenas". In: A Temática Indígena na Escola. Novos subsídios para professores de 1 e 2 graus. MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Musicalidades I		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: Etnomusicologia básica. Estudos de pesquisas de autoria indígena. Projetos de pesquisa. Práticas de pesquisa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA IBÃ, Isaias Sales. Nixi Pae, O espírito da floresta. Rio Branco, CPI, 2006. KAXINAWA, Noberto Sales. Nixpu Pima, O ritual de passagem do povo huni kuin. Anais do VII Simpósio de Linguagens e Identidades, UFAC, 2013. MENEZES BASTOS, Rafael. Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: reflexões sobre deslocamentos e mudanças de rumo na etnomusicologia. In: MONTARDO, Deise Lucy, DOMINGUEZ, Maria Eugenia. (Orgs.) Arte e sociabilidades em perspectiva antropológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR IBÃ, Isaias Sales. <i>et alii</i> (Orgs.) Huni Meka, Cantos do Nixi Pae, Rio Branco, IPHAN/CPI, 2007. KAXINAWA, José Paulo Alfredo. Músicas do Katxanawa, Ritual da fertilidade do povo Huni Kuin. Anais do VII Simpósio de Linguagens e Identidades, UFAC, 2013. MATTOS, Amilton & IBÃ, Isaias Sales. O sonho do Nixi Pae. 2015 http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html PINHANTA, Valdete da Silva. Musicalidade Ashaninka: os rituais do Piyaretsi e seus instrumentos. In: MONTARDO, Deise Lucy, DOMINGUEZ, Maria Eugenia. (Orgs.) Arte e sociabilidades em perspectiva antropológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.</p>					

PUYANAWA, Vari Sharanaya. NUPANARÉ Músicas usadas na transmissão de conhecimento Puyanawa. Anais do VII Simpósio de Linguagens e Identidades, UFAC, 2013.
WISNIK, José Miguel. O som e o sentido – outra história das músicas. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Utilização Instrumental da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos de Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. *Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos*. Brasília, SEESP/MEC, 2006.

FERNANDES, Sueli. *Educação de Surdos*. Curitiba, Ibepe, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília, MEC, SEESP, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERLIN, Gladis. STROBEL, Karin. *Fundamentos da Educação de Surdos*. Florianópolis, UFSC, CCE/CE/CLLL, 2006.

Dicionário da língua brasileira de sinais LIBRAS, www.acessobrasil.org.br/libras 2014.

FELIPE, Tanya A. *Introdução à gramática das LIBRAS*. In: MEC/SEESP (Org.), *Série Atualidades pedagógicas*, Brasília, 1999.

KOJIMA, Catarina K., SEGATA, Sueli R. *Língua de Sinais: A imagem do Pensamento*. São Paulo: Editora Escala, s/a.

QUADROS, Ronice Muller de, KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Musicalidades II		T	P	E
			2	1	0

EMENTA: Estudos de etnomusicologia. Estudos de pesquisas de autoria indígena. Projetos de pesquisa. Práticas de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KAXINAWA, Noberto Sales. *Nixpu pima, O ritual de passagem do povo Huni Kuin*. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.

PINHANTA, Valdete da Silva. *Musicalidade Ashaninka: os rituais do Piyaretsi e seus instrumentos*. In: MONTARDO, Deise Lucy, DOMINGUEZ, Maria Eugenia. (Orgs.) *Arte e sociabilidades em perspectiva antropológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

TUGNY, Rosângela Pereira. *Cantos e histórias do Gavião-espírito*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Domingos. *Música e Pessoaalidade. Por uma antropologia da música entre os Kulina do Alto Purus*. Dissertação de Mestrado do PPGAS da UFSC, Florianópolis, 1997.

CESARINO, Pedro. *De duplos e estereoscópios: paralelismo e personificação nos cantos xamanísticos ameríndios*. *Mana*, 12 (1), 2006.

<p>_____. "Os poetas", Caderno Mais, Folha de São Paulo, 18 de janeiro de 2009.</p> <p>IBÃ, Isaias Sales. <i>et alii</i> (Orgs.) Huni Meka, Cantos do Nixi Pae, Rio Branco, IPHAN/CPI, 2007.</p> <p>MENEZES BASTOS, R.J. A festa da jaguaririca. Uma partitura crítico-interpretativa. Florianópolis, Editora UFSC, 2014.</p> <p>MONTARDO, D.L. DOMINGUEZ, M. E. Arte e Sociabilidades em perspectiva antropológica, Florianópolis, Editora UFSC, 2014.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Imagem e Som II: da pesquisa ao audiovisual		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: O audiovisual como ferramenta de pesquisa. A linguagem audiovisual. Estudos de documentários. Produção de roteiro.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>IBÃ, Isaias Sales <i>et alii</i> (Orgs.) Huni Meka, Cantos do Nixi Pae, Rio Branco, IPHAN/CPI, 2007.</p> <p>MATEUS, Agostinho Manduca (Org.) Huna Hiwea, O livro vivo. Belo Horizonte: Literaturas/Faculdade de Letras – UFMG, 2012.</p> <p>MATTOS, Amilton & IBÃ, Isaias Sales. O sonho do Nixi Pae, 2015. http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALBERT, Bruce. Images, traces et «hyper images»: impromptu d'ethnographie noctambule, 2011. http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Hyper%20images%20yanomami_BA_5.7.11.pdf</p> <p>ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller; CARELLI, Rita; CARELLI, Vincent. Cineastas Indígenas para Jovens e Crianças – guia didático para estudantes do ensino fundamental. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010.</p> <p>Carelli, V. Crônica de uma oficina de vídeo. 2009. http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=24 consultado em dezembro de 2014.</p> <p>COLLET, Celia Letícia Gouvea. A escrita alfabética e o xamanismo indígena. Revista Muiraquitã, PPGLI – UFAC, V.2, n.1, 2013.</p> <p>SANTOS, Laymert Garcia. Prolegômenos da ópera multimídia Amazônia - Considerações conceituais sobre um experimento estético-político transcultural. Revista Cadernos de Subjetividade, São Paulo, 2011. http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Amazonas%20opera%20Laymert%20Garcia%20dos%20Santos.pdf</p> <p>SENRA, Stella. Conversações em Watoriki das passagens de imagens às imagens de passagem: captando o audiovisual do xamanismo. Revista Cadernos de Subjetividade, São Paulo, 2011. http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Stella%20Senra_conversacoes%20em%20watoriki_%20publicado%20no%20cadernos%20de%20subjetividade.pdf</p> <p>YUBE, José de Lima. Da aldeia para as telas de cinema. Entrevista cedida a Vitor Santana. http://www.encontrodeculturas.com.br/2012/noticia/537/da-aldeia-para-as-telas-de-cinema consultado em dezembro de 2014.</p>					
Componentes Comuns a todas as áreas					
CEL	Nome da Disciplina	CH 135 h	Créditos		
	Estágio Supervisionado I		T	P	E
			0	0	3
<p>EMENTA: Atividades teórico-práticas voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à análise e caracterização dessas realidades. Propostas educativas voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental para o seu bom desenvolvimento e aplicações de atividades: o currículo, os materiais adequados, as opções metodológicas e as estratégias educativas. Aplicação das habilidades básicas da docência em situações instrucionais cotidianas. Desenvolvimento de atividades de docência (observação, planejamento, avaliação, organização de situações de ensino e aprendizagem, organização e produção de material didático e docência compartilhada) em escolas indígenas do Ensino Fundamental, nos anos</p>					

iniciais. Reflexões sobre as práticas docentes realizadas ao longo do estágio. Material didático e/ou de pesquisa realizados pelos acadêmicos ao longo do curso. As atividades de estágio, se necessário, devem atender ao ensino multisseriado e de natureza interdisciplinares no atendimento ao primeiro segmento do ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de Ensino e Estágio supervisionado na Formação de Professores*. São Paulo: AVERCAMP, 2006.
 BUSATO. *Avaliação das Práticas de Ensino e Estágio: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente*. Poro alegre: Mediação, 2005.
 CARVALHO, Gislene; ROCHA, Vera. *Formação de Professores e Estágio Supervisionado: relatos e reflexões*. São Paulo: ANDROSS, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, V. M^a. (Org). *Magistério: Construção cotidiana*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).
 BRASIL. Ministério da Educação - *Resultados de Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena*. <http://coneei.mec.gov.br>.
 CORDEIRO, Jaime. *Didática*. São Paulo: Contexto, 2007.
 GASPARIN, João Luiz; ALTOÉ, Anair; NEGRÃO, Maria Tempelin Ferreira; TERUYA, Teresa Kazuko. (Orgs.). *Didática: processos de trabalho em salas de aula*. Maringá: EDUEM, 2005.

CEL	Nome da Disciplina	CH 135 h	Créditos		
	Estágio Supervisionado II		T	P	E
			0	0	3

EMENTA: Atividades teórico-práticas voltadas para as séries finais do Ensino Fundamental, com vistas à análise e caracterização dessas realidades. Propostas educativas voltadas para séries finais do Ensino Fundamental para o seu bom desenvolvimento e aplicações de atividades: o currículo, os materiais adequados, as opções metodológicas e as estratégias educativas. Aplicação das habilidades básicas da docência em situações instrucionais cotidianas. Desenvolvimento de atividades de docência (observação, planejamento, avaliação, organização de situações de ensino e aprendizagem, organização e produção de material didático e docência compartilhada) em escolas indígenas do Ensino Fundamental, séries finais. Material didático e/ou de pesquisa realizados pelos acadêmicos ao longo do curso. Reflexões sobre as práticas docentes realizadas ao longo do estágio. As atividades de estágio, se necessário, devem atender ao ensino multisseriado e a áreas específicas do conhecimento no atendimento ao segundo segmento do ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CURTO, L.M. (*et al*). **Escrever e Ler: Materiais e recursos para sala de aula**. Porto Alegre: Artemed. 2000.
 KAUFMAN, A. M^a (*et al*). **Alfabetização de crianças: Construção e intercambio**. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998
 NEREIDE, S. **O saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade/método no processo pedagógico**. 4^a Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, V. M^a. (Org). **Magistério: Construção cotidiana**. 5^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).
 BRASIL. Ministério da Educação - **Resultados de Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**. <http://coneei.mec.gov.br/>
 CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.
 GASPARIN, João Luiz; ALTOÉ, Anair; NEGRÃO, Maria Tempelin Ferreira; TERUYA, Teresa Kazuko. (Orgs.). **Didática: processos de trabalho em salas de aula**. Maringá: EDUEM, 2005.

CEL	Nome da Disciplina	CH 135 h	Créditos		
	Estágio Supervisionado III		T	P	E
			0	0	3
<p>EMENTA: Atividades teórico-práticas voltadas para o Ensino Médio, com vistas à análise e caracterização dessa realidade. Propostas educativas voltadas para o Ensino Médio buscando o seu bom desenvolvimento e aplicações de atividades: o currículo, os materiais adequados, as opções metodológicas e as estratégias educativas. Aplicação das habilidades básicas da docência em situações instrucionais cotidianas. Desenvolvimento de atividades de docência (observação, planejamento, avaliação, organização de situações de ensino e aprendizagem, organização e produção de material didático e docência compartilhada) em escolas indígenas do Ensino Médio. Material didático e/ou de pesquisa realizados pelos acadêmicos ao longo do curso. Reflexões sobre as práticas docentes realizadas ao longo do estágio. As atividades de estágio devem atender as áreas específicas do conhecimento no atendimento ao Ensino Médio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUSATO. Avaliação das Práticas de Ensino e Estágio: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente. Poro alegre: Mediação, 2005. FERREIRO, E. Com todas as letras. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2001. SILVA, Lázara; MIRANDA, Maria. Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades. São Paulo: Junqueira & Martin, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CANDAU, V. M^a. (Org). Magistério: Construção cotidiana. 5^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). BRASIL. Ministério da Educação - Resultados de Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. http://coneei.mec.gov.br/ CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo: Contexto, 2007. GASPARIN, João Luiz; ALTOÉ, Anair; NEGRÃO, Maria Tempelin Ferreira; TERUYA, Teresa Kazuko. (Orgs.). Didática: processos de trabalho em salas de aula. Maringá: EDUEM, 2005.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Trabalho de Conclusão de Curso I		T	P	E
			0	2	0
<p>EMENTA: Diretrizes para elaboração de um trabalho científico que tenha como objeto de análise um tema relacionado e articulado com os Projetos Comunitários ou epistemologias indígenas, construído ao longo do percurso acadêmico, tendo como direcionador as produções dos discentes em disciplinas que enfatizam a pesquisa, resultando desse estudo uma produção de caráter acadêmico, fruto das reflexões teórico-práticas ao longo de todo o processo de formação, ou de um produto social, cultural ou artístico pertinente aos objetos de pesquisa dos professores orientadores.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Trabalho de Conclusão de Curso II		T	P	E
			0	2	0
<p>EMENTA: Diretrizes para elaboração de um trabalho científico que tenha como objeto de análise um tema relacionado e articulado com os Projetos Comunitários ou epistemologias indígenas, construído ao longo do percurso acadêmico, tendo como direcionador as produções dos discentes em disciplinas que enfatizam a pesquisa, resultando desse estudo uma produção de caráter acadêmico, fruto das reflexões teórico-práticas ao longo de todo o processo de formação, ou de um produto social, cultural ou artístico pertinente aos objetos de pesquisa dos professores orientadores.</p>					

CEL	Nome da Disciplina	CH (Total) 45 h	Créditos		
	Laboratório I		T	P	E
			1	1	0
EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.					
CEL	Nome da Disciplina	CH (Total) 45 h	Créditos		
	Laboratório II		T	P	E
			1	1	0
EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.					
CEL	Nome da Disciplina	CH (Total) 45 h	Créditos		
	Laboratório III		T	P	E
			1	1	0
EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.					
CEL	Nome da Disciplina	CH (Total) 45 h	Créditos		
	Laboratório IV		T	P	E
			1	1	0
EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.					
CEL	Nome da Disciplina	CH (Total) 45 h	Créditos		
	Laboratório V		T	P	E
			1	1	0
EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.					

7.8.2 Quadro de disciplinas optativas por área e suas respectivas ementas e referências

Disciplinas Optativas					
Ciências da Educação					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Educação Inclusiva: concepções e práticas		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: Dimensão sociocultural da exclusão e da inclusão. Contexto histórico-político-social da inserção da educação escolar inclusiva. Aspectos teóricos e metodológicos: impasses e necessidades para a constituição de uma escola inclusiva. Legislação e Regulamentação. Atendimento especializado e adaptações curriculares. Aprendizagem significativa: estilos de aprendizagem e aprendizagens múltiplas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA MANTOAN, M.T.E. (2006). Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna. MAZZOTTA, Marcos J. S. (1996). Educação Especial no Brasil. História e políticas públicas. São Paulo: Cortez. BRASIL. Ministério da Educação. Estratégias e orientações pedagógicas para a Educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 99p, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Disponível em: http://www.educaonline.pro.br. Acesso em 09 ago. 2010. GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.) Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. (In) <i>Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.</i> SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2010. ACRE. Secretaria de Estado da Educação. Aprendendo mais sobre Altas Habilidades. Rio Branco: SEE/ NAAH/S, s/d.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Educação popular		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: Aspectos socioeconômicos, políticos e metodológicos da educação popular: a questão do Estado e da educação popular, a política brasileira e a política da educação popular. O contexto, as primeiras iniciativas, as campanhas de educação popular e os movimentos de cultura e educação popular. A educação popular e suas relações com a escola indígena.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA SILVA, Aracy Lopes da. e FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (orgs.) Práticas Pedagógicas na Escola Indígena. 2ed. São Paulo: Global, 2001. DAYRELL, Juarez (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.</p>					

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB nº 11/2000 de 10/05/2000** – Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator: Carlos Roberto Jamil Cury.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 1/2000 de 05/07/2000** – Assunto: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais.

BEISEGEL, C. de R. A Política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In.: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997. 283 p. p. 207-245.

CURY, C. R. J. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer apresentado ao Conselho Nacional de Educação, aprovado em 10 de maio de 2000.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Educação Infantil no Brasil		T	P	E
			3	0	0

EMENTA: A problemática atual da educação infantil no Brasil e suas vinculações com as relações sociais. A educação infantil no contexto das políticas públicas e da legislação educacional. O educador de creche e pré-escola: identidade profissional e desenvolvimento pessoal. A educação infantil nas comunidades indígenas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUNQUEIRA, C. **Antropologia Indígena: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1991.

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Introdução, Volumes 1, 2 e 3. Brasília, 1998.

KRAMER, S. **Infância e Educação Infantil**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, C. **Educação Infantil: Prioridades imprescindíveis**. 4ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

LIMA, J. C. F.; NEVES; VANDERLEY L. M. (Orgs). **Fundamentos da Educação Popular no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e Ensinar na educação infantil**. Porto Alegre, 1999.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e PRADO, Patrícia Dias (orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, SP: 2002. (Coleção educação contemporânea).

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. Editora Cortez – S.P, 2002.

Disciplinas OPTATIVAS					
Humanidades					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45h	Créditos		
	Corpo		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: Ideias e conceitos indígenas relacionados ao corpo, a pessoa e a um conjunto de pessoas. Noção de indivíduo e coletivo. Ornamentos, adornos e pinturas faciais e corporais. Principais técnicas, artes, conhecimentos e disciplinas relacionadas ao corpo. O corpo e sua descrição na língua indígena, de acordo com essa perspectiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DAOLIO, J. Da cultura do corpo. Campinas: Papyrus, 1995. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. PÉREZ GIL, L. "Corporalidade, ética e identidade em dois grupos Pano". IN. Ilha. Florianópolis, v.5, n.1, julho de 2003, p.23-45.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física. MEC: Brasília, 2001. DAOLIO, J. - Da Cultura do Corpo. Campinas: Papyrus, 1995. FREGTMAN, C.D. Corpo, Música e Terapia. São Paulo: Cultrix, 1989. FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. LANGDON, E. Jean Matteson (org). Xamanismo no Brasil: novas perspectivas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45h	Créditos		
	Mitologia		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: As narrativas míticas como formuladoras de relações socioambientais e dos princípios cosmológicos e cosmogônicos. Modelos de ensinamento e entendimento. Mítica das sociedades indígenas representados no Curso. Estudo da representação mitológica em distintas sociedades e tradições culturais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMPBELL, J. As máscaras de Deus. Volume 1 – Mitologia Primitiva. São Paulo: Palas Athena, 2005. GALVÃO, E. Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959. In: Encontro de Sociedades. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1979. KAXINAWÁ, J. P. (et al.). Índios no Acre: história e organização. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1985. _____. Sociologia e Antropologia Vol. I e II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. MELATTI, J. C. Índios do Brasil. São Paulo-Brasília: Hucitec e Editora da Universidade de Brasília, 1987. MERLEAU-PONTY, M. O visível e o invisível. SP, Perspectiva, 2005. _____. Signos. São Paulo: Martins Fontes, 1991.</p>					

CEL	Nome da Disciplina	CH 45h	Créditos		
	Tópicos Especiais em Humanidades		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: Tópicos especiais de ensino e pesquisa em Humanidades. Tema escolhido de acordo com a especialidade do ministrador ou interesse teórico da turma.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M.C. Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009. NIMUENDAJU, C. Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões adjacentes. 1944. Fundação IBGE/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1980. PEDROSA, J. M. A. e LÓPEZ, M.M. Relatos de Hispanoamérica – Mitos precolombianos. Madri: Editora Espasa Calpe S.A, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COLLET, Célia L.G. “Eu quero progresso sendo índio”. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. CUNHA, M. C. da. Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986. LESSIN, L. 2011. Nos rastros de Yakuruna: a partida de Pawa e a pós-sustentabilidade Ashaninka. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista. LIMA, Edilene C. de. 2000. Com os olhos da serpente: homens, animais e espíritos nas concepções Katuquina sobre a natureza. Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo. SAEZ, O. C. O Nome e o Tempo dos Yaminawa. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.</p>					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45h	Créditos		
	Tecnologias aplicadas		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: Tecnologias variadas e suas aplicações em geografia, história e pesquisa científica ao longo do Curso. Imagens fotográficas e audiovisuais digitais. Fotografias aéreas, imagens de radar e de satélite. Fotointerpretação, sensoriamento remoto e interpretação de imagens: princípios básicos e áreas de aplicação. Funcionamento e utilização de programas, sistemas de informação geográfica e de sistemas de posicionamento global (GPS).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LÉVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34, 1993. MORAN, J. M. “Como utilizar a Internet na educação”. IN. Ciência da Informação, Brasília. Vol. 26, nº 2, p. 146-153,1997. SANTOS, B.de S. Um discurso sobre as ciências. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1997.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSTA, J.W.; MOREIRA, M.; OLIVEIRA, C.C. Matrix - metáfora ou realidade. Dois Pontos: Teoria & Prática em Gestão Educacional. Belo Horizonte: Vol. 5, nº 42, p. 27-32, maio/junho 1999. COSTA, J.W.; PAIM, I. Informação e Conhecimento no Processo Educativo. In: COSTA, J.W. & OLIVEIRA, M.A.M. Educação, Comunicação e Sociabilidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. _____. O que é o virtual. São Paulo: Editora 34, 1996. MORAN, J. M. Como utilizar a Internet na educação. Ciência da Informação, Brasília: v.26, n. 2, p. 146-153,1997.</p>					

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Processos terapêuticos		T	P	E
			2	1	0

Ementa: Conceitos de saúde e doença entre as diferentes sociedades indígenas representadas no curso. Etnografia de conhecimentos, conceitos e processos terapêuticos próprios. Dietas específicas, práticas alimentares e corporais. Inter-relação entre os processos próprios e os serviços prestados pelas Secretarias Especiais de Saúde Indígena e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Bibliografia Básica

BUCHILLET, Dominique. **Bibliografia Crítica da Saúde Indígena no Brasil (1844-2006)**. Quito: Abya-Yala, 2007.

BARBIN JR., Hélio 1999. Do feitiço a malária: uma etnografia do sistema de saúde na Reserva Extrativista do Alto Juruá - Acre. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, R. V.; COIMBRA Jr.; C.E.A. **Saúde e Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

Bibliografia Complementar

CANESQUI, A.M. 2003. **Os estudos de antropologia da saúde /doença no Brasil na década de 1990**. Ciências & Saúde Coletiva. 8(1): 109-124, 2003

FATUMBI, Pierre Verger. 1995. **Ewé: o uso das plantas na sociedade ioruba**. São Paulo: Companhia das Letras.

MORGAN, R. **Enciclopédia das Ervas e Plantas Medicinais – Doenças, Aplicações, Descrição, Propriedades**. Editora Hemus, 2003.

RIBEIRO, Darcy (et ali.).1986. **Suma Etnológica Brasileira (Etnobiologia)**. Petrópolis: Editora Vozes e FINEP.

SOUSA, M. B. de; MARTINI, A.; CONCEIÇÃO. M. G. (et al.) 2002. “Cobras”, IN: CUNHA, M.C. da & ALMEIDA, M.W. B. de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.

Disciplinas OPTATIVAS					
Ciências					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Acesso ao Patrimônio Genético Associado aos Conhecimentos Tradicionais		T	P	E
			3	0	0

EMENTA: Biodiversidade, usos diretos e indiretos da Biodiversidade, Patrimônio Genético, Convenção da Biodiversidade, Acesso à diversidade biológica e repartição de benefícios, Consentimento Informado ou Anuência Prévia e Legislação Pertinente (MP -2186/2001).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, M. C. do A. **Acesso Aos Recursos Genéticos – Novos Arranjos Institucionais**. Disponível em:
http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/qt/biodiversidade/Cristina%20Maria%20do%20Amaral%20Azevedo.pdf

AZEVEDO, M. C. do A.. **A regulamentação do Acesso Aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados no Brasil**. Biota Neotropica, v5 (n1) 2005 Disponível em:

<http://www.biotaneotropica.org.br/v5n1/pt/abstract/point-of-view+BN00105012005>

CAPOBIANCO, João Paulo R.[et.al.] (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. 540p. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Manuela Carneiro da, ALMEIDA, Mauro Barbosa de, (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 735p. 2002.

CUNHA, M. C. da, ALMEIDA, M. B. de, (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 735p, 2002.

CUNHA, M. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosacnaify, 2009.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R, S. V. (Orgs.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: NUPAUB-USP. 176p. 2001.

MARTINS, H. M. **Os Katukina e o Kampô: Aspectos Etnográficos da Construção de um Projeto de Acesso aos Conhecimentos Tradicionais**. Brasília. Dissertação de Mestrado. DAN/UNB. 169 p. 2006.

CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
			T	P	E
	Intercâmbios de Conhecimento		1	1	0

EMENTA: Esta disciplina será ministrada por um professor universitário e um ou mais especialistas indígenas. Os estudantes irão experimentar o intercambio de conhecimento e refletir sobre sua prática de pesquisa e ensino na escola indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLLET, C. Escola, interculturalidade e ensino de ciências: notas a partir da experiência em educação escolar indígenas. In: REGIANE, A. **Conhecimento tradicional e químico: possíveis aproximações**. Curitiba: CRV, 2014.

CUNHA, M. C. da, ALMEIDA, M. B. de, (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 735p, 2002.

CUNHA, M. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosacnaify, 2009.

FOIRN. **Educação Escolar indígena do Rio Negro: relatos de experiências e lições aprendidas**. São Paulo: ISA, 2012.

HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa, Livro da cura**. Rio de Janeiro: Dantes Editora 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERT, B; MILLIKEN, W. **Urihi a: a terra floresta Yanomami**. São Paulo, 2009.

SOUZA, S. **Saberes Docentes, saberes indígenas: um estudo de caso sobre o ensino de ciências entre o povo Xukuru do Ororubá**. Recife: dissertação de mestrado. UFRPE, 2008.

MAXAKALI, R. (et al.). **Hitupmã´ax:curar**. Belo Horizonte: MEC, UFMG, 2008.

VIEIRA, R. C. M. **Educação Intercultural: O ensino de ciências através da pesquisa na Escola Indígena Pamáali no alto Rio Negro**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2010.

REGIANE, A. **Conhecimento tradicional e químico: possíveis aproximações**. Curitiba: CRV, 2014.

CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
			T	P	E
	Tópicos Especiais em Ciências I		3	0	0

EMENTA: Disciplina de ementa variável que se destina ao oferecimento de temas relevantes da área de ciências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEL	Nome da Disciplina	CH 60 h	Créditos		
	Meios Terapêuticos		T	P	E
			2	1	0
<p>EMENTA: Concepção de doença e cura, xamanismo, rituais e saúde. Estudo das plantas, animais e outros elementos considerados medicinais na floresta. Formas de cultivo, colheita e preparo de fitoterapia; direitos difusos e propriedade intelectual. Bioprospecção e biopirataria. Indústria farmacêutica e alimentícia.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA AMOROZO, M. C. de Mello. 1996. "A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais". <i>In: DI STASI, Luiz Claudio (org.). Plantas Medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar.</i> São Paulo: Editora da Unesp. p. 47-68. LANGDON, E. Jean Matteson (org). Xamanismo no Brasil: novas perspectivas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. ROCHA-COELHO, F. B. O uso das plantas no cotidiano da comunidade quilombola Kalunga do Mimoso – Tocantins: um estudo Etnobotânico. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente) PG Ciamb, Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR KLEIN, E. P. As Plantas na Saúde. Brasília: Apresentação do Senador Geraldo Mesquita Júnior. 68 p. 2007. MORGAN, R. 2003. Enciclopédia das Ervas e Plantas Medicinais – Doenças, Aplicações, Descrição, Propriedades. 9º edição. Editora Hemus, 555 p. RIBEIRO, D. <i>et alii</i> (editor), 1986. Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Volume I – Etnobiologia – Coord. Berta G. Ribeiro. Petrópolis: Editora Vozes. FINEP. 281 p. HUNI KUIN. Una Isi Kayawa, Livro da cura. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014. SCHEFFER, M. C., MING, L. C. e ARAÚJO, A. J. Conservação de recursos genéticos de plantas medicinais. Disponível em: http://www.cpatia.embrapa.br/catalogo/livrorg/medicinaisconservacao.pdf/</p>					

Disciplinas OPTATIVAS					
Linguagens e Artes					
CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Literatura Indígena		T	P	E
			3	0	0
<p>EMENTA: Leitura e análise de textos e publicações de autoria indígena.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA COLLET, Celia. A escrita alfabética e o xamanismo indígena. Revista Muiraquitã, Rio Branco, UFAC, 2013. HAVELOCK, Eric. A Revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. LÉVI-STRAUSS, Claude. A história de Lince. São Paulo, Cia das Letras, 1993.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CESARINO, Pedro. De duplos e estereoscópios: paralelismo e personificação nos cantos xamanísticos ameríndios. Mana, 12 (1), 2006. _____. "Os poetas", Caderno Mais, Folha de São Paulo, 18 de janeiro de 2009.</p>					

COHN, Sergio. **Cantos Ameríndios, Poesia**. Br, Rio de Janeiro, Beco do Azougue Ed. 2012.
 IBÃ, Isaias Sales. (et al) (Orgs.) **Huni meka, Cantos do Nixi Pae**, Rio Branco, IPHAN/CPI, 2007.
 PUYANAWA, Vari Sharanaya. **NUPANARÉ - Músicas usadas na transmissão de conhecimento Puyanawa**. Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Indígena, UFAC - Floresta, 2013.
 SILVA, A. L. **A questão indígena na sala de aula**. São Paulo, Brasiliense, 1993.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Outro destino (entrevista concedida a Maria Inês de Almeida)**. Rio de Janeiro, Aletria, 2007.

CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Imagem e Som III		T	P	E
			3	0	0

EMENTA: Estudos de documentários: imagem e som, planos, edição, continuidade. Práticas de registro e edição. Produção de vídeos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINHANTA, Isaac. Você vê o mundo do outro e olha para o seu
<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=23> consultado em dezembro de 2014.
 ARAUJO, ACZ; CARVALHO, EI; CARELLI, VR. **Cineastas indígenas: outro olhar – Guia para professores e alunos**. Olinda: Vídeo nas aldeias, 2010.
 ALBERT, Bruce. Images, traces et «hyper images»: impromptu d'éthnographie noctambule, 2011.
http://www.ctrlab.inf.br/Arquivos/Hyper%20images%20yanomami_BA_5.7.11.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARELLI, V. **Vídeo nas aldeias 25 anos**. Olinda: Vídeo nas aldeias, 2014.
 _____. Crônica de uma oficina de vídeo.
<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=24> consultado em dezembro de 2014.
 QUEIROZ, Ruben Caixeta. **Política, estética e ética no projeto Vídeo nas Aldeias**,
<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=20> consultado em dezembro de 2014.
 MATTOS, Amilton & IBÃ, Isaias Sales. **O sonho do nixi pae, 2015**. <http://nixi-pae.blogspot.com.br/2015/03/sonho.html>
 SILVA, José de Oliveira dos Santos. NUNES, Karliane Macedo. SILVA, Renato Izidoro da Silva. **Cinema Indígena: de objeto a sujeito da produção cinematográfica no Brasil**. Polis Revista latino-americana, n. 38, 2014. <http://polis.revues.org/10086?lang=pt>

CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Tópicos especiais em Linguagens e Artes 1		T	P	E
			3	0	0

EMENTA: Conteúdo variado na área de Linguagens e Artes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEL	Nome da Disciplina	CH 45 h	Créditos		
	Tópicos especiais em Linguagens e Artes 2		T	P	E
			3	0	0

EMENTA: Conteúdo variado na área de Linguagens e Artes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

8 ATIVIDADES ACADÊMICO - CIENTÍFICAS CULTURAIS DO CURSO

As atividades complementares terão carga horária de, no mínimo, 200 horas aula, de acordo com Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e a Resolução CONSU nº 24, de 11 de maio de 2009 .

Para o Curso de Licenciatura Indígena as atividades acadêmico-científico-culturais com a carga horária de 216 horas, apresentam-se em sua vasta possibilidade de realização. Como prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas podem ser consideradas como atividades acadêmico-científico-culturais em cursos de licenciatura intercultural, as participações dos cursistas nas organizações de professores indígenas em ações junto às escolas indígenas e não indígenas, nos diferentes momentos sociopolíticos de cada comunidade ou dos outros povos indígenas, assim como em eventos acadêmicos e culturais das diferentes áreas do conhecimento.

Este projeto pedagógico também apresenta aos discentes do Curso de Licenciatura Indígena a possibilidade de desenvolver suas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais a partir da organização e/ou participação em eventos tais como: seminários, oficinas e encontros durante os módulos presenciais e ainda em outros momentos da fase intermediária. Na fase presencial as atividades ACCs previstas são: seminário de acolhimento (carga horária: 30 horas), relatos da fase intermediária (carga horária: 112 horas – 16 horas por módulo (do 2º ao 8º) e o seminário de apresentação dos TCCs (carga horária: 90 horas). Os relatos da fase intermediária compreendem a ocasião, em cada módulo, em que os acadêmicos farão a apresentação dos resultados/produtos das atividades desenvolvidas na fase intermediária do curso. Os dois seminários estão organizados assim: o primeiro, previsto na organização curricular - primeiro módulo - será o momento de apresentação do curso e da proposta metodológica e curricular, assim como se dará o levantamento e a troca coletiva das experiências e demandas dos professores cursistas, e que servirá de base para o delineamento dos primeiros projetos de pesquisa e extensão que serão aprofundados a partir dos Laboratórios. O segundo seminário previsto terá como objetivo a socialização e apresentação dos produtos das atividades desenvolvidas na primeira Fase Intermediária, as quais foram programadas a partir das disciplinas ministradas no módulo anterior. O Seminário de Apresentações dos TCCs se constitui como uma etapa final do curso, com a apresentação de todos os trabalhos desenvolvidos e produzidos pelos discentes durante o percurso formativo, esse será aberto à comunidade acadêmica e à comunidade em geral, e revela-se como uma oportunidade de trocas de experiências e

informações sobre a produção de conhecimentos a respeito dos povos indígenas representados no curso.

As AACCs também podem ser consideradas como um importante espaço e momento para a participação dos sábios e mestres tradicionais que podem inclusive estar à frente do desenvolvimento dessas atividades. A Regulamentação das AACCs s aprovada em reunião do Núcleo Docente Estruturante encontra-se no Anexo 4.

9 LABORATÓRIOS

Os Laboratórios (225 horas) são espaços experimentais de pesquisa visando à produção e intercâmbio de conhecimentos entre os acadêmicos do curso e outros acadêmicos e docentes da UFAC e de outras universidades. Outros pesquisadores indígenas são convidados a participar no decorrer das atividades como colaboradores eventuais.

Desse processo poderão resultar publicações, produções audiovisuais, eventos e projetos de intervenção artística ou de outra natureza.

As atividades de pesquisa podem ocorrer na Universidade ou se estenderem a outros locais, como as aldeias, visando a participação dos indígenas de notório saber no conhecimento tradicional.

A prática de produção de conhecimentos é horizontal e coletiva. O objetivo é uma dinâmica de produção de conhecimentos mais próxima dos processos de saberes e práticas indígenas relacionadas às escolas, tal como orientado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior (2015).

10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

O estágio supervisionado, por sua vez, compreendido como importante componente curricular na formação docente, deve se vincular à prática de ensino, assim como aos conhecimentos da área específica escolhida pelo discente em sua formação e será desenvolvido dentro de um total de 405 horas, atendendo a Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação (01 jul. 2015), que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura e de formação de professores da educação básica em Nível Superior, que devem ser cursadas a partir do início da segunda metade do Curso. Nesse sentido, mesmo para aqueles que já exercem a docência, o estágio se faz necessário, sendo concebido como

momento privilegiado de reflexão e ação sobre a prática docente. Aos discentes que já atuam como professores em suas aldeias na educação escolar indígena, permitir-se-á que o graduando faça estágio em sua própria escola ou comunidade de acordo com os segmentos (1º ao 5º ano; 6º ao 9º ano e Ensino Médio).

Nesses componentes curriculares a autonomia dos professores indígenas deve constituir-se em um de seus fundamentos, visando à construção de uma Educação Escolar Indígena crítica e transformadora. Isto, no entanto, não prescinde da necessidade de acompanhamento pedagógico dos professores em formação nas atividades da prática de ensino e do estágio supervisionado.

O Estágio Supervisionado será de responsabilidade de todas as áreas, inclusive da área transversal, Ciências da Educação. No Estágio Supervisionado II, o discente já terá optado pela área específica de formação.

A carga horária total de 405h será dividida em três momentos de Estágio (I, II e III) com 135h cada, dentro da organização curricular, relacionados aos segmentos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Sendo que o Estágio Supervisionado I estará voltado para os anos iniciais, e dessa forma as atividades, se necessário, devem atender ao ensino multisseriado e de natureza interdisciplinares no atendimento ao primeiro segmento do ensino fundamental. O Estágio Supervisionado II estará voltado para as séries finais do Ensino Fundamental e O Estágio Supervisionado III estará voltado par ao Ensino Médio. As disciplinas de Estágio Supervisionado devem prever carga horária presenciais em que serão importantes para o planejamento das atividades e elaboração dos planos de ensino de acordo com as proposições dos orientadores e após a realização do estágio a apresentação e socialização dos relatos/relatórios. A carga horária destinada ao campo de estágio proporcionará os momentos para executar as atividades planejadas durante os módulos presenciais– como, por exemplo, o desenvolvimento dos planos de ensino, pesquisa e projetos escolares, observações orientadas da escola e do impacto da escola para a comunidade de forma que seja possível investigar a realidade educacional e da comunidade, contribuindo para o trabalho educacional, e a reflexão docente, oferecendo subsídios para a elaboração e/ou aperfeiçoamento do projeto político pedagógico das escolas.

A relação entre pesquisa e o Estágio Supervisionado configura-se como instrumento de construção do conhecimento, sendo uma ação integrada entre docentes-discentes tanto no âmbito da formação intercultural, como no âmbito da escola indígena. Dessa forma, a pesquisa assume um papel central tanto no momento de conhecimento/análise dos contextos em que os discentes já atuam como professores-pesquisadores, quanto no momento de

compreensão/problematização da realidade (comunidades/escolas) e que irá determinar as intervenções pedagógicas, entendidas como: aulas, oficinas, preparação de materiais didáticos, elaboração de dicionários e de atlas, sistematização de metodologias próprias. A Regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório encontra-se no Anexo 5.

11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC é um componente curricular dos cursos de graduação que deve ser previsto para se garantir a consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos. O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido em dois momentos TCCI e TCCII com carga horária total de 120 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Indígena da UFAC constitui-se um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo do curso na forma de textos ou outros produtos resultantes de diferentes mídias que expressem a reflexão acadêmica do discente. Trata-se de uma experiência fundamental para a formação do discente, uma vez que lhe proporciona uma oportunidade de resolver de forma sistemática e criativa problemas relacionados à sua realidade e à sua prática docente e pedagógica de acordo com o contexto de sua escola e comunidades, a partir de diálogos entre os conhecimentos científicos e saberes tradicionais.

O documento que constituirá o TCC e sua apresentação são requisitos obrigatórios para obtenção do diploma e conclusão do curso de graduação. Trata-se de um trabalho de pesquisa e síntese que articula as experiências da prática docente com a pesquisa e os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, com enfoque na área de habilitação escolhida pelo acadêmico. Deste modo, o Trabalho de Conclusão de Curso deve ser concebido e executado como atividade acadêmica e científica e, nesse sentido, deverá possuir um caráter de monografia, memorial, material pedagógico escrito e áudio-visual desenvolvido na escola e em comunidades indígenas, e/ou outros gêneros textuais.

O TCC deverá expressar o processo de formação do professor indígena, que tem como finalidade o diálogo intercultural de modo que o professor cursista possa refletir sobre a sua prática docente e compreender a função social do ensino que se desenvolve entre a gestão escolar e o processo pedagógico que acontece na escola e na comunidade, o que torna possível o desenvolvimento de projetos de caráter pedagógico-organizacional, científico, profissional e

sociocultural. Assim, o TCC deverá expressar um olhar reflexivo, crítico e interpretativo sobre a realidade da escola e das diversas comunidades indígenas.

Ao final o discente deverá apresentar material produzido de acordo com o gênero escolhido, caso opte pela monografia, esta deve ser impressa de acordo com os parâmetros da ABNT. As regras de padronização geral do trabalho escrito, da apresentação oral, da arguição. Todas as situações não previstas no regulamento (Anexo 6) serão tratadas em Colegiado do Curso.

12 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação na Licenciatura Indígena será um processo contínuo e dinâmico, sempre tratada de forma reflexiva com relação à prática dos professores indígenas, da seguinte forma:

- Os laboratórios, os seminários e as etapas intermediárias são espaços interdisciplinares de reflexão sobre as práticas da educação escolar indígena, da pesquisa e também do curso.
- Nos relatórios de Estágio e Prática de Ensino o estudante descreve e analisa sua experiência nas diversas práticas realizadas.
- Nas etapas intermediárias são realizadas reuniões com as comunidades, quando são avaliadas as atividades do curso e o percurso dos estudantes representantes da comunidade. Tais experiências serão descritas em um relatório de Fase Intermediária.
- O Trabalho de Conclusão de Curso é um importante momento de avaliação, fruto das reflexões teórico-práticas realizadas ao longo de todo o percurso acadêmico.
- Ao final de cada módulo haverá um seminário em que os estudantes e professores avaliam o trabalho vivido e planejam a etapa seguinte.
- Ao final de cada disciplina o professor proporá processos/instrumentos de avaliação do trabalho com os estudantes.
- Com a colaboração dos professores do Curso, o NDE se reunirá semestralmente para avaliar o trabalho e propor reformulações se necessário.
- O Colegiado se reunirá durante os módulos presenciais com o objetivo de discutir e avaliar as ações desenvolvidas no curso e traçar novos direcionamentos.
- O Projeto pedagógico do Curso será permanentemente avaliado.

Além dos aspectos destacados acima sobre a avaliação, ressaltamos que no sétimo período (módulo) os acadêmicos farão uso de um instrumento de avaliação (Anexo 07), a partir do

qual podem avaliar institucionalmente o curso de Licenciatura Indígena e, semestralmente, poderão avaliar cada uma das disciplinas nas quais se matricularam, por meio do portal do aluno.

13 CORPO DOCENTE

O atual corpo docente do Curso possui quatro professores (Anexo 09) lotados no Centro de Educação e Letras do *Campus Floresta* – UFAC, vinculados diretamente ao Curso de Licenciatura Indígena,

O número de docentes envolvidos diretamente com o curso está aquém das necessidades reais existentes, e por isso, o curso contou, na sua primeira edição, e contará nesse momento com outros docentes do *Campus Floresta* e de Rio Branco, além de profissionais de outras instituições. Também estão previstas novas contratações.

O Parecer nº 14/99 CEB/CNE, aprovado pela Resolução 03/99, considera que a formação do professor indígena requer a participação de especialistas com formação adequada, não tanto em função de sua titulação acadêmica, mas por um conjunto de outras competências, tais como, experiência e sensibilidade para trabalhar aspectos próprios da educação indígena, para garantir a qualidade do ensino a ser oferecido, e por sua coerência com os princípios definidos na legislação referente à educação escolar indígena.

Com o objetivo de assegurar a qualidade e o respeito às especificidades desta formação, a participação dos indígenas nos quadros da docência e da gestão desses cursos é primordial para a colaboração institucional e a promoção do diálogo e do efetivo estabelecimento de relações sociopolíticas, culturais e pedagógicas mais simétricas.

Os docentes que atuarem nos módulos presenciais devem participar das etapas de planejamento e avaliação do curso, bem como nas fases intermediárias e têm como funções principais: elaborar os planos de ensino; ministrar aulas; revisar e avaliar os trabalhos dos alunos; elaborar relatório das ações realizadas; manutenção dos registros específicos do desempenho e acompanhamento do discente conforme os instrumentos de avaliação, atuar diretamente com o estágio, na orientação de pesquisas e de atividades de extensão, com as atividades complementares, com as práticas pedagógicas, com o trabalho de graduação, no colegiado.

13.1 Gestão Colegiada do Curso de Licenciatura Indígena

O Colegiado é composto pelos membros do NDE, um representante de cada turma em andamento, os professores colaboradores e um técnico administrativo do curso. A representação discente é anual, sendo composta por titular e suplente, contemplando 50% (cinquenta por cento) de representação feminina.

No período entre módulos o NDE representa o Colegiado nas decisões administrativas que não puderem ser postergadas. No módulo seguinte tais decisões serão apresentadas ao Colegiado.

O funcionamento do Colegiado será definido ao longo do processo de planejamento, implantação e das atividades do curso.

14 METODOLOGIA ADOTADA PARA A EXECUÇÃO DA PROPOSTA

A metodologia proposta neste PPC privilegia espaços e momentos de criação, interação, trocas de conhecimentos, portanto atende ao princípio da interculturalidade. Paralelo à dimensão disciplinar típica do modelo de produção de conhecimento acadêmico, o curso propõe também dinâmicas de criação que permitam experimentar novos caminhos.

A fase intermediária é outro momento que contrasta com a ideia de um conhecimento construído teoricamente em sala de aula. Os professores do curso vão a campo com a proposta de apreender a dinâmica das sociedades indígenas nas aldeias e participar da interação entre os acadêmicos indígenas e seu grupo social. Essa interação entre universidade e sociedades indígenas, entre docente e discente, entre discente e comunidade é o eixo das atividades interculturais desenvolvidas nessa dimensão fundamental do curso, que são as fases intermediárias.

A partir de todas essas experiências que visam explorar outras dinâmicas de produção de conhecimento e linguagens é que devemos encarar o universo da educação escolar no Estágio supervisionado.

Finalmente, o Trabalho de Conclusão de Curso é um momento que resulta de todo esse processo e do amadurecimento do acadêmico que deve propor um trabalho criativo, crítico e que represente os interesses de sua comunidade, articulando as experiências de ensino, pesquisa e extensão acima descritas.

Além dos aspectos destacados enfatizamos o ensino pela pesquisa e pela extensão. Atribui-se à Universidade a tarefa de aliar o ensino à pesquisa e à extensão. O ensino por meio da pesquisa compreende saberes que conjugam a experiência concreta como educador à discussão mais ampla acerca da realidade e dos desafios do contexto em que tal experiência se dá. A pesquisa, neste ambiente, supõe a compreensão de servir como instrumento de construção do conhecimento, numa ação integrada por discentes e docentes. O professor pesquisador concebe o conhecimento como algo dinâmico, passível de construções e reconstruções, por isso, muitas vezes, ele mesmo, constrói a si mesmo como um ser reflexivo, capaz de pensar criticamente a sua prática e encaminhá-la numa perspectiva dinâmica, onde o processo tem lugar de destaque. Desta forma, as diretrizes da pesquisa para o Curso de Licenciatura Indígena configuram-se através do diálogo entre formadores e povos indígenas.

Será por meio da pesquisa e reflexão sobre a prática pedagógica que os discentes terão a oportunidade de conhecer, investigar e analisar criticamente as proposições teóricas e práticas elencadas no currículo do Curso, de maneira a poderem assumir o gerenciamento de suas escolas e uma participação nos assuntos da comunidade em que estão inseridos. Outra atividade consolidada por meio da pesquisa é a elaboração de materiais didáticos. Assim, o professor receberá orientações e realizará estudos que favoreçam o desenvolvimento dessa atividade que, integrada às demais disciplinas, deverá cuidar para que as produções sejam adequadas do ponto de vista pedagógico, cultural e estético.

A dinâmica da extensão pressupõe o trânsito entre a aldeia, a escola e a universidade. Na interlocução entre aldeia e escola poderão vir a ser parte integrante ações junto à comunidade no sentido de trabalhar a autonomia desta, a exemplo de atividades que vão desde o assessoramento até a construção dos projetos político-pedagógicos das escolas indígenas, consultoria às associações das comunidades, programas de extensão universitária, ou ainda a promoção de cursos com crianças com dificuldades de leitura e escrita ou de aprendizagem. Outro canal extensionista é o próprio espaço universitário, privilegiando o diálogo entre alunos de diversos cursos, por meio de atividades científico-culturais.

15 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Resolução CONAES nº 01, de 17-07-2010 e o Regimento Geral da UFAC (2013), constitui um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas, de natureza consultiva e deliberativa, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso de graduação.

Apenas os professores em vínculo efetivo com o Curso de Licenciatura Indígena podem compor o NDE. Todas as quatro áreas do curso devem estar representadas.

O NDE renova o mandato de seus componentes a cada quatro anos, ou quando houver necessidade. Será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria.

O atual NDE é composto pelos seguintes docentes Amilton Pelegrino de Mattos, Andrea Martini, Célia Letícia Gouvêa Collet e José Alessandro Cândido da Silva, Portaria 1.113 de 23 de abril de 2015, os quais foram responsáveis pela elaboração do presente PPC (Anexo 3) .

16 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

A infraestrutura mínima necessária para atender às demandas do curso é:

- Salas de aula;
- Sala de coordenação e secretaria;
- Salas para os professores;
- Laboratórios de informática, línguas e multimeios;
- Acervo bibliográfico e documental específico;
- Restaurante Universitário funcionando em três turnos e com cardápio variado;
- Serviço de transporte coletivo nos três turnos entre o *campus* e o centro da cidade.

17 LEGISLAÇÃO BÁSICA

O Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura Indígena está fundamentado na legislação federal vigente relacionada à Educação Escolar Indígena e pelas normas internas da UFAC. As leis e atos normativos são fundamentais para o debate público e não podem passar despercebidos na avaliação da implementação de políticas públicas.

Como estrutura legal, esses atos orientam o Poder Público e estabelecem exigências aos gestores públicos para efetividade de direitos fundamentais relacionados não apenas a metas finalísticas, benefícios gerados, mas a observação da participação e consulta sobre a criação das políticas, metas propostas e avaliações/correções dos serviços prestados. Importa, portanto, observar a correspondência entre as políticas públicas e as normas.

O Projeto Pedagógico do Curso deverá ser fundamentado pela legislação federal vigente e as normas internas da UFAC.

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- ✓ Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004;
- ✓ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007;
- ✓ Decreto nº 6.755/2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- ✓ Decreto nº 6.861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais;
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 13/2012 e Resolução CNE/CEB nº 5/2012);
- ✓ **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ✓ **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999** - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior e Formação Continuada.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ✓ **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- ✓ **Portaria Normativa/MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007**, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão

da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

- ✓ **Resolução CNE/CES Nº 3, de 02 de julho de 2007** – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dar outras providências.
- ✓ **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008** - que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- ✓ **Portaria SINAES Nº 1081, de 29 de agosto de 2008** - aprova em extrato o instrumento de avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES.
- ✓ **Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010** - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- ✓ **OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 0074, de 31 de agosto de 2010-** Comunica definição do NDE, atualização do PDI e PPC e retificação dos Instrumentos de Avaliação.
- ✓ **Portaria Normativa MEC nº 1, de 25 de janeiro de 2013** – estabelece o Calendário 2013 de abertura de protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC.
- ✓ **Parecer CNE/CP nº 8/2012, de 6 de março de 2012** – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- ✓ **Regimento Geral da UFAC** – regulamenta os dispositivos constantes no Estatuto da Universidade Federal do Acre nos aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instancias deliberativas.
- ✓ **Resolução Reitoria nº 05, de 01 de fevereiro de 2008**, aprova ad referendum do Conselho Universitário, a organização da Oferta dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Acre, anexos I e II – homologada pela **Resolução CONSU nº 08, de 15 de abril de 2008** e alterada pela **Resolução REITORIA nº 24, de 11 de agosto de 2008**.
- ✓ **Resolução CONSU nº 09, de 05 de fevereiro de 2009**, estabelece as Diretrizes para a Formação de Docentes da Educação Básica, em nível superior, dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Acre.
- ✓ **Resolução CONSU nº 24, de 11 de maio de 2009**, resolve: os estudantes dos Cursos de Licenciatura deverão cumprir 200 horas em outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, relacionados à natureza de sua área de formação e atuação profissional.

- ✓ **Resolução CEPEX nº 14, de 06 de dezembro de 2010**, resolve: aprovar as Normas Gerais de Estágio Supervisionado definindo as diretrizes de estágio para os cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Acre.
- ✓ **Resolução Reitoria nº 06, de 30 de agosto de 2011**, aprova ad referendum e estabelece normas para o horário de realização das Práticas e Estágios dos cursos de Graduação da UFAC, homologada pela **Resolução CEPEX nº 026, de 14 de outubro DE 2011**.

18 REFERÊNCIAS

ACRE. **Relatório sobre a Educação Escolar Indígena**. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ACRE: Rio Branco, 2011.

BRASIL. **As leis e a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 1993.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Legislação e jurisprudência indígenas**. Brasília: Funai, 1973.

_____. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, MEC, 1996.

_____. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior**. Brasília: 2000.

_____. Decreto nº 6.861/09. **Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais**. Brasília: 2009.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Referenciais para a Formação de Professores Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. Decreto nº 6.755/09. **Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília: 2009.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

_____. **Referenciais para Formação de Professores Indígenas**. Brasília: MEC/SEF. 2002.

_____. Resolução CNE/CP nº 01/15. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas**. Brasília: 2015.

_____. Resolução CONAES nº 01/10. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante**. Brasília: 2010.

_____. Resolução CNE/CP 02/02. **Duração e carga horária dos cursos de licenciatura**. Brasília: 2002.

_____. Parecer MEC/CEB/CNE nº 14/99. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Brasília: Diário Oficial da União, 19/10/1999b.

_____. Parecer CNE/CP nº 08/12. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Diário Oficial da União, 30/05/2012.

_____. Resolução CEB/CNE nº 03/99. **Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas**. Brasília: Diário Oficial da União de 14/12/1999a, p.58.

_____. Resolução CNE/CEB nº 05/12. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: 2012.

_____. Resolução CNE/CP nº 02/2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior e Formação Continuada**. Brasília: 2015.

_____. LEI Nº 6.001. **Estatuto do Índio**. Brasília: 1973.

_____. **Decreto Presidencial nº 26/91**. Brasília: 1991.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE/ ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. **Projeto de Formação Universitária para Educadores Indígenas**. Rio Branco, 2005.

FOUREZ, Gerard. **Fundamentos epistemológicos para a interdisciplinaridade**. Texto provisório apresentado no Congresso da AMSE em Sherbooke. Traduzido por Vera Brandão em 2001.

LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 2. ed. Petrópolis:Vozes, 1995.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC/2008.

OIT. Pueblos Indígenas y Tribales. **Guia para la Aplicacion del Convenio Número 169 de la OIT**. Genebra: OIT e Centro Internacional para los Derechos humanos y Desarrollo Democrático. 1966.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: **Interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto Editora, 1994.

Relatório I do Seminário “Encontro com os Conhecimentos”. Curso de Formação Docente para Indígenas/CEL- UFAC *Campus Floresta*, 2009.

Relatório II do Seminário “Encontro com os Conhecimentos”. Curso de Formação Docente para Indígenas/CEL- UFAC *Campus Floresta*, 2010.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico**: instrumento de gestão e mudança. Belém: UNAMA, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Regimento Geral**. Rio Branco-Acre, Dezembro, 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2015 a 2019**, Rio Branco-Acre, Dezembro de 2015.

_____. **Estatuto UFAC**. Rio Branco, 2013.

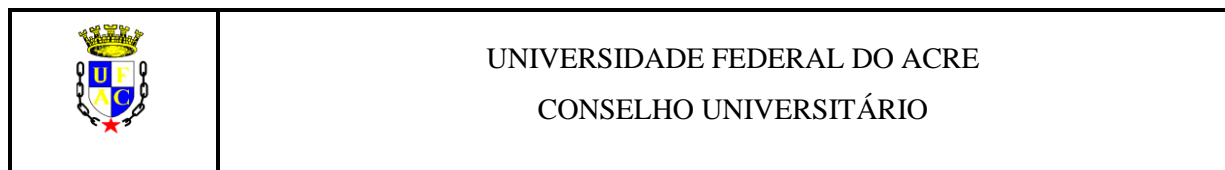
_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação Docente para Indígenas**, Cruzeiro do Sul- AC, 2008.

_____. Resolução CONSU nº 24/09, **Instrui sobre as atividades acadêmico-científico-culturais** Rio Branco, 2009.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: cosaic naify, 2010.

19 ANEXOS

Anexo 1 – Documento Legal de autorização ou criação do curso



Resolução nº 05, de 15 de abril de 2008.

Resolução nº 05, de 15 de abril de 2008.

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Acre, no uso de suas atribuições estatutárias, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada nesta data, referente aos Processos nº 23107.010435/2007-54, 23107.010433/2007-65, 23107.009770/2007-18 e 23107.003446/2007-88,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a Resolução nº 04, de 29 de outubro de 2007, da Reitoria, que criou, ad referendum do Conselho Universitário, os Cursos de Licenciaturas Plenas de Formação Docente para Indígenas, Letras Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola e de Ciências Biológicas, bem como o Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica no Campus de Cruzeiro do Sul

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prof. Dr. Jonas Pereira de Souza Filho

Presidente

Anexo 2 - Portaria de Designação da Coordenação do Curso



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
REITORIA

PORTARIA Nº 1.127, DE 27 DE ABRIL DE 2015

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 80, Inciso III do Regimento Geral, e o que consta no processo 23107.005783/2015-10,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSÉ ALESSANDRO CÂNDIDO DA SILVA, Professor do Magistério Superior, Classe Assistente, Nível 502, Matrícula SIAPE nº 1676432 para exercer a função de Coordenador do Curso de Formação Docente para Indígenas, Símbolo FUC-001 e a servidora ANDRÉA MARTINI, Professora do Magistério Superior, Classe Adjunto, Nível 603, Matrícula SIAPE nº 2581091, para exercer a função de Vice - Coordenadora do referido curso, a contar do dia 26 de março de 2015.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Profª. Drª. Aline Andréia Nicolli
Reitora em exercício

Anexo 3 – Portaria de Designação do Núcleo Docente Estruturante do Curso



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
REITORIA

PORTARIA Nº 1.113, DE 23 DE ABRIL DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 80, inciso III, do Regimento Geral, e o que consta no processo 23107.007302/2015-19,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº. 1.732, de 25 de julho de 2014, que designou servidores para comporem o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Formação Docente para Indígenas - CFDI, passando a ter a seguinte composição:

Matrícula	Servidor
1676432	José Alessandro Cândido da Silva
2581091	Andréa Martini
2164924	Célia Letícia Gouvêa Collet
2671176	Amilton Pelegrino de Mattos

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.


Prof. Dr. Minoru Martins Kinpara
Reitor

Anexo 4 – Regulamento das Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais

Regulamento das Atividades Acadêmicas Científicas culturais.

Aprovado pelo NDE do Curso de Licenciatura indígena, da Universidade Federal do Acre, Campus de Cruzeiro do Sul, Acre, 26 de março de 2015.

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS COMPLEMENTARES

Art. 1º. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas podem ser consideradas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), em cursos de licenciatura indígena, eventos acadêmicos e culturais das diferentes áreas do conhecimento assim como as participações dos cursistas nas organizações de professores indígenas em ações junto às escolas indígenas e não indígenas e nos diferentes momentos sociopolíticos de cada comunidade ou dos outros povos indígenas. Acrescentamos ainda a participação em congressos de Iniciação Científica e outros eventos similares, programas de extensão universitária, atividades científicas, culturais e políticas dentro e fora do *Campus*, além da participação em coordenação de projetos e eventos de ensino e pesquisa com ênfase em áreas indígenas.

Parágrafo Único: As atividades acadêmicas científicas complementares terão carga horária de, no mínimo, 200 horas aula, de acordo com *Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002* e a *Resolução CONSU nº 24, de 11 de maio de 2009*.

Art. 2º - As Atividades Acadêmicas Científicas Complementares (AACCs) do Curso de Licenciatura Indígena têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem do acadêmico observando os seguintes objetivos:

- I. Proporcionar intercâmbio entre a sociedade em geral, a comunidade universitária, diferentes povos indígenas enfatizando os conhecimentos próprios e de seus especialistas;
- II. Criar espaços e práticas que problematizem o processo e a experiência na escolarização e escolaridade indígenas.
- III. Proporcionar espaços para a discussão, a reflexão e a divulgação da escola indígena e da educação escolar indígena;
- IV. Proporcionar trocas entre os conhecimentos e elaborar estratégias relacionadas às práticas de ensino e aprendizagem próprias e produção de conhecimentos;

Art. 3º - Estão incluídas atividades como participação em eventos e reuniões científicas, encontros, simpósios, congressos, oficinas, treinamentos técnicos, bem como a participação em eventos de caráter associativo, rituais e celebrações indígenas, atividades científico-culturais próprias dos grupos participantes.

Art. 4º - Os discentes do Curso de Licenciatura Indígena terão ainda a possibilidade de desenvolver suas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais a partir da organização e/ou participação em eventos, durante os módulos presenciais, a saber: os Seminários iniciais e os Seminários dos TCCs.

CAPÍTULO II

DA CERTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS COMPLEMENTARES

Art. 5º. Os relatos sobre as experiências podem ser apresentados à secretaria em diferentes mídias e formatos, por exemplo, registros audiovisuais, orais e escritos, relatórios, cartas, certificados e outros documentos que atestem devidamente sua realização.

Parágrafo 1º. Tais relatos devem ser apreciados pelos professores do curso respeitando a sua afinidade temática de acordo com as quatro áreas que integram o curso.

Parágrafo 2º. Após a apreciação, os materiais devem ser reproduzidos pelos discentes e entregues formalmente à secretaria do curso de forma a integrar a pasta - memorial do aluno.

Parágrafo 3º. Quando o acadêmico integralizar o número de horas de atividades complementares exigido pelo Curso os créditos são computados para ele.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - A Coordenação do Curso em colaboração com o NDE e o Colegiado do curso deverão observar as normas gerais disciplinadas neste instrumento e a legislação vigente que dispõe sobre as atividades complementares.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e, em sua impossibilidade, pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso.

Anexo 5 – Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado.

Regulamento do Estágio Supervisionado.

Aprovado pelo NDE do Curso de Licenciatura Indígena, da Universidade Federal do Acre, Campus de Cruzeiro do Sul, Acre, 31 de Março de 2015.

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º - O estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do aluno devidamente matriculado.

Art. 2º - Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas: “O direito dos povos indígenas a uma escola pautada no respeito aos seus processos próprios de ensino e aprendizagem e ao uso de suas línguas está ancorado em ampla base legal” (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP nº 01/2015, p. 01). Torna-se importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações, numa perspectiva que garanta a qualidade socioeducativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado:

- Os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;
- Suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena;
- Na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP nº 01/2015, p. 12).

Art. 3º - Conforme o Regimento Geral da UFAC o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 4º - A atividade de estágio será assumida obrigatoriamente por todos os discentes do curso. A carga Horária do Estágio Supervisionado está definida no PPC, por sua estrutura curricular e integra o itinerário formativo do aluno.

Parágrafo 1º. Consoante as deliberações do Núcleo Docente Estruturante e observados os preceitos da legislação vigente, o estágio supervisionado será desenvolvido dentro de um total de 405 horas, segundo a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (19 fev. 2002), que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura que devem ser cursadas a partir do início da segunda metade do Curso.

Parágrafo 2º. Os professores que já estão em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão relacionadas à educação indígena, desenvolverão 200 horas de estágio curricular supervisionado. É permitido que o discente realize o estágio em sua própria escola ou ambiente educacional de acordo com os segmentos de classes multisseriadas, bem como, 1º ao 5º ano; 6º ao 9º ano e Ensino Médio.

Art. 5º - O estágio curricular atende aos seguintes objetivos:

- I. Estimular o diálogo entre diferentes perspectivas comprometidas com a realidade social;
- II. Fortalecer a participação do estudante na execução de projetos, estudos ou pesquisas;
- III. Incentivar a autonomia e a experiência indígenas relacionadas aos processos, metodologias e conceitos próprios de aprendizagem.

Art. 6º - Os Estágios Supervisionados do Curso classificam-se como obrigatórios, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, sendo o seu cumprimento, requisito indispensável à Colação de Grau e Expedição de Diploma.

Art. 7º - A realização do estágio obrigatório está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivo estabelecido na estrutura curricular;
- II. Formalização entre a parte concedente do estágio e o Curso de Licenciatura Indígena da UFAC através de documento formal organizado pelo professor orientador do estágio, a saber: Carta de Apresentação e Termo de Compromisso, celebrado entre o aluno, a parte concedente do estágio e a UFAC.

Art. 8º - As atividades exercidas no estágio supervisionado não criam vínculo empregatício de qualquer natureza.

CAPÍTULO II

DAS CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES DE ESTAGIO

Art. 9º. A carga horária total de 405h será dividida em três momentos: Estágio I, II e III, com 135h cada, dentro da organização curricular, relacionados aos segmentos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, devendo atender às classes multisseriadas;

I - o Estágio Supervisionado I estará voltado para os anos iniciais, devendo atentar ao ensino interdisciplinar;

II - o Estágio Supervisionado II estará voltado para as séries finais do Ensino Fundamental;

III- o Estágio Supervisionado III terá suas atividades voltadas para o Ensino Médio;

IV - as disciplinas de Estágio Supervisionado devem prever carga horária presencial para o planejamento das atividades, elaboração dos planos de ensino e socialização dos resultados.

V – as atividades desenvolvidas em campo poderão relacionar-se diretamente à realidade e ao contexto social dos professores indígenas, contribuindo para a reflexão docente, oferecendo subsídios para a elaboração de pesquisa voltada para o Trabalho de Conclusão de curso e a re-construção do Projeto Político Pedagógico das escolas.

CAPÍTULO III DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 10º - Constituem campo de estágio:

Parágrafo 1º - as instituições de ensino, conselhos e fóruns de educação, os órgãos de administração pública, secretarias de educação em seus órgãos regionalizados, organizações indígenas, bem como outras instituições de pesquisa, cultura, ciência e tecnologia, saúde, ambiente desde que vinculados à prática de ensino. Sendo essas, doravante denominadas como partes concedentes, desde que apresentem condições para contribuir e apoiar adequadamente a realização da atividade de estágio.

Parágrafo 2º- O desenvolvimento da atividade de estágio pode contemplar a avaliação, a vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, disponibilizar instalações adequadas.

Parágrafo 3º - Quando o estagiário encontrar dificuldades na definição da concedente ou outros problemas no decorrer do estágio, o colegiado se encarregará de encaminhar a demanda. Na falta deste, a questão deverá ser levado para o NDE e coordenação de curso.

CAPÍTULO IV DA CONCEDENTE

Art. 11º - Na realização do estágio, a parte concedente deverá assinar a Carta de Aceite se comprometendo com os termos do estágio;

CAPÍTULO V

DA SUPERVISÃO E DA AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 12º - A Supervisão de Estágio deve ser entendida como apoio e orientação, proporcionada ao estagiário, por docentes vinculados ao curso, de acordo com as áreas específicas em que atuam, sendo a avaliação realizada nos seguintes termos:

Parágrafo Único: O Estágio Supervisionado será coordenado e avaliado pelos professores responsáveis das áreas específicas do curso, podendo estes serem acompanhados por professores da área de Ciências da Educação.

Art. 13º - A Avaliação do Estágio é parte integrante da dinâmica do processo de ensino.

Parágrafo Único. A avaliação do estágio deve prover informações e dados para a realimentação do projeto Pedagógico Curricular do curso, bem como agregar documentos e materiais que possam ser utilizados para a realização de trabalhos de conclusão de curso e outras pesquisas relacionadas.

Art. 14º - A avaliação se dará tendo em vista as atitudes e condutas assumidas diante da disciplina e das tarefas realizadas no campo de estágio. Para tanto, na apresentação de seus resultados podem ser utilizados seminários, observação direta do exercício da docência, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias, fichas avaliativas, registros escritos (relatórios) e outras produções compatíveis com as atividades de estágio.

Art. 15º - Conforme estabelecido na Res. Nº 01 de 02/03/1984 e nas Normas Acadêmicas de 2011 – SEÇÃO X, haverá a nota N1 e a nota N2, com valor de 0 (zero) a 10,0 (dez) cada, inadmitindo-se arredondamentos. Os cálculos para estabelecimento do aproveitamento, aprovação e reprovação, dos acadêmicos seguirão o disposto nos Art. 4º ao 7º da Res. Nº 01 de 02/03/1984.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18º - O Núcleo Docente Estruturante do Curso deverá observar as normas gerais disciplinadas neste instrumento e a legislação vigente que dispõe sobre o estágio, em colaboração com a coordenação do curso.

Art. 19º - Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE, Colegiado do Curso e na ausência dos mesmos pela coordenação do curso.

*Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura Indígena
Centro de Educação e Letras (CEL)
Campus de Cruzeiro do Sul
Universidade Federal do Acre*

Anexo 6 – Regulamento com as Normas e Orientações para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Aprovado pelo NDE do Curso de Licenciatura Indígena, da Universidade Federal do Acre, Campus de Cruzeiro do Sul, Acre, 20 de Abril de 2015.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA LICENCIATURA INDÍGENA.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura Indígena, indispensável para a colação de grau, considerando os princípios da Educação Escolar Indígena e a diversidade linguística.

Art. 2º. O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de carga horária de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da Instituição (conforme Resolução CONSU número 01 de 31 de março de 2008).

Art. 3º. O TCC deverá ser concebido e executado como atividade que resulte do percurso do acadêmico. Pode ser elaborado em forma escrita, oral, representacional e audiovisual, tendo como resultados monografias, memoriais, materiais pedagógicos, documentários, ficções, exposições e outros.

Parágrafo 1º: Como resultado das disciplinas TCC I e II deverá ser apresentado um texto síntese em língua portuguesa que conste de um resumo e da descrição do processo metodológico.

Parágrafo 2º: No caso de produções que não estejam descritas neste Artigo serão submetidas à análise do Colegiado de Curso e na falta deste, do Núcleo de Área ou NDE.

Art. 4º. Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso devem propiciar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura Indígena:

- I – Elaborar uma síntese do percurso acadêmico composta pelos diversos registros obtidos ao longo dos Seminários, Laboratórios, Componentes Curriculares, AACCs e outras atividades relacionadas ao curso;
- II - Incentivar a pesquisa e a criação de meios e materiais que veiculem conteúdos curriculares próprios às escolas indígenas;
- III - Desenvolver métodos e técnicas de pesquisa, contemplando os pressupostos e conceitos indígenas, de forma a promover o intercâmbio entre tais saberes e o conhecimento acadêmico institucionalizado.

Art. 5º. Todos os professores que ministrarem aulas durante o curso podem vir a orientar os trabalhos de conclusão de curso, desde que devidamente acordado com os núcleos de área e formalizado através do NDE até o quinto módulo. Todas as orientações e coorientações serão submetidas à aprovação pelo Colegiado do Curso de Licenciatura Indígena.

Parágrafo 1º: O professor orientador acompanhará os alunos desde o início da pesquisa até a sua finalização e apresentação.

Parágrafo 2º. Através da formalização dos professores orientadores, será apresentada uma listagem a ser elaborada pelo NDE, contendo os nomes e linhas de pesquisas de possíveis orientadores que deverão ser do quadro de professores desta IFES.

Parágrafo 3º. O coorientador pode ser docente de qualquer IES, com comprovada experiência em pesquisa e publicações na área da orientação, desde que devidamente acordado com os núcleos de área e formalizado através do NDE até o quinto módulo.

Parágrafo 4º. O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em duplas, havendo alteração quanto a essa determinação mediante análise e aprovação do colegiado.

Art. 6º. Os alunos do Curso de Graduação em Licenciatura Indígena da UFAC só poderão se matricular nos componentes obrigatórios TCC I e TCC II caso aprovados nas disciplinas Tópicos de Pesquisa, Investigação e Prática Pedagógica, Laboratórios e Métodos Científicos Indígenas.

Parágrafo 1º: Quando da impossibilidade de cumprimento desses pré-requisitos, recomenda-se a sua realização através da oferta de DPLE, Disciplina em Período Letivo Especial, haja vista a especificidade da organização modular do curso e a não oferta de novas turmas regularmente.

Art. 7º. Conforme Regimento Geral, observe-se o cumprimento do prazo mínimo (4 anos) e máximo (8 anos) para integralização do currículo do Curso, incluindo o TCC em sua versão final.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 8º. Compete ao Colegiado de Curso:

- I – Atuar como mediador entre orientandos e orientadores, em situações específicas e devidamente formalizadas;
- II - deliberar sobre os recursos referentes às avaliações dos professores orientadores e das bancas examinadoras;

- III – deliberar quanto ao efetivo cumprimento destas normas e sobre as alterações deste regimento, as quais deverão ser submetidas às instâncias superiores desta Universidade;
- IV – aprovar a composição das bancas de avaliação a partir das sugestões propostas pelos orientadores. Na impossibilidade, a responsabilidade será do NDE;
- V – colaborar no processo de elaboração e apresentação dos TCCs;
- VI – avaliar os pedidos de prorrogação de prazos e renovação de matrícula dos componentes TCC I e TCC II fora da vigência do semestre;

Art. 9º. São atribuições da coordenação de curso e do NDE:

- I - Acompanhar todas as fases de desenvolvimento do TCC e encaminhar os resultados finais à Secretaria Acadêmica para os devidos registros;
- II - dar ciência, aos acadêmicos e professores orientadores, dos procedimentos estabelecidos neste regimento;
- III – Arquivar os dados de pesquisa dos acadêmicos produzidos durante o processo de elaboração do TCC;
- IV – Deliberar sobre o processo de publicação de resultados e materiais variados decorrentes do TCC;
- V – Formalizar a composição de bancas, mediante indicação do orientador;
- VI – organizar e tornar pública a agenda de apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

Art. 10º. Cabe ao Professor-Orientador:

- I - orientar os acadêmicos na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso;
- II - participar de reuniões, convocadas pela Coordenação do Curso, para acompanhamento e análise das atividades referentes ao TCC;
- III - indicar à Coordenação do Curso de Licenciatura Indígena, os nomes dos docentes para integrarem as bancas examinadoras;
- IV - assinar e encaminhar para a Coordenação do Curso ata de apresentação formalizada pela secretaria;
- V – emitir parecer sobre a condição de alunos sob sua orientação quando solicitado;

Art. 11º. Cabe ao Orientando:

- I - cumprir o cronograma proposto pelo professor-orientador;
- II - comparecer às orientações marcadas pelo professor-orientador;
- III - protocolar o TCC em acordo com os procedimentos estabelecidos neste regimento;
- IV - Após o Seminário de apresentação de TCC, o acadêmico deverá protocolar a versão definitiva, impressa e digital, no prazo máximo de 30 dias, ponderando as eventuais alterações sugeridas pela banca examinadora, juntamente com seu orientador;
- V – Formalizar na secretaria até o final do quinto módulo a escolha do orientador;

VI - Conhecer e atender as normas estabelecidas neste regimento;

Art. 12º. A emissão de declaração de integralização dos créditos obrigatórios fica condicionada à entrega da versão definitiva do trabalho final, conforme descrição do inciso IV do artigo anterior.

Art. 13º. O trabalho final será apresentado pelo (a) acadêmico (a), perante banca examinadora composta por 03 (três) membros. Um dos membros da banca pode ser um mestre indígena de notório saber.

Art. 14º. São Atribuições da Banca Examinadora:

I - analisar previamente o trabalho e formular questionamentos e comentários;

II - reunir-se em local, data e horário, previamente estabelecidos pela coordenação do curso, para a comunicação do trabalho pelo acadêmico;

III - avaliar a apresentação do trabalho final de acordo com os critérios estabelecidos neste regimento, conforme Capítulo IV – Da Avaliação, Artigo 16º.

Parágrafo Único. A banca examinadora é constituída:

I - pelo professor orientador do TCC, que presidirá a banca;

II - por 1 (um) professor desta ou de outra IES, que tenha afinidade com o tema;

III – por 1 (um) especialista, preferencialmente indígena, mestre de notório saber. Na falta deste, um pesquisador que tenha afinidade com o tema;

IV – Os membros da banca devem ser indicados em comum acordo pelo professor orientador e orientandos, e aprovados pelo colegiado de curso;

V - se, por força maior, o orientador não puder comparecer no dia, hora e local da apresentação do trabalho final de seu orientando, a mesma será adiada e remarçada;

VI – na composição da banca se definirá uma suplência. Na ausência desta a apresentação será adiada e remarçada.

CAPÍTULO III

DAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 15º. O processo do TCC compreende:

I – o envolvimento desde os componentes curriculares iniciais, os seminários, os laboratórios, e as disciplinas relacionadas diretamente ao TCC (remeter ao artigo anterior), bem como a participação da comunidade nas demandas e objetivos do curso.

III – uma apresentação dos resultados iniciais durante TCC I;

II – A solicitação das autorizações relativas à pesquisa conforme o capítulo XXX;

IV – uma apresentação do trabalho final para a banca examinadora;

V – Ponderar as eventuais alterações sugeridas pela banca examinadora, juntamente com seu orientador; entregar duas cópias encadernadas e uma digital do trabalho final à secretaria do curso. Esta se encarregará de formalizar o pedido de catalogação das obras;

CAPÍTULO IV

Da Avaliação

Art. 16º. A avaliação é processual com ênfase no resultado de quatro componentes curriculares: seminários, laboratórios, TCC I e TCC II, valorizando-se as línguas indígenas e as temáticas relacionadas às demandas das comunidades.

Parágrafo 1º: o processo de avaliação do TCC I consiste em acompanhar o envolvimento e interesse do acadêmico a partir das orientações. Como fruto desse processo definir-se-á a nota para o componente TCC I;

Parágrafo 2º: A avaliação do TCC II ficará a cargo do orientador exclusivamente. Será feita uma avaliação qualitativa pela Banca Examinadora, que poderá contribuir com sugestões e ajustes sobre o trabalho apresentado. A partir do conjunto das atividades, trabalho produzido e apresentação, o orientador definirá as notas N1 e N2 do componente TCC II.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º. Se for constatado plágio no Trabalho de Conclusão de Curso, o orientador reprovará o acadêmico na disciplina TCC II. O aluno reprovado preferencialmente apresentará novo trabalho no semestre letivo seguinte.

Art. 18º. As normas constantes no presente regimento passarão a ter validade para todos os docentes, discentes, técnicos administrativos e colaboradores do Curso de Licenciatura Indígena da UFAC – Campus Floresta.

Art. 19º. Este regimento ficará disponível na coordenação do curso para conhecimento de todos os acadêmicos e professores.

Art. 20º - Os casos omissos e as interpretações deste regimento devem ser resolvidos no âmbito do Colegiado do Curso. Na ausência deste, o NDE. E na ausência deste, a coordenação.

Anexo 7 - Instrumento de Avaliação do Curso pelos Discentes

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA INDÍGENAS- CAMPUS FLORESTA

Este questionário faz parte da avaliação institucional da UFAC do Curso de Licenciatura Indígena, *Campus Floresta* em Cruzeiro do Sul, organizado pela Comissão do NDE e tem por objetivo a constituição de um diagnóstico das condições de oferta das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito deste curso. Interessa-nos ainda, avaliar continuamente a qualidade do ensino no âmbito institucional e do curso.

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER RESPONDIDAS OBRIGATORIAMENTE.

1. Que período você cursa atualmente?

Marcar apenas um parêntese.

() 2º Período

() 4º Período

() 6º Período

() 8º Período

2. A proposta curricular atual atende as expectativas para formação docente dos alunos do Curso de Licenciatura Indígenas a que se propõe?

Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

3. O curso instrumentaliza o profissional nas atividades acadêmico-científico-culturais?

Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

4. O curso forma o profissional para os desafios de uma educação escolar indígena que atenda as demandas das escolas nas suas terras indígenas?

Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

5. O curso oferece condições para que os alunos se engajem em projetos de pesquisa, de ensino e de extensão?

Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

6. O curso oferece condições teórico-práticas para a elaboração do TCC?

Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

7. As atividades práticas, necessárias à formação docente, foram trabalhadas satisfatoriamente?
Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

8. A forma de desenvolvimento do estágio supervisionado é satisfatória?
Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

9. Você conhece o projeto pedagógico do curso (PPC)?
Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

10. O curso incentiva o discente a pós-graduação?
Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

11. Como você avalia o currículo do curso?

Marcar apenas um parêntese.

() é bem integrado e há clara vinculação entre as disciplinas.

() é relativamente integrado, já que as disciplinas se vinculam apenas por áreas de conhecimentos afins.

() é pouco integrado, já que poucas disciplinas se interligam.

() não apresenta integração nenhuma entre as disciplinas.

12. Que metodologia de ensino a maioria dos professores tem utilizado predominantemente?

Marcar apenas um parêntese.

() Aulas expositivas (preleção).

() Aulas expositivas, com participação dos alunos.

() Aulas práticas.

() Trabalhos em grupo, desenvolvido em sala de aula.

13. Como você avalia os procedimentos de ensino adotado pela maioria dos professores quanto a adequação aos objetivos do curso?

Marcar apenas um parêntese.

() bastante adequado.

() adequado.

() parcialmente adequado.

() pouco adequado.

14. Como você avalia o nível de exigência do curso?

Marcar apenas um parêntese.

() excelente.

() muito bom.

() bom.

() ruim.

15. As condições de instalações físicas das salas de aula, bibliotecas e ambiente de trabalho e estudo para o funcionamento do curso são adequadas?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns. () nenhum.

16. As instalações de laboratórios, os equipamentos, os materiais e os serviços de apoio específicos do curso são adequados?

Marcar apenas um parêntese.

- () bastante adequado.
- () adequado.
- () parcialmente adequado.
- () pouco adequado.

17. Com que frequência você utiliza a biblioteca?

Marcar apenas um parêntese.

- () diariamente.
- () entre duas e quatro vezes por semana
- () somente em épocas de provas e/ou trabalhos.
- () nunca a utilizo.

18. Como você avalia o acervo da biblioteca, quanto a utilização, em face das necessidades curriculares do curso?

Marcar apenas um parêntese.

- () é atualizado.
- () é desatualizado.
- () é pouco atualizado.
- () é parcialmente atualizado.

19. Com relação aos planos de ensino, os professores apresentam/discutem os planos de ensino com a classe?

Marcar apenas um parêntese.

- () Sempre.
- () Quase sempre.
- () As vezes.
- () Nunca.

20. Os planos de ensino apresentados pelos professores, contém os seguintes aspectos: objetivos, metodologia de ensino, critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns.
- () nenhum.

21. Os conteúdos trabalhados pelos professores são coerentes com os que são apresentados nos planos de ensino?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos os conteúdos.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns.
- () nenhum.

22. Os professores socializam em suas disciplinas as atividades de pesquisa?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos os professores.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns.
- () nenhum.

23. Os professores indicam a utilização em suas disciplinas, de materiais elaborados por eles?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos os professores.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns.
- () nenhum.

24. Os professores têm disponibilidade para atender fora do período de aula?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos os professores.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns.
- () nenhum.

25. Os professores demonstram domínio do conteúdo das disciplinas?

Marcar apenas um parêntese.

- () sim, todos os professores.
- () sim, a maior parte.
- () somente alguns.
- () nenhum.

26. Como você avalia o currículo do curso em relação a integração entre os conteúdos das diferentes disciplinas e a realidade das comunidades indígenas?

Marcar apenas um parêntese.

- () é bem integrado.
- () é relativamente integrado.
- () é pouco integrado.
- () não apresenta integração.

27. Você participou de programa de iniciação científica? Como foi a contribuição para sua formação?

Marcar apenas um parêntese.

- sim, participei e teve grande contribuição.
- sim, participei e teve pouca contribuição.
- sim, participei e não percebi nenhuma contribuição.
- não participei mas a instituição oferece.

28. Como você avalia a contribuição do curso para sua formação?

Marcar apenas um parêntese.

- muito boa.
- boa.
- regular. não sei opinar.

29. O professor incentiva a autonomia intelectual do aluno?

Marcar apenas um parêntese.

- sim.
- não.
- não sei opinar.

30. Os professores permanecem do início até o final do tempo estabelecido (regularidade, assiduidade e pontualidade) às aulas e demais atividades previstas?

Marcar apenas um parêntese.

- não.
- raramente.
- às vezes.
- quase sempre.
- sempre

31. Os professores relacionam os conteúdos desenvolvidos em sala de aula com os problemas reais na área de atuação da disciplina?

Marcar apenas um parêntese.

- não.
- raramente.
- às vezes.
- quase sempre.
- sempre

32. Os métodos e critérios de avaliação da aprendizagem aplicados pelos professores são claros (exemplos: provas, trabalhos, seminários, projetos, resumos, conceitos...)?

Marcar apenas um parêntese.

- nunca.
- raramente.
- às vezes.
- quase sempre.
- sempre

33. O professor avalia o resultado da avaliação com os alunos?

Marcar apenas um parêntese.

- nunca.
- raramente.
- às vezes.
- quase sempre.
- sempre

34. A administração/coordenação do Curso de Licenciatura Indígena está empenhada no desenvolvimento e na qualidade do curso?

Marcar apenas um parêntese.

- sempre.
- quase sempre.
- às vezes.
- nunca.
- não se aplica.

35. A administração/coordenação do curso encaminha soluções para os problemas surgidos no curso?

Marcar apenas um parêntese.

- sempre.
- quase sempre.
- às vezes.
- nunca.
- não se aplica.

36. O número de técnicos administrativos é suficiente para atender satisfatoriamente as demandas dos alunos?

Marcar apenas um parêntese.

- sempre.
- quase sempre.
- às vezes.
- nunca.
- não se aplica.

37. Há organização por parte dos servidores administrativos, no desempenho de suas atividades?

Marcar apenas um parêntese.

- sempre.
- quase sempre.
- às vezes.
- nunca.
- não se aplica.

38. A coordenação do curso demonstra interesse pelas reivindicações e agem no sentido de atendê-las?

Marcar apenas um parêntese.

- () sempre.
- () quase sempre.
- () às vezes.
- () nunca.
- () não se aplica.

39. A coordenação do curso relaciona-se bem com os alunos?

Marcar apenas um parêntese.

- () sempre.
- () quase sempre.
- () às vezes.
- () nunca.
- () não se aplica.

40. A coordenação do curso desempenha suas tarefas com responsabilidade e eficácia?

Marcar apenas um parêntese.

- () sempre.
- () quase sempre.
- () às vezes.
- () nunca.
- () não se aplica.

41. A coordenação e o apoio administrativo estão articulados com o projeto político curricular, com a finalidade de atender as expectativas dos ingressantes e acadêmicos cursistas para a sua formação inicial enquanto professores das escolas indígenas da região?

Marcar apenas um parêntese.

- () sempre.
- () quase sempre.
- () às vezes.
- () nunca.
- () não se aplica.

42. É possível visualizar que a administração do curso segue de acordo com os ideais e questionamentos do corpo docente?

Marcar apenas um parêntese.

- () sempre.
- () quase sempre.
- () às vezes.
- () nunca.
- () não se aplica.

43. O apoio aos estudantes para participação em eventos relacionados às discussões sobre as culturas e escolas indígenas é:

Marcar apenas um parêntese.

- muito satisfatório
- satisfatório.,
- Insatisfatório.
- desconheço.

44. As atividades de extensão na formação dos estudantes podem ser consideradas:

Marcar apenas um parêntese.

- muito adequadas.
- adequadas.
- Inadequadas.
- desconheço.

45. A relação professor aluno pode ser considerada:

Marcar apenas um parêntese.

- muito satisfatória
- satisfatória.
- Insatisfatória.
- inadequadas.

46. O incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes pode ser considerado:

Marcar apenas um parêntese.

- muito satisfatório
- satisfatório.,
- Insatisfatório.
- desconheço.

47. Existe um bom relacionamento entre os discentes?

Marcar apenas um parêntese.

- sim.
- não.
- não sei informar.

48. A turma é assídua às aulas, comprometida e responsável?

Marcar apenas um parêntese.

- sim.
- não.
- não sei informar.

49. Há interesse e envolvimento da turma com as disciplinas?

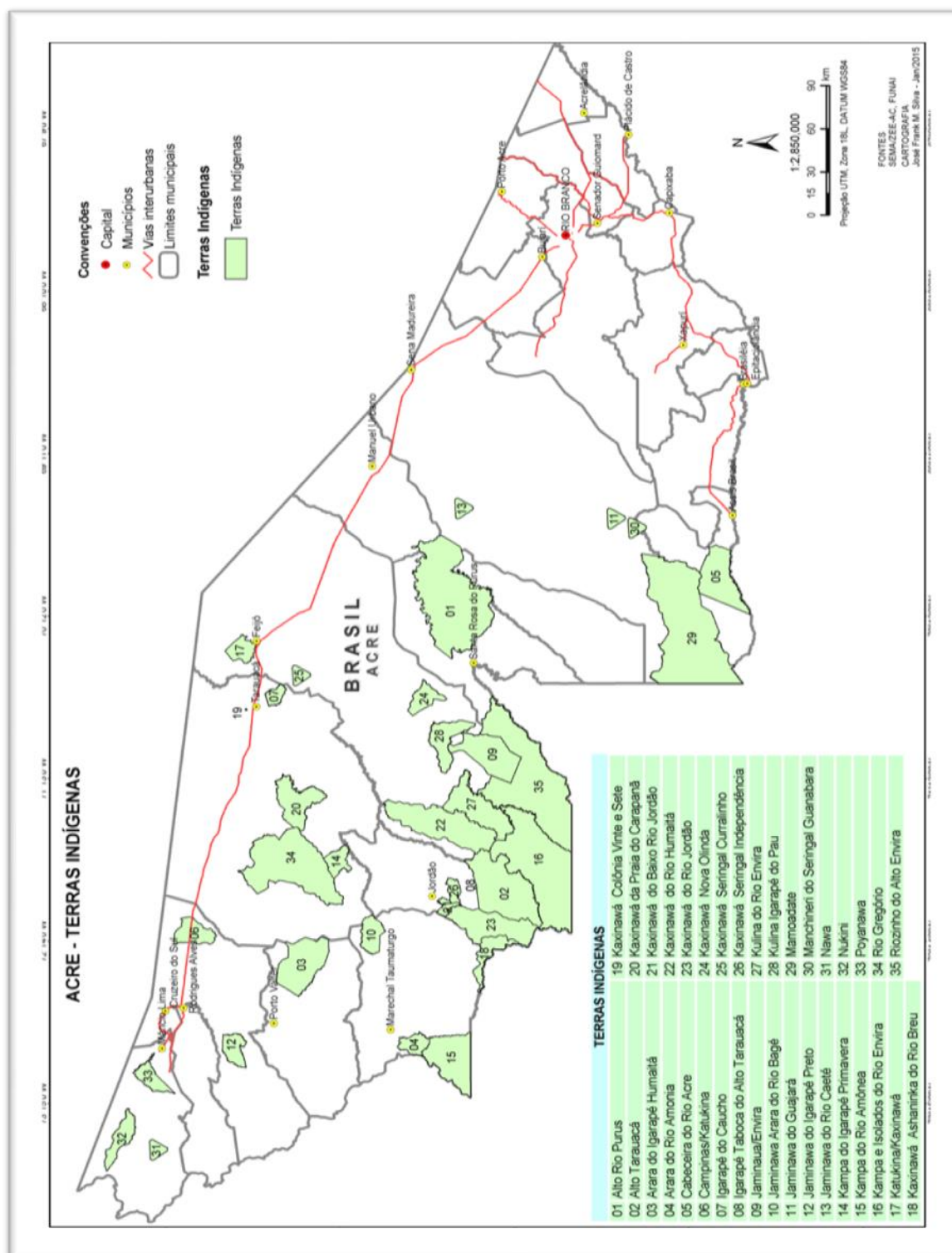
Marcar apenas um parêntese.

- sim.
- não.
- não sei informar.

50. Qual ou quais sugestões você daria para a melhoria as atividades do Curso de Licenciatura Indígena?

Responda SIM ou NÃO e justifique sua resposta.

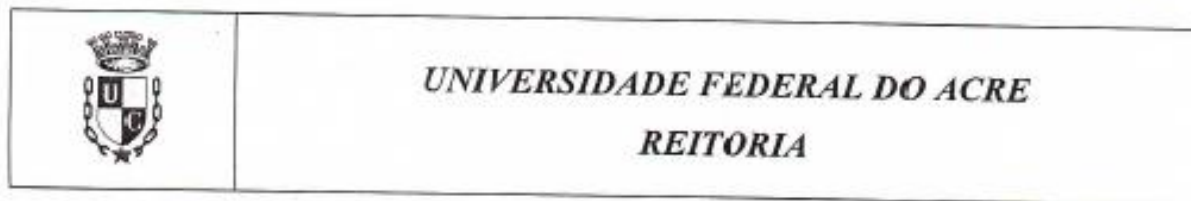
Anexo 08. Mapa do Estado do Acre com a localização das Terras Indígenas



Fonte: CPI-AC – Mapa elaborado pelo Setor de Geoprocessamento a partir de dados da FUNAI/2012 e SEMA-AC.

Anexo 09. Docentes efetivos do Curso de Formação Docente para Indígenas – 2008- 2013.

Docentes com Vínculo Direto com o Curso – 2009 -2013- UFAC <i>Campus Floresta</i>				
Nº	Docente/Lattes	Titulação	Instituição	Disciplinas
1	Andréa Martini* http://lattes.cnpq.br/5210045593956600	Doutora	UFAC/CZS	Antropologia Cultural 60h/a, Produção de Material Didático, 30h/a, Produção de Material Didático II 45h/a, Manifestações Culturais 60h/a, Antropologia e Sistemas Organizacionais, 60h/a, Projetos Comunitários I 45h/a, Estágio Supervisionado I, 135h/a Cosmologias, 60h/a, Estágio Supervisionado II, 135h/a, Supervisionado III, 135h/a, Direito e Organização Indígena 60h/a, TCC 45h/a, Cultura e Espiritualidade 45h/a e Diversidade Cultural na Amazônia Contemporânea 60h/a; Geografia do Acre e da Amazônia 60h/a; Festas 45 h/a, Projetos de Pesquisa 30 h/a.
2	Amilton Pelegrino de Mattos* http://lattes.cnpq.br/4467650905915696	Mestre	UFAC/CZS	Ensino de Artes 45h/a, Língua Portuguesa I 60h/a, Linguagem e Arte, 30h/a, Produção de material didático I, 30h/a, Produção de material didático III, 30h/a Produção de material didático II, 30h/a Arte: história e interpretação, 60h/a, Tecnologia em Educação 60h/a e TCC 45h/a;
3	Célia Letícia Gouvêa Collet* http://lattes.cnpq.br/4802452897281983	Doutora	UFAC/CZS	Cultura e Espiritualidade, 45h/a (2º semestre letivo de 2010) e Sociedades indígenas e representações espaços-temporais, 45h/a (2012);
4	José Alessandro Cândido da Silva* http://lattes.cnpq.br/6764584643786000	Mestre	UFAC/CZS	Didática Intercultural, 60h/a, Perspectivas Sociológicas e Educação 60h/a, História da Educação 60h/a, Ensino, Investigação e Prática Pedagógica em Educação Escolar Indígena Diferenciada, 75h/a, História da Educação Escolar Indígena no Brasil 60h/a, Coordenação e Gestão de Escola Indígena, 60h/a, Ensino de História, 60h/a, Princípios Filosóficos da Educação 60h/a e Movimentos Escolares Indígenas, 60h/a;



Resolução nº 9, de 12 de fevereiro de 2016.

O Reitor da Universidade Federal do Acre, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XII, do Regimento Geral da Universidade Federal do Acre e de acordo com o que consta no processo administrativo nº 23107.015987/2015-69 e,

Considerando, o Parecer do Relator, Prof. Dr. Itamar Miranda da Silva, que manifesta-se favoravelmente à aprovação da reformulação do PPC do Curso de Formação Docente para Indígenas.

Considerando, por fim, o prazo exíguo para publicação do edital de ingresso dos estudantes no referido curso.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, a reformulação do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Formação Docente para Indígenas da Universidade Federal do Acre – *Campus* de Cruzeiro do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir da presente data, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.


Prof. Dr. Minoru Martins Kinpara
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Resolução nº 005, de 11 de maio de 2016

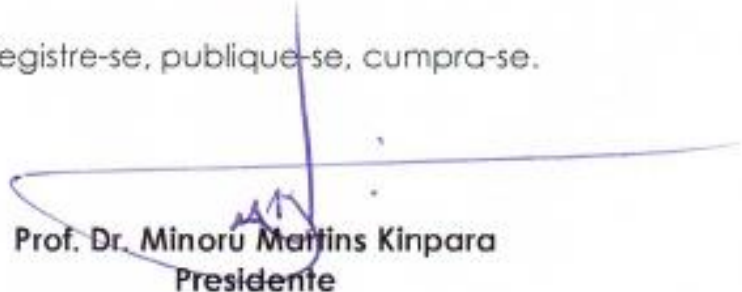
O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 80, inciso XIII, do Regimento Geral desta instituição, de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada nesta data referente ao processo nº 23107.015987/2015-69,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a Resolução nº 9, de 12 de fevereiro de 2016, que, *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovou a reformulação do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura Indígena de Cruzeiro do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da presente data, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.


Prof. Dr. Minoru Martins Kinpara
Presidente